

RETROCESSO NA LAICIDADE DO ESTADO NO QUADRIÊNIO BOLSONARO (2019-2022)

Luiz Antônio Cunha



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C972 Cunha, Luiz Antônio
Retrocesso na laicidade do Estado no quadriênio Bolsonaro
(2019-2022) / Luiz Antônio Cunha - Rio de Janeiro: UFRJ, Centro
de Filosofia e Ciências Humanas, 2023.
126 p. : il.

ISBN 978-65-88579-19-0 (on-line)

1. Igreja e Estado. 2. Políticas públicas. 3. Laicidade. I.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e
Ciências Humanas.

CDD: 322.1

Elaborada por Érica Resende CRB-7 / 5105

PARA NÃO ESQUECER

A coleção “Brasil: os anos de autoritarismo”, da Editora Jorge Zahar (que publicou em 1985 meu livro com Moacyr de Góes *O golpe na educação*), adotou o aforisma de George Santayana – “os povos que esquecem a sua história estão condenados a repeti-la”. Naquela época, o apelo era para não esquecermos da ditadura militar (1964-1985). O que faço agora é para o quadriênio de Jair Bolsonaro na Presidência da República (2019-2022). Os ingredientes que o geraram continuam ativos e ansiosos para voltar ao primeiro plano do campo político, inclusive o confessionalismo, o foco deste texto.

Nos quatro anos em que Jair Bolsonaro ocupou a Presidência da República, o retrocesso na laicidade do Estado esteve em destaque nos veículos de divulgação digital e impressa. A instrumentalização política das instituições religiosas (principalmente as evangélicas pentecostais) e a instrumentalização religiosa das instituições políticas resultaram no encolhimento da dimensão laica do Estado brasileiro, que já não era grande coisa. É o que sugere a imagem da capa, de autoria do Nani. Como veremos, o confessionalismo não foi o único vetor, mas o dominante.

Para apresentar esse vetor confessionalista, de modo aproximativo, montei esta crônica, uma compilação de matérias publicadas na imprensa digital, de 2018 a 2022, principalmente no G1, no UOL, no DCM, na Carta Capital e no BRASIL 247. Selecionei as matérias, agrupei-as de acordo com seu conteúdo e apresentei-as em cada ano do quadriênio, antecedidas por uma breve incursão na campanha eleitoral de 2018. Mais do que *clipping* seriado, quis fazer uma espécie de *colagem agrupada* de extratos das matérias publicadas, sem pretensão de exaustividade. Mantive muitos dos termos originais, referidos às datas em que foram divulgados, de modo a facilitar a localização dos textos-fonte, mediante ferramentas de busca na internet, caso seja do interesse do leitor. Devido a essa facilidade técnica, dispensei as numerosas e redundantes referências bibliográficas.

Seguem quatro esclarecimentos úteis para a compreensão da montagem do texto e de seu conteúdo.

1 – A seleção das matérias teve como critério a utilização (ou a recusa) do Poder Público para favorecer instituições religiosas, por ação ou omissão, material ou simbolicamente. Selecionei também matérias sobre ações do Poder Público, de candidatos a cargos eletivos e de entidades da Sociedade Civil para tratarem o Estado e aos ocupantes de cargos sem dependência ou aliança com cultos religiosos ou igrejas, sem embarçar sua atuação, como a Constituição determina. Ou seja, percebi que, no tocante à laicidade do Estado, não foi apenas o recuo que marcou o quadriênio Bolsonaro. Houve resistência de instituições estatais, como do Sistema de Justiça, de instituições da Sociedade Civil e até mesmo de instituições religiosas. Também essas resistências foram assinaladas.

2 – Neste texto refiro-me à presença no campo político de *instituições religiosas* (principalmente igrejas), não da *religião*. No meu entender, crenças religiosas nunca chegam sozinhas no campo político. Elas só aparecem aí embutidas em grupos de interesse: grupos políticos, grupos econômicos e até de grupos especificamente religiosos.

3 – A ascensão de Bolsonaro no campo político se deveu a apoios de diferentes naturezas que foi recebendo desde 2013, e tendentes à convergência em torno de princípios e práticas que logo foram reconhecidos como fascistas: desconsideração para com a democracia representativa, inclusive os partidos políticos; prevalência do direito da força sobre a força do direito, assim como a valorização dos instrumentos de violência material (armas); desprezo pelos direitos humanos; transformação dos adversários em inimigos que é preciso destruir, mesmo que definidos de forma difusa como os *comunistas*; obediência a um líder individual (*mito*), dono da verdade inquestionável, transmitida diretamente aos fidelizados; prevalência do individual sobre o coletivo e do privado sobre o público; idealização dos valores e tradições brasileiras (como a família patriarcal, o Cristianismo e o Brasil imperial); exaltação do patriotismo e uso de símbolos nacionais e de uniformes (camisa da seleção brasileira de futebol) para identificação com os correligionários e separação dos outros.

4 – Todas as charges anexadas ao texto rejeitam a instrumentalização política da religião cometida por Bolsonaro e seus aliados. Não expressam uma posição propriamente laica, mas duas delas se aproximam dessa posição. A de Nani, da capa, ilustra o abandono da laicidade do Estado pela República, em prol da adesão à divindade. E a de Venes Caitano mostra de forma dramática a decapitação da estátua da Justiça, situada em frente à sede do STF, por um projétil lançado contra ela – a Bíblia. Na de Nani, o descarte da laicidade vem do próprio Estado, enquanto que na de Venes Caitano, de fora dele, de um indivíduo ou uma instituição religiosa. As outras charges podem ser lidas como contendo algo de confessionalismo, pois sugerem uma divindade celeste interveniente no mundo material ou apresentam a imagem de Deus (na figuração tradicional cristã) reagindo negativamente a Bolsonaro e seus aliados. Seria mais uma reação à instrumentalização da divindade naquela conjuntura.

Em suma, este texto almeja contribuir para que não esqueçamos de quão ruim foi a simbiose Estado-instituições religiosas durante os quatro anos em que Bolsonaro ocupou a Presidência da República. Vale a pena tê-la sempre em mente para que não contribuamos, sequer por omissão, para a repetição dessa história.

*

CRÉDITO DAS CHARGES

Estado laico no lixo: Nani (p. 1)
Deus capacita: Ricardo Welbert (p. 5)
Núcleo intelectual: Iotti (p. 12)
Bíblia na cabeça: Venes Caitano (p. 35)
Não me envolvam nisso: Nilton (p. 59)
Culto não é comício: Nando Motta (p. 87)
Perdeu, Mané: Miguel Paiva (p. 120)

SUMÁRIO

PARA NÃO ESQUECER.....	2
CRÉDITO DAS CHARGES	3
2018 - RELIGIÃO NA CAMPANHA ELEITORAL	6
2019 – É O MOMENTO DA IGREJA GOVERNAR.....	13
FORMAÇÃO DO GOVERNO	13
NA ONU COMO NAS RUAS	17
APARELHAMENTO RELIGIOSO	19
EDUCAÇÃO COM PARTIDO	22
INDÍGENAS NA MIRA	28
RESISTÊNCIA LAICA	30
2020 – ACIMA DA CONSTITUIÇÃO ESTÁ A BÍBLIA	36
BOLSONARO E SEUS PASTORES.....	37
RIO DE JANEIRO: WITZEL E CRIVELLA.....	40
MINISTROS, JUÍZES E PROCURADORES.....	44
IGREJA DÁ LUCRO?	45
IGREJA PRESTA SERVIÇO ESSENCIAL?	48
ASSÉDIO, ABUSO SEXUAL E ABORTO.....	50
ELEIÇÕES MUNICIPAIS.....	53
SOCIEDADE CIVIL PRÓ-ESTADO LAICO	54
2021 – DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA E LIBERDADE	60
APELAÇÃO RELIGIOSA	61
PASTORES NO PODER	67
VETO, VOTO E PROJETO.....	73
AVANÇO LAICO NO RIO DE JANEIRO.....	79
CONTRA-APELAÇÃO RELIGIOSA.....	83
EVOCAÇÕES DE PRÉ-CANDIDATOS	85
2022 –DIRIJO A NAÇÃO PARA O LADO QUE DESEJAREM.....	88
PASTORES TRAMBIQUEIROS NO MEC	89
BÍBLIA E PISTOLA.....	92
RÚSSIA, HUNGRIA E ONU.....	94
GOV, LEX, JUS.....	95
CONFLITO ACIRRADO NO CAMPO RELIGIOSO.....	100
RELIGIÃO NA CAMPANHA DE BOLSONARO	107
RELIGIÃO NA CAMPANHA DE LULA	112
TRANSIÇÃO DE PODER E GOLPE MILITAR ABORTADO	121

DEUS CAPACITA OS ESCOLHIDOS!!!



Ricardo Welbert

2018 - RELIGIÃO NA CAMPANHA ELEITORAL

A campanha eleitoral de 2018 foi recheada de evocações religiosas que afrontavam a laicidade do Estado, mas há quem não saiba (ou não se lembre) de que a reversão começou antes. Não é preciso recuar muito, basta lembrar da sessão da Câmara dos Deputados em 17/4/2016, que autorizou a abertura de processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A votação foi aberta pelo presidente da Câmara, deputado evangélico Eduardo Cunha, artífice da convergência das bancadas da bala, do boi e da Bíblia, com o apelo: “Que Deus tenha misericórdia desta Nação”. A maioria dos deputados justificou seus votos pró ou contra a abertura do processo. Usaram a palavra Deus 59 deputados, e família, 136. A declaração, que se revelou estratégica na campanha presidencial, foi do deputado Jair Bolsonaro, que sintetizou demandas corporativistas e antipetistas dos militares com as de segmentos cristãos fundamentalistas: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim”.

Menos de um mês depois dessa histórica votação, o ainda deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) foi batizado no rio Jordão, na Palestina, o mesmo em que João teria batizado Jesus. No papel do Batista estava o pastor Everaldo Dias Pereira, dirigente do Partido Social Cristão. Para efeitos eleitorais, não fazia diferença alguma que, ao receber o aditivo do batismo da Assembleia de Deus, o deputado e futuro candidato a presidente não abjurasse formalmente a Igreja Católica, na qual havia sido batizado quando criança. A encenação valia mais do que qualquer teologia.

O vice Michel Temer assumiu a presidência imediatamente após a autorização da Câmara, enquanto o Senado instaurava o processo de impeachment de Dilma, e não fez jus ao seu currículo de (meio)maçom, pois impulsionou o movimento pela simbiose entre política e religião, mais precisamente entre Estado e Igrejas, contrariamente à milenar tradição daquela instituição. Teve precedente. Em 1997, Temer presidiu a Câmara dos Deputados, ocasião em que manobrou o plenário para a aprovação de projeto que mudou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determinando que o Ensino Religioso fosse elemento integral da formação do cidadão – mas só nas escolas públicas. Também suprimiu a cláusula restritiva ao uso de recursos públicos nessa disciplina.

Com Temer na presidência, seu ministro da Educação Mendonça Filho (Democratas-PE) promoveu a supressão de passagens que determinavam o combate à discriminação de gênero da Base Nacional Comum Curricular (em elaboração), substituídas e dissimuladas por uma referência geral de oposição a todos os tipos de discriminação – tudo misturado, tudo diluído. O propósito mal dissimulado era que concepções referentes a gênero e sexualidade fossem tratadas no âmbito da disciplina Ensino Religioso, hegemonizado pelas Igrejas Católica e parte das Evangélicas, as que faziam questão absoluta de frear as mudanças em curso no âmbito dos costumes.

Temer recebeu o reconhecimento de instituições religiosas cristãs em várias ocasiões, das quais menciono apenas uma, que considero de mais alta importância. Foi na véspera do início da votação do projeto que resultou na emenda constitucional nº 95/2019, a qual estabelecia um teto de gastos do

Governo Federal (a não ser para o setor financeiro), estratégica para toda a política econômica seguinte, inclusive sob Bolsonaro. Temer recebeu no Palácio da Alvorada 15 membros destacados da Igreja Católica, que foram rezar com ele pela aprovação da emenda. Entre os visitantes/apoiadores estavam os cardeais do Rio de Janeiro, Orani Tempesta, e de São Paulo, Odilo Scherer, os mais altos hierarcas católicos. Em depoimento à imprensa, Orani chegou a dizer de Temer: “Ele tem necessidade de colocar o Brasil nos trilhos”.

Candidatos a presidente, a governador, senador e deputado, na campanha eleitoral de 2018, usaram e abusaram de apelos religiosos na busca de eleitores ou, em menor escala, na defesa contra ataques sofridos por motivos religiosos ou instrumentalizados por eles. Aqui o foco será na campanha a presidente da República.

Um fato importante foi o atentado sofrido por Bolsonaro em Juiz de Fora, no dia 6/9/2018, um episódio cercado de questionamentos de ordem jurídica, policial e política. E muito injustificado sigilo e a prisão em regime de isolamento do acusado pelo feito. Para o que interessa diretamente a este texto, vale registrar que ele serviu para justificar a ausência do candidato ao debate com seus adversários promovidos pela TV Globo. Serviu, também, para acelerar o crescimento das intenções de voto a quem fora vítima de um atentado, cuja responsabilidade foi inicialmente atribuída ao PSOL – à esquerda, portanto.

Mesmo acamado, Bolsonaro não saiu do foco da propaganda política, muito ao contrário. Ele recebeu apoio ostensivo de importantes dirigentes evangélicos pentecostais, como o bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus; do bispo Robson Rodovalho, da Igreja Sara Nossa Terra; do pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo; e do pastor José Wellington, presidente emérito da Assembleia de Deus. Edir Macedo foi mais longe e contemplou Bolsonaro com uma longa entrevista de 30 minutos à TV Record, controlada por sua igreja, transmitida no mesmo horário do debate promovido pela emissora rival. Os candidatos Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT) tentaram impedir a transmissão da entrevista anunciada pela TV Record, mas o ministro Carlos Horbach, do Tribunal Superior Eleitoral negou o pedido, dizendo que não se poderia caracterizar como tratamento anti-isonômico matéria inserida em telejornal, em um único dia. Após receber alta, Bolsonaro deu várias entrevistas exclusivas a programas de TV, fora do horário e do formato da propaganda a que estavam sujeitos os demais candidatos.

Houve cerca de 200 denúncias de propaganda religiosa na campanha eleitoral de 2018, a quase totalidade cometidas por pastores evangélicos pentecostais, mas apenas duas delas resultaram em condenação ou multa. A legislação brasileira não tipifica crime por abuso de poder religioso, de modo que as denúncias foram enquadradas no abuso de poder econômico – daí que quase todas acabaram arquivadas na unidade onde deram entrada. Mesmo quando foram explícitas, como a pregação do pastor Josué Valandro Junior, em culto na Igreja Batista Atitude, na cidade do Rio de Janeiro, em favor de Bolsonaro: “Senhor, eu te louvo, porque esse homem tem valores cristãos. Que nem os hackers, Senhor, consigam mudar aqueles votos da urna. Que ninguém consiga, ó Deus, de alguma maneira, desfazer o propósito melhor para nossa Nação. Capacita Jair Bolsonaro, dá palavras sábias, dá saúde. Blinda o teu filho até de uma gripe. Querendo o Senhor, que, no dia 1º de janeiro, esse homem possa subir a rampa do Planalto”.

O pedido a Deus para que capacitasse o candidato tido como incapaz de exercer a Presidência da República, misturava modéstia com prepotência, mediante um provérbio que soava como bíblico, compartilhado pelos pastores e divulgada aos fiéis. Assim foi que um versículo inexistente na Bíblia foi reiteradamente repetido como se nela constasse: “Deus não escolhe os capacitados, mas capacita os escolhidos”. Na verdade, a frase é de Albert Einstein, que prosseguia com o seguinte juízo: “Fazer ou não fazer algo só depende de nossa vontade e perseverança!”. Como o complemento não mencionava a intervenção divina, foi ignorado pelos pastores.

Mais eficaz do que o apelo a Deus foi a ampla divulgação da ameaça que as famílias sofreriam se ajudassem a eleger um candidato da esquerda. As escolas iriam distribuir o *kit gay* e as creches alimentariam as crianças com uma mamadeira erótica, tudo isso fazendo delas homossexuais. O efeito foi garantido: amedrontados, cristãos submetidos ao voto de cabresto religioso passaram a apoiar Bolsonaro, tanto pela ação das mais altas lideranças (algumas intituladas bispos) quanto dos líderes de base, pastores e padres – não todos, como veremos nos próximos capítulos.

Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores, procurou compensar esse apoio visceral com um apelo racional, mediante uma Carta ao Povo de Deus, em 17/10/2018, dez dias depois do primeiro turno e onze antes do segundo. Talvez confiante em acelerar a curva de crescimento das intenções de voto a seu favor, a carta tinha como destinatários explícitos “irmãos e irmãs das mais variadas denominações cristãs”, mas as abundantes transcrições de trechos bíblicos não deixavam dúvida quanto ao alvo principal: os eleitores evangélicos. Depois de se declarar cristão, casado havia 30 anos com a mesma mulher e defensor da família – a sua seria o testemunho disso –, Haddad declarou sua posição política, a mesma do seu partido: “Os governos Lula e Dilma, bem como nossos governos estaduais e municipais, sempre reconheceram dois pilares do Estado democrático: *é laico* [grifo meu] e, como tal, não privilegia nem discrimina ninguém em razão de sua religiosidade. Nenhuma Igreja foi perseguida, o direito de culto sempre foi assegurado, a liberdade de expressão também. Nenhum dos nossos governos encaminhou ao Congresso leis inexistentes pelas quais nos atacam: a legalização do aborto, o *kit gay*, a taxação dos templos, a proibição de culto público, a escolha do sexo pelas crianças e outras propostas, pelas quais nos acusam desde 1989, nunca foram efetivadas em tantos anos de governo. Também não constam do meu programa de governo”.

Na companhia da deputada (PT-RJ) Benedita da Silva, evangélica, e do pastor Ariovaldo Ramos, da Frente Evangélica pelo Estado de Direito, Haddad recebeu apoio de pastores de diversas confissões (Luterana, Metodista, Anglicana, Presbiteriana, Batista, Betesda e Assembleia de Deus) em reunião ocorrida em São Paulo, na qual declarou que “O Estado não pode ser propriedade de uma religião, tem que abraçar todas”, uma distorção do expresso na carta mencionada acima – ao invés de garanti-las, sem se envolver, abraça-las.

Enquanto isso, Bolsonaro não gastava argumentos, e se limitava a repetir: “Essa historinha de *Estado laico* [grifo meu], não. Este é um Estado cristão”. E seu lema de campanha juntou apelo religioso à tradução de verso de antigo hino alemão, muito valorizado pelos nazistas – *Deutschland über Alles* (Alemanha acima de tudo) –, também cara aos militares brasileiros. Ficou assim: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Quatro dias depois do primeiro turno, Haddad foi recebido pelo secretário-geral da Confederação Nacional dos Bispos (Católicos) do Brasil, o bispo-auxiliar de Brasília, Leonardo Ulrich Steiner. O anfitrião distribuiu nota pública, na qual afirmou que a CNBB não tinha partido nem candidato, e que era comum candidatos procurarem a entidade para apresentar suas propostas, sem a presença da imprensa. O bispo revelou as questões abordadas com Haddad: a legalização do aborto, a proteção ao meio ambiente, atenção especial à questão indígena e quilombola, a defesa da democracia e o combate rigoroso à corrupção, assim como a superação da violência, tema da mais recente Campanha da Fraternidade.

Bolsonaro não procurou a CNBB, mas, no mesmo dia em que a entidade recebeu o adversário, ele assinou um termo de compromisso com o Grupo Voto Católico Brasil, no qual constavam pontos comuns (como o Ensino Religioso confessional) aos defendidos por aquela entidade:

“Assumo o público compromisso de, se eleito for, defender e promover:

- o direito pleno à Vida, desde a concepção até a morte natural, combatendo toda lei ou decisão a favor do aborto, da eutanásia, de pesquisas com embriões humanos e da clonagem humana;
- o verdadeiro sentido do Matrimônio, como união entre homem e mulher;
- a Família, constituída de acordo com o embasamento da Igreja, e o seu direito de educar os filhos;
- o respeito à Fé Católica e a todos os seus símbolos, ritos, manifestações e templos;
- o Ensino Religioso confessional;
- o combate à ideologia de gênero;
- o combate à liberação das drogas e da prostituição;
- o combate à pobreza e a qualquer forma de escravidão;
- melhorias indispensáveis nas áreas de saúde, segurança e justiça, educação, moradia e demais direitos básicos dos cidadãos;
- a gestão honesta e limpa do poder e dos recursos públicos;
- o combate ao ativismo judicial, caracterizado pela usurpação das atribuições do Poder Legislativo pelo Poder Judiciário”.

Bolsonaro não ficou apenas no compromisso assinado com aquele grupo sem projeção, mas se deixou fotografar cumprimentando o cardeal do Rio de Janeiro Orani Tempesta, hierarca já mencionado no apoio a Michel Temer e à reforma constitucional que abriu caminho para a política econômica neoliberal de seu sucessor.

A sinalização religiosa mais orgânica ao governo Bolsonaro veio no Manifesto à Nação da Frente Parlamentar Evangélica, que o apoiava, divulgado em 24/10/2018, quatro dias antes do 2º turno. Além de reivindicar, como aquele candidato, Estado mínimo, privatização das empresas estatais e reforma da previdência, os parlamentares evangélicos exigiam uma *revolução na educação*. A escola deveria funcionar sem ideologia e sem partido, nem admitir a *ideologia de gênero*, que teria sido inventada pelo Partido dos Trabalhadores e demais frações da esquerda autoritária para subverter os valores e princípios da civilização, condição prévia para instituir uma ditadura escravizadora das consciências pela força do Estado. Estava aí explicitada a convergência com as posições do movimento Escola sem Partido.

No que diz respeito ao nosso tema, o manifesto enfatizou o direcionamento moral e cívico da educação básica, como na passagem seguinte: “devemos instituir o Ensino Moral como conteúdo transversal em todas as disciplinas, visando a formação e sustentabilidade moral, ética e cívica das gerações. Difundir os mais elevados e profundos princípios e valores da Civilização. Universalizar o respeito à vida da pessoa humana individual. (...) Universalização do amor à Pátria, aos Símbolos Nacionais, aos Heróis Nacionais e demais manifestações que agem no plano simbólico. O ensino formal como instrução pública é essencial, contudo, de pouca valia tem se não conseguir transmitir e inculcar nas crianças, adolescentes e jovens algo imaterial como o espírito reto na direção da moralidade. Não há grande nação e grande Estado sem o Ensino Moral transversal, que faz a liga da cidadania, e cria resistências contra o crime organizado em todos os setores da vida nacional. Universalização do amor à Pátria, aos Símbolos Nacionais, aos Heróis Nacionais e demais manifestações que agem no plano simbólico”.

O manifesto não reivindicou a criação de disciplina educação moral e cívica, como vários projetos de lei apresentados no Congresso Nacional, mas, sim, de um conteúdo transversal, isto é, que permearia todas as disciplinas e atividades escolares, na linha da lei aprovada no Distrito Federal sete meses antes. O Ensino Religioso nas escolas públicas não constou da pauta de reivindicações, já que os evangélicos estavam divididos nessa questão – umas igrejas eram favoráveis, outras contrárias à existência dessa disciplina no currículo, nem mesmo com frequência facultativa ou adocicada como não-confessional.

O posicionamento mais claramente favorável ao Estado laico, durante a campanha eleitoral, veio da candidata Marina Silva, da Rede Sustentabilidade. Em 3/9/2018, portanto antes do 1º turno (ela não foi ao 2º), deu seu testemunho: “Eu tenho uma fé, sim. Sou cristã, da Assembleia de Deus, já fui católica, fui quase freira, e acho que, num país democrático como o nosso, não se deveria estimular essa guerra santa. Isso está fazendo muito mal para o Brasil. (...) Não acho que para ser presidente da República se deva deixar sua fé. E não é para impor a fé a ninguém. Pelo contrário, cada pessoa pode ter o credo que quiser ou não ter credo algum. (...) Na minha trajetória de 16 anos como senadora, ninguém vai encontrar um projeto, um posicionamento, uma frase que vá contra o *Estado laico*. O *Estado é laico* e tem que continuar *laico* [grifos meus]”.

Pesquisa de intenção de voto realizada logo antes do segundo turno indicaram que os dois candidatos praticamente empataram entre os eleitores católicos, mas Bolsonaro teve grande vantagem entre os evangélicos: 56% para ele contra 44% para Haddad, descontando anulações e abstenções. O saldo folgado em favor de Bolsonaro foi suficiente para compensar a possível derrota entre os adeptos de religiões afro-brasileiras, assim como entre os agnósticos e ateus. A desigual partição do voto de evangélicos em 2018 é uma questão polêmica, com interpretações que oscilam entre a *evangelicofobia* e o recurso à *pauta moral* como justificativa. Sobre isso, muito se escreverá.

Divulgado o resultado da eleição presidencial, Bolsonaro compareceu a um culto na Assembleia de Deus Vitória em Cristo, do pastor Silas Malafaia, no Rio de Janeiro. A celebração do sucesso eleitoral do candidato do PSLe aliados, presumivelmente garantido pela divindade, teve um discurso do ungido, iniciado com a seguinte frase: “Tenho certeza de que não sou o mais capacitado, mas Deus capacita os escolhidos”. Modéstia de se achar menos capacitado ou imodéstia de se crer escolhido por Deus? Como

disse acima, a frase de Einstein soava como um versículo bíblico. E a bênção de Malafaia confirmou a presunção com as seguintes palavras: “Bolsonaro, Deus vai te dar sabedoria, graça e saúde para fazer a diferença nessa nação. Você vai marcar a História desse país. Vamos ter um novo paradigma nessa nação. Deus vai mudar a sorte desse povo, a miséria, a violência, o desemprego, a corrupção, a desgraça. O Brasil é do Senhor Jesus. Deus abençoe o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro. Concordamos que você faça a diferença”.

A formação do ministério e dos órgãos do governo revelou não existir comunhão dos grupos de apoio. Suas afinidades eram mais declaratórias do que efetivas – os conflitos surgiram antes mesmo da posse do presidente eleito, como veremos no próximo capítulo, sobre o primeiro ano de Bolsonaro na Presidência da República.



2019 – É O MOMENTO DA IGREJA GOVERNAR

Formação do governo
Na ONU como nas ruas
Aparelhamento religioso
Educação com partido
Indígenas na mira
Resistência laica

Apesar da expressiva participação de instituições religiosas campanha eleitoral de 2018, o resultado não igualou a de 1933. Nesta, cerca de 58% dos deputados eleitos tinham se comprometido, por escrito, a lutar pelas reivindicações da Liga Eleitoral Católica, sintetizadas no decálogo: promulgação da Constituição em nome de Deus; defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso; incorporação legal do Ensino Religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, dos estados e dos municípios; regulamentação da assistência religiosa facultativa às forças armadas, prisões, hospitais, etc.; liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tivessem as mesmas garantias dos sindicatos neutros; reconhecimento do serviço eclesial de assistência espiritual às forças armadas e às populações civis, como equivalente ao serviço militar; decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã; defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis; e combate a toda e qualquer legislação que contrariasse, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica. Com algumas adaptações, a LEC logrou a inserção de toda essa pauta na Constituição.

As eleições de 2018 deram aos evangélicos pentecostais 16% da Câmara dos Deputados (a bancada evangélica era um pouco maior, se acrescidos os não pentecostais). Nem por isso, sua influência foi menor, pois eles lograram impor elementos de sua *pauta moral* devido ao oportunismo, à omissão ou à covardia dos colegas deputados. E só não conseguiram mais, porque seu programa não alcançou o grau de coesão da Igreja Católica na década de 1930, como na questão do Ensino Religioso nas escolas públicas, elemento essencial para o clero católico, mas não para todos seus homólogos evangélicos. Tanto que no Manifesto à Nação da Frente Parlamentar Evangélica, em apoio a Bolsonaro, divulgado quatro dias antes do segundo turno, não havia sequer uma palavra a respeito dessa disciplina.

FORMAÇÃO DO GOVERNO

Como sempre acontece após a vitória conquistada por um candidato ao Poder Executivo, a luta pela ocupação dos cargos começou com a proclamação dos resultados da votação, claramente favoráveis a Jair Bolsonaro, resultados que se replicaram no Congresso Nacional, em governos estaduais e assembleias legislativas. No Governo Federal, três grupos de interesse disputavam o poder ministerial

e de cargos de segundo escalão: evangélicos pentecostais, militares e olavistas, sem fronteiras nítidas entre eles, havendo superposições.

A antiga (desde os anos 1930) ideologia dos militares brasileiros, que enquadra na categoria *comunista* toda e qualquer posição distinta da ordem estabelecida, foi atualizada e ampliada pelo filósofo autodidata, jornalista e astrólogo Olavo de Carvalho. Ele elaborou uma análise da conjuntura e da história do Brasil contestando o que seria a *guerra cultural* movida pela esquerda contra as instituições nacionais, inclusive religiosas, que teria sido facilitada pela incapacidade dos governos militares em eliminar tal ameaça. Essa análise serviu como uma luva para os militares, que se sentiam ameaçados pelas medidas reparadoras das ações da ditadura, tomadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pela exumação de ossadas de mortos pela repressão política. E mais ainda pela Comissão Nacional da Verdade, instituída por lei aprovada pelo Congresso, mediante proposta da presidenta Dilma Rousseff, para investigar as violações de direitos humanos cometidas por “agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado, entre 1946 e 1988” – as casernas estavam na mira, evidentemente. A legitimidade de Olavo de Carvalho nos meios militares foi consagrada em sua participação na *História Oral do Exército Brasileiro na Revolução de 1964*. Ele foi convidado para dar palestras em instituições castrenses, inclusive no Clube Militar e no Clube Naval, seus livros passaram a integrar bibliografias de academias e escolas de comando e estado-maior, e recebeu a Ordem do Pacificador (Caxias, é claro), a mais alta condecoração do Exército.

A laicidade do Estado não fazia parte do repertório conceitual do filósofo da direita em ascensão, tampouco o confessionalismo. Entre as instituições responsáveis pelos males do Brasil, ele listou a Igreja Católica e as Evangélicas, não por serem más em si mesmas. O problema estava na instrumentalização de tais instituições por quem subia nas suas hierarquias e tentavam usá-las “para tirar vantagem e foder com o resto da população”. Daí que “demolir o prestígio dessas instituições seria tirar de milhões de picaretas a arma do crime”. Residente nos Estados Unidos desde a primeira eleição de Lula para a Presidência da República, Olavo montou cursos *on line* para brasileiros, que reproduziram suas ideias em numerosos sites, difundindo-as principalmente entre jovens insatisfeitos com o *sistema* e tendentes a assumir posições políticas de direita.

Ao empregar uma linguagem chula e agressiva para com os adversários, desqualificando-os como inimigos, Olavo forneceu aos seguidores mais do que um estilo de expressão, pois encaminhava para o empoderamento de quem se sentia vitimado pela “ameaça comunista trazida pelo Partido dos Trabalhadores”. Ao mesmo tempo, fornecia a estratégia para a futura tomada do poder, como disse numa entrevista divulgada no Youtube, em 10/4/2016, na qual propôs uma adaptação da culminância do processo ucraniano de derrubada do presidente eleito Viktor Yanukovich, três anos antes: “Eu acho uma intervenção militar extremamente difícil, a não ser depois de um processo de tomada do poder pelo próprio povo. Se você tiver um movimento de desobediência civil generalizada, pessoal cercar o palácio, não deixar senador entrar, não deixar ministro entrar, não deixar juiz entrar, se chegar neste ponto, as Forças Armadas entram”. Ou seja, criar a *anomia* para *forçar* a intervenção militar restauradora da *ordem*.

Nos Estados Unidos, Olavo fundou o Inter-American Institute for Philosophy, pretensão contraponto direitista do Foro de São Paulo, que reuniria os partidos de esquerda da América Latina. O conselho

desse instituto tinha pessoas de projeção naquele país, muitas filiadas a Igrejas Evangélica, o que propiciava a obtenção de donativos financeiros. Mas, diante dos ataques aos evangélicos (chamados de *evanjegues* e outros apodos), difundidos por Olavo em *lives* destinadas a seus adeptos brasileiros, seu patrício Júlio Severo, um militante evangélico, entregou aos membros do conselho do instituto a tradução das agressões verbais daquele, o que levou à saída dos membros norte-americanos da instituição e, conseqüentemente, à inviabilidade financeira.

Olavo nunca se destacou pela modéstia. Durante as lutas pelos ministérios, ele divulgou um vídeo explicando porque não aceitou a pasta da Educação, apesar dos convites de Bolsonaro. Mas não deixou de traçar os rumos para quem viesse a ocupar o cargo. Começou por criticar o poder, para ele excessivo, do ministério na Educação Básica, que deveria ser objeto de uma reforma radical, que a pusesse sob o controle das comunidades locais, incluindo as instituições religiosas e as famílias, fazendo lembrar o modelo dos vales educacionais (*charter schools*), das políticas educacionais de Pinochet no Chile e de Reagan nos Estados Unidos. Ou seja, municipalização com privatização.

Fora do âmbito militar, as principais conquistas de Olavo de Carvalho na formação do primeiro escalão do governo foram em dois postos: no Ministério das Relações Exteriores, com a nomeação do católico tradicionalista Ernesto Araújo, dos quadros do Itamarati; e no Ministério da Educação, com Ricardo Vélez Rodriguez e Abraham Weintraub.

O Ministério das Relações Exteriores promoveu duas inflexões importantes. Em primeiro lugar, abriu mão da política externa independente em proveito do alinhamento incondicional com os Estados Unidos do presidente Donald Trump, que se transformou em modelo para Bolsonaro; e a orientação política a favor de Israel, inclusive na proclamação de Jerusalém como sua capital. Em segundo lugar, o abandono da prioridade das relações com a Hispano-América e a África. No caso africano, o vácuo foi ocupado por pastores evangélicos, interessados no apoio do governo brasileiro a suas missões naquele continente, ao que Bolsonaro correspondeu plenamente. Em dezembro de 2019, o ministro visitou cinco países africanos, acompanhado de três deputados, dois deles pastores, Marco Feliciano e Márcio Marinho. Em novembro de 2019, o Itamarati enviou o secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, embaixador Fábio Mendes Marzano, para representar o Brasil no seminário promovido pelo governo da Hungria, sobre a perseguição aos cristãos no mundo de hoje. O embaixador apresentou a mudança de orientação do governo brasileiro, sintetizada no trecho: “No coração da família, que é a principal célula sobre a qual qualquer sociedade é construída, a religião nos permite conectar com a essência espiritual da humanidade”. Cauteloso diante dos arroubos de uma anacrônica *neocristandade*, o arcebispo Antoine Camilleri, vice-secretário do Vaticano para a relação com os Estados, chamou a atenção para o risco de se politizar a religião, violando a liberdade religiosa, “da mesma maneira que a paz ou os direitos humanos foram contaminados pela política”. Melhor seria que os governos respeitassem a autonomia das comunidades de fé. Mais um pouco, o arcebispo passaria a defender a laicidade do Estado...

Em termos quantitativos e qualitativos, os militares foram os mais contemplados na composição do governo Bolsonaro: além dos Ministérios da Defesa e da Infraestrutura, assumiram as secretarias com status ministerial da Segurança Institucional e de Governo. O aparato de segurança e informação em torno da Presidência da República foi ampliado e potencializado em suas atribuições. Militares

ocuparam autarquias e empresas estatais, além de cargos no segundo escalão de vários ministérios, o que levou cronistas políticos a afirmar que nem no tempo da ditadura havia no Governo Federal tantos oficiais das três armas ocupando cargos *civis* – ultrapassavam os 6 mil efetivos. A maioria deles era formada de oficiais da reserva, mas também havia os da ativa em tais postos. Dentre os generais, houve os que ocuparam posições importantes durante a ditadura – o mais destacado foi Augusto Heleno Ribeiro Pereira, chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Quando capitão, ele foi ajudante de ordens do general Silvío Frota, que, em 1977, tentou um golpe pela direita contra a “abertura lenta, gradual e segura” promovida pelo presidente-general Ernesto Geisel. Oficiais que serviram na “força de manutenção da paz” no Haiti estavam super-representados no segmento militar no governo Bolsonaro, como o próprio Augusto Heleno que, em 2005, foi responsável por um massacre de dezenas de mortos em Cité Soleil naquele país. Mesmo entre os generais havia evangélicos, como Luiz Eduardo Ramos, chefe da Secretaria de Governo, que frequentava a Igreja Memorial Batista, em Brasília.

O casal presidencial se dividia quanto aos grupos de interesse favoritos. A primeira-dama Michele Bolsonaro conferia particular preferência aos evangélicos pentecostais, tanto que mandou retirar dos Palácios da Alvorada e do Planalto peças que contivessem qualquer alusão ao repertório católico e afro-brasileiro, como, do salão nobre deste último, o quadro Orixás, de Djanira, o de maior visibilidade. O quadro mostra Iansã, Oxum e Nanã, tendo ao lado duas filhas de santo. No lugar da obra censurada, foi posta a réplica do quadro Pescadores, também de Djanira, sem aquele inconveniente.

Michele atuou diretamente na formação do governo. Logrou a nomeação da pastora Damares Alves, da Igreja Batista da Lagoinha, para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Damares era assessora do senador Magno Malta (preterido para vice na chapa presidencial, em proveito do general Mourão) e da Frente Parlamentar Evangélica, além de co-fundadora da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos-ANAJURE, o mais importante grupo de pressão institucionalizado no campo jurídico. Ela tinha uma longa folha de serviços como acusadora de candidatos que considerava inimigos de sua *pauta moral*. Marta Suplicy, prefeita da São Paulo, recebeu a falsa acusação de financiar ONG que supostamente divulgava material sobre masturbação de bebês nas creches da rede pública, “como na Holanda”. Contra Dilma Rousseff e Fernando Haddad (ministro da Educação), dizia que eles distribuíram o *kit gay*, material didático que incentivaria a homossexualidade, além da mamadeira erótica para bebês. Damares se transformou logo na porta-voz dos evangélicos pentecostais no governo, segundo as consignas que repetia nas pregações: “chegou a hora da Igreja ocupar a Nação” e “é o momento da Igreja governar”. Na cerimônia de posse no ministério, ela não se conteve: “O *Estado é laico* [grifo meu], mas esta ministra é terrivelmente cristã”, advérbio que foi repetido pelo presidente em várias ocasiões e para diferentes destinatários. Em 10/7/2019, ele declarou que dois ministros do Supremo Tribunal Federal seriam aposentados compulsoriamente por idade durante seu mandato. Um dos que indicaria para a vaga seria “terrivelmente evangélico”. O Estado podia ser laico, mas os membros do governo eram terrivelmente cristãos, espírito que deveria estar presente em todos os poderes da República. Damares ganhou as manchetes dos jornais ao firmar posição sobre a simbologia das roupas distintivas dos sexos: “menino veste azul e menina veste rosa” – mais do que uma metáfora, era mensagem de incentivo aos defensores de posições homofóbicas.

Completava o time evangélico no governo, mas fora do segmento pentecostal, Onyx Lorenzoni, da Igreja Luterana, ministro da Cidadania; Marcelo Álvaro Antônio, da Igreja Cristã Maranata, ministro do Turismo; e André Luiz Mendonça, da Igreja Presbiteriana, ministro da Advocacia Geral da União.

Para o estratégico Ministério da Educação foi convidado, ainda antes da posse de Bolsonaro, o professor aposentado, ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco Mozart Neves Ramos, do Conselho Nacional de Educação, dirigente de ONGs empresariais com foco no setor – Todos pela Educação e Instituto Ayrton Senna. Foi logo *desconvidado*, por pressão dos evangélicos pentecostais, que o julgaram insuficientemente comprometido com sua *pauta moral*, especialmente o combate à *ideologia de gênero*. Sem conseguirem um nome para substituir o reprovado, a indicação olavista predominou: Ricardo Vélez Rodríguez, colombiano naturalizado brasileiro, portador de todos os requisitos para o cargo naquela conjuntura política: formado em Filosofia e Teologia, professor em universidades públicas e privadas, além de professor emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Católico crítico da Teologia da Libertação, Vélez lamentava o fim do regime monárquico – se ele ainda existisse, o imperador teria dissolvido o Congresso e convocado novas eleições, para a “renovação do elenco” e acabar com a anarquia existente. No campo educacional, era preciso limpar o “entulho marxista deixado pelos governos petistas”, tanto nas políticas públicas quanto no material didático e no funcionalismo.

Em 8/4/2019 Vélez foi demitido por Bolsonaro. O novo ministro, também indicado por Olavo de Carvalho, era Abraham Bragança Weintraub, executivo do mercado financeiro e ressentido professor novato do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal de São Paulo. Ele conseguiu sintetizar praticamente todas as posições direitistas sobre o setor educacional: as universidades federais tinham professores que trabalhavam pouco, ganhavam muito e até plantavam maconha; os estudantes faziam *balbúrdia* ao invés de estudarem; o ensino estava cheio de propaganda partidária petista; as quotas para negros eram antidemocráticas por atentarem contra o princípio da meritocracia.

Mais adiante, num item específico, vou focalizar os conflitos no campo educacional, destacando os dois ministros. Na impossibilidade prática de apontar todas as manifestações de simbiose entre política e religião na formação do governo Bolsonaro, concluo este breve panorama com o perfil traçado pelo presidente para o diretor da Agência Nacional de Cinema, que pretendia nomear brevemente. Num almoço com jornalistas, em 30/8/2019, ele declarou querer alguém que soubesse recitar 200 versículos, tivesse a Bíblia encaixada debaixo do braço e o joelho machucado de tanto rezar – virtudes que não era as suas, evidentemente...

NA ONU COMO NAS RUAS

Não é objeto deste texto especular sobre como Jair Bolsonaro articulou em sua mente a filiação à Igreja Católica, de quem se dizia adepto, e à igreja do pastor Everaldo Dias Pereira, da Assembleia de Deus-Ministério Madureira, que o batizou nas águas do Rio Jordão, na Palestina. Nem suas convicções pessoais. O que é objeto, isto sim, é relacionar suas práticas e declarações com grupos de interesse político, particularmente as igrejas, algo de grande relevância ao se tratar da laicidade do Estado. Vejamos neste item três profissões de fé, seu contexto, destinatários e possíveis interesse envolvidos.

Em junho e agosto de 2019, Bolsonaro participou de duas Marchas com Jesus, promovidas por Igrejas Evangélicas Pentecostais, uma em São Paulo, outra em Brasília. Ele foi o primeiro presidente da República a participar de tais eventos – o de São Paulo ocorria desde 1993, e não contou com Fernando Henrique, Lula, Dilma nem Temer. Na capital paulista, em 20/6/2019, ele declarou que sua presença revelava como os políticos “respeitavam a nação evangélica”. Disse que no ano anterior prometera comparecer ao evento se Deus o quisesse na Presidência da República. E pelo jeito quis, tanto que lhe deu a vida pela segunda vez, depois da facada que sofrera durante a campanha eleitoral. E cumpria a promessa, além de declarar: “Agora, sou um presidente que diz que o *Estado é laico* [grifo meu], mas ele é cristão”. Aí está uma declaração que nada significa em termos lógicos, mas é cheia de significados políticos: o presidente cristão iria contra a laicidade do Estado, no que foi aplaudido pela multidão de fieis em marcha. E foi abençoado pelo pastor Marco Feliciano, também deputado federal (Podemos/SP), com um provérbio bíblico: “Quando o justo governa, o povo se alegra”.

Dois meses depois, foi a vez de Brasília, onde Bolsonaro participou da Marcha para Jesus e para a Família, em 10/8/2019. Ao discursar para 15 mil pessoas, o presidente criticou as famílias que fugiam ao figurino homem e mulher. Mesmo que a Constituição fosse alterada por emenda que permitisse outras configurações familiares, ele manteria sua posição, e evidenciou sua fonte: “Como não tem como emendar a Bíblia, vou continuar acreditando nisso. Família é homem e mulher”. Ele voltou a insistir na antinomia ilógica e mandou um recado para a “esquerdalha nojenta”: “O *Estado é laico* [grifo meu], mas eu, Johnny Bravo,¹ sou cristão”. Sua receptividade aumentou com a avaliação: “Não existe essa conversinha de ideologia de gênero. Isso é coisa do capeta”. Mandou um recado ao governador do DF Ibaneis Rocha, presente ao ato, para que não introduzisse temas ligados à “ideologia de gênero” nas escolas.

Em 24/9/2019, Bolsonaro proferiu o discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Não foi escolhido por sorteio nem por mérito: o chefe de Estado do Brasil abre a sessão, por tradição, desde a primeira assembleia. Assim o fizeram seus antecessores. Bolsonaro deixou de lado os grandes problemas do mundo e focalizou seu próprio governo, declarando que era democrático, defendia a liberdade de imprensa, cuidava do meio ambiente (que não estava em chamas, como a mídia divulgava) e dos indígenas. O Brasil ressurgia livre, depois de estar à beira do abismo, por causa da esquerda que havia implantado um regime muito próximo do socialista, onde reinava a corrupção, a recessão econômica e a criminalidade crescia. Não fosse isso suficientemente trágico, o governo petista promovia “ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos, que formam nossas tradições”.

Para reverter essa situação, o livre mercado, as concessões de serviços públicos e as privatizações davam o tom do seu governo. Uma longa passagem do discurso do presidente chamou a atenção dos que o ouviram ou leram: “Preocupam o povo brasileiro, em particular, a crescente perseguição, a discriminação e a violência contra missionários e minorias religiosas, em diferentes regiões do mundo. Por isso, apoiamos a criação do Dia Internacional em Memória das Vítimas de Atos de Violência baseados em Religião ou Crença. Nessa data, recordaremos anualmente aqueles que sofrem as

¹ Referência a um personagem de desenho animado de TV, caracterizado por seu corpo atlético, vaidade, agressividade e estupidez. Uma surpreendente auto-identificação para um presidente da República.

consequências nefastas da perseguição religiosa. É inadmissível que, em pleno século XXI, com tantos instrumentos, tratados e organismos com a finalidade de resguardar direitos de todo tipo e de toda sorte, ainda haja milhões de cristãos e pessoas de outras religiões que perdem sua vida ou sua liberdade em razão de sua fé”.

Quem era esse “povo brasileiro” que estava preocupado com a perseguição aos cristãos? No Brasil, os cristãos não eram perseguidos, ao contrário, setor deles perseguia adeptos de outras religiões, em especial os afro-brasileiros, inclusive nas escolas públicas e nos ataques aos terreiros da Umbanda e do Candomblé. Também os sem religião. O sujeito da denúncia de Bolsonaro eram os pastores das Igrejas Pentecostais que estenderam suas ações para países da África, onde o Islamismo é religião importante, até mesmo majoritária. Na Nigéria, por exemplo, massacres de cristãos por muçulmanos alternam os destes por aqueles. Portanto, o presidente da República Federativa do Brasil adotava como posição de todo o povo brasileiro a de um segmento religioso, importante para sua base de apoio.

Numa linha particularista, Bolsonaro fez dos representantes de todos os países do mundo, ouvintes de sua versão da pequena história política ao denunciar, repetidamente, a *ideologia* – a do outro, não a sua: “A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu. E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou. Sou prova disso. Fui covardemente esfaqueado por um militante de esquerda e só sobrevivi por um milagre de Deus. Mais uma vez agradeço a Deus pela minha vida”.

Considerando-se fonte da verdade, Bolsonaro não se conteve e citou trecho do Evangelho de João que pontuava suas falas no Brasil: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Não havia dúvidas de para quem seu discurso se destinava, sobretudo, para seus apoiadores: a verdade estava na fala do presidente, enquanto a ideologia, nas de seus inimigos. Agradecendo a todos os membros da Assembleia Geral da ONU, o presidente encerrou sua fala com um “glória a Deus!”.

APARELHAMENTO RELIGIOSO

A grande participação religiosa na campanha eleitoral vitoriosa, principalmente da vertente evangélica pentecostal, foi agradecida por Bolsonaro com declarações públicas e benefícios materiais e simbólicos. Em abril de 2019, o Ministério das Relações Exteriores renovou o passaporte diplomático (que garante privilégios em viagens internacionais) de dirigentes evangélicos pentecostais, inclusive do bispo Edir Macedo, dirigente da Igreja Universal do Reino de Deus e proprietário da TV Record.² No mesmo mês, o presidente determinou que o Banco do Brasil suprimisse da sua publicidade denominada “selfie”, com atores e atrizes, majoritariamente negros, tatuados e com cabelos coloridos, inclusive uma personagem transexual. Isso, porque a diversidade racial e de orientação sexual e de identidade de gênero são temas tabus para religiosos e não religiosos assustados com as mudanças culturais, inclusive o movimento Escola sem Partido. Depois de três semanas veiculada na TV, a peça

² Em agosto de 2019, a Justiça Federal em São Paulo determinou a suspensão e o recolhimento dos passaportes diplomáticos do pastor Valdomiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus, e de sua mulher, a bispa Franciléa, por ação movida por um advogado. A decisão incidiu apenas sobre esse pastor e essa bispa, não sobre os demais dirigentes religiosos que receberam esse privilégio.

foi interrompida em abril por ordem direta de Bolsonaro, que determinou o afastamento do diretor de marketing do banco. O Ministério Público gaúcho tentou reverter a situação, mas sem sucesso.

Além dos agrados imediatos, a participação das Igrejas Evangélicas Pentecostais na vitória de Bolsonaro ensejou o aparelhamento religioso do Estado em várias dimensões. Seguem três delas.

A primeira dimensão do aparelhamento consistiu na busca de privilégios financeiros para as igrejas, na linha do que já se resumiu no lema *templo é dinheiro*. Nesse quesito, uma contradição se formou no interior do governo. De um lado estavam os dirigentes da política econômica, ansiosos por aumentar a arrecadação num contexto recessivo. O ministro Paulo Guedes chegou a propor a recriação da contribuição sobre operações financeiras, abandonada para não suscitar reações generalizadas do empresariado. O secretário da Receita Federal Marcos Cintra sugeriu, em setembro de 2019, que tal contribuição incidisse também sobre os dízimos pagos às igrejas. A reação da bancada evangélica chegou a tal ponto que ele foi demitido, e o tema não voltou a ser mencionado.

Foram justamente os evangélicos, parlamentares e não, que pressionaram o presidente para a adoção de medidas que beneficiassem suas igrejas. Duas medidas de grande alcance foram tomadas pela Receita Federal em benefício genérico, mas que impactou positivamente as instituições religiosas, particularmente as evangélicas pentecostais. A primeira foi em maio de 2019, quando essa instância governamental dobrou o valor do total de receitas de doações e contribuições a partir do qual uma pessoa jurídica classificada na categoria “imunes e isentas” são obrigadas a apresentar escrituração contábil à Receita Federal. A segunda foi em junho do mesmo ano, quando esse órgão dispensou de inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas os estabelecimentos de organizações religiosas que não tivessem autonomia administrativa ou que não fossem gestores de orçamento. Essa providência beneficiou diretamente as igrejas que se multiplicaram pela instalação de filiais.

Em 19/12/2019, Bolsonaro sancionou a lei complementar nº 170, aprovada no Congresso Nacional a partir de proposta da deputada evangélica Clarissa Garotinho (PROS-RJ), que permitiu aos estados prorrogarem por até 15 anos as isenções, os incentivos e os benefícios fiscais vinculados ao ICMS, referentes a templos de qualquer culto e a entidades beneficentes de assistência social. O projeto estendia benefício concedido por outra lei complementar, essa de 2017, proposta pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e sancionada por Michel Temer.

A inclusão de entidades de assistência social no benefício contemplou as Santas Casas de Misericórdia, mantidas por entidades ligadas à Igreja Católica – uma maneira de ganhar aliados para a causa das Igrejas Pentecostais. Clarissa Garotinho não dissimulou o interesse privatista (religioso e não) de se manter as atividades públicas reduzidas para propiciar o avanço da assistência supletiva. Eis como ela justificou o projeto: “O alcance social dos serviços prestados por essas instituições é imenso. Muitas vezes elas auxiliam o Estado com trabalhos sociais como reforço escolar, alfabetização, reabilitação de pessoas com deficiência e tratamento de dependentes químicos. Não se trata de nova isenção, mas apenas de renovação daquilo a que elas já tinham direito”.

Todavia, os pastores queriam mais: o perdão da dívida das igrejas para com a previdência social, que chegava perto de um bilhão de reais; e uma legislação que ampliasse e consolidasse os privilégios

fiscais dessas instituições. Suas demandas foram apresentadas nos encontros que mantiveram com Bolsonaro, mas as reações do Ministério da Economia adiaram as soluções pretendidas.

A segunda dimensão do aparelhamento do Estado foi a luta pelas crianças e adolescentes paralelamente aos sistemas educacionais, luta na qual o protagonismo evangélico pentecostal foi decisivo: a formação dos conselhos tutelares. Previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, esses órgãos colegiados formados no âmbito municipal têm a atribuição de zelar pelos direitos dos menores de idade, principalmente do que vivem em situação de vulnerabilidade, em casos como violência física, psicológica e abuso sexual, entre outros. O procedimento mais comum é o conselho notificar o Ministério Público sobre violações dos direitos de crianças e adolescentes, e solicitar providências como, por exemplo, decisão judicial para a troca da guarda familiar. Esse é um exemplo de grande relevância, inclusive pelo possível reforço das lutas travadas no campo religioso, como em casos de mães de religião afro-brasileira que perdem a guarda de filhos por causa dos preconceitos de conselheiros e juízes cristãos.

Os candidatos a conselheiros se inscrevem em termos individuais, sem expressa vinculação a partidos políticos ou quaisquer outras instituições, e os eleitores votam facultativamente. A maioria dos municípios tem apenas um conselho tutelar cada, mas os de grande população podem ter até dezenas (São Paulo tem 52 e o Rio de Janeiro, 19, com jurisdições regionais). Cada conselho tem cinco membros, com remuneração estabelecida pela Câmara de Vereadores do respectivo município. A exigência formal é que o candidato resida no município, tenha mais de 21 anos e “reconhecida idoneidade moral”. Alguns municípios exigem experiência com atendimento a menores de idade e/ou os submetem a uma prova.

A articulação política entre conselhos tutelares e câmaras de vereadores é muito comum, com os vereadores apoiando candidatos a conselheiros, que, por sua vez, retribuem na reeleição dos apoiadores. Também comum é o cargo de conselheiro servir como uma espécie de trampolim para o de vereador. Com o crescimento das igrejas evangélicas pentecostais, essa equação política foi acrescida do elemento religioso: a utilização do Poder Público (o conselho tutelar, no caso) como extensão da igreja.

As eleições para os conselhos tutelares em 2019 foram marcadas para o dia 6 de outubro (em São Paulo foram adiadas por questões organizacionais), num clima de confrontação religiosa: competição entre católicos e evangélicos pentecostais. Embora essas duas vertentes do Cristianismo adotassem a base comum de combate à *ideologia de gênero*, questão mais sensível para elas, a rivalidade assumiu o primeiro plano. A Igreja Universal do Reino de Deus exortou os fieis a comparecerem e votarem em candidatos “que, acima de tudo, tenham compromisso com Deus” e não economizou indicações. A Arquidiocese de São Paulo, por sua vez, conclamou os seus para barrarem o avanço evangélico.

Os conselhos tutelares não estão situados no âmbito dos sistemas educacionais, mas, sim, das secretarias de Assistência Social. No entanto, o ECA prevê atribuições de fiscalização dos conselhos nas escolas como, por exemplo, o direito de crianças e adolescentes serem respeitados por seus educadores, o que pode ser empregado como apoio legal para as pretensões do movimento Escola sem Partido, de pôr os valores familiares (de cada família) acima dos valores escolares. As omissões podem

ser tão importantes quanto as ações dos conselheiros, por exemplo, ao não prestarem atenção à discriminação que crianças são vítimas nas escolas por serem negras e/ou por usarem símbolos de cultos da Umbanda, do Candomblé e de outros cultos afro-brasileiros. Portanto, a luta religiosa é muito mais do que simbólica. As instituições religiosas lutaram pelo uso do Poder Público para exercer sua atividade religiosa num Estado cada vez menos laico – afinal, o presidente não disse que o Estado é laico, mas ele era cristão?

Essa diretiva antilaica de Bolsonaro teve repercussões diretas e uníssonas no Governo do Distrito Federal, o caso típico da terceira dimensão no aparelhamento religioso do Estado. Logo no primeiro mês de seu mandato, em 7 de janeiro, o governador do DF Ibaneis Rocha (MDB) anunciou a criação de uma Unidade de Assuntos Religiosos, no seu gabinete, com atribuições amplas na assistência social, inclusive no combate às drogas; e na educação, como no combate à evasão escolar. Para dirigir essa instância estatal inusitada no Brasil republicano, o governador nomeou Kildare Araújo Meira, que já havia prestado assessoria jurídica à Arquidiocese de Brasília. Cinco meses depois, o governador divulgou a criação do programa Igreja Legal, com o objetivo de promover a regularização fundiária de templos evangélicos que ocupavam terrenos públicos sem autorização.

No fim do ano, dia 18/12/2019, o governador Ibaneis Rocha, acompanhado de numerosas lideranças religiosas e do Coordenador de Assuntos Religiosos, lançou a pedra fundamental do Museu Nacional da Bíblia, cujo edifício seguirá os traços do arquiteto Oscar Niemeyer. Situado num terreno de dez mil metros quadrados, o edifício contará com auditório, salas para pequenos eventos, cinema e praça de alimentação. Para o governador, o projeto “requalifica o Eixo Monumental, colocando, aqui na cauda do avião, esse leme que é o Museu da Bíblia”. Um contraponto mais do que simbólico, em concreto armado, para a catedral católica situada na mesma via? A presença de membros da Frente Parlamentar Evangélica foi correlata à inclusão no orçamento da União de emendas para a construção do edifício.

A área da Cultura, que havia sido contemplada com um ministério próprio nos governos de Lula e Dilma, foi rebaixada ao nível de secretaria, localizada, primeiramente, no Ministério da Cidadania, depois no do Turismo, onde sofreu fortes interferências de gestores religiosos. Paralelamente, prosperava na Câmara dos Deputados, projeto de lei apresentado em 2015 por Jefferson Campos (PSD-SP), que pretendia incluir, entre os beneficiados pela lei Rouanet,³ projetos de música gospel e eventos a ela relacionados. Relator do projeto, o deputado Vavá Martins (Republicanos-PA) ampliou o escopo para música sacra, o que lhe trouxe maior apoio na tramitação do projeto.

EDUCAÇÃO COM PARTIDO

Antes de focalizar os dois nomeados por Bolsonaro para o Ministério da Educação, no seu primeiro ano de governo, vale a pena tratar de um elemento simbólico de grande importância: a luta travada pelos militantes de direita no campo educacional contra a figura de Paulo Freire, proclamado patrono da educação brasileira pela lei nº 12.612/2012. O movimento Escola sem Partido apontava o educador

³ A lei nº 8.313/1991 possibilita que pessoas físicas e jurídicas transfiram parte do imposto de renda devido para o patrocínio de projetos culturais aprovados pelo Governo Federal.

pernambucano, identificado ao Partido dos Trabalhadores, como a referência básica da doutrinação esquerdista contra a moral cristã, supostamente existente nas escolas, no que convergia com a posição dos religiosos fundamentalistas, católicos e evangélicos. Ora, nada havia de anticristão na obra de Freire (que trabalhou muitos anos no Conselho Mundial de Igrejas, na Suíça), muito pelo contrário, mas sua ênfase no diálogo era justamente o oposto ao que autoritários de todas as crenças queriam ao evocar o versículo (22-6) dos provérbios da Bíblia: “Ensina a criança no caminho em que deve andar, e mesmo quando for idoso não se desviará dele!” – em tudo compatível com “meu filho, minhas regras”. Olavo de Carvalho também fez críticas a Paulo Freire, especificamente por indicar uma educação baseada na cultura dos destinatários, na cultura popular. Para o guru do bolsonarismo, essa pedagogia impedia a ascensão social, portanto era antidemocrática. Na campanha eleitoral, Bolsonaro fez um discurso para empresários no estado do Espírito Santo, no qual prometeu invadir o MEC com um lança-chamas para tirar Paulo Freire de lá.

Vencida a eleição e empoderados os bolsonaristas, o deputado federal Heitor Freire (PSL-CE) apresentou na Câmara projeto de lei revogando a lei que proclamou Paulo Freire (que não era seu parente) patrono da educação brasileira. Para o proponente, a pedagogia da libertação eliminava o pensamento plural nas escolas e no meio acadêmico, além de “promover a insubordinação do aluno perante o professor”. Partiu da falsa suposição de que a pedagogia freireana era adotada generalizadamente no Brasil, e concluiu: “A péssima situação da educação brasileira revela por si só os resultados catastróficos da adoção dessa plataforma esquerdista de ensino”. A tramitação do projeto foi tortuosa, e ele engrossou com o apensamento de outros que revogavam a lei nº 12.612/2012 e propunham a substituição de Paulo Freire por outras personalidades. O projeto de lei do deputado Carlos Jordy (PSL/RJ) propôs São José de Anchieta e o do Coronel Tadeu (PSL-SP), o nome de Branca Alves de Lima, a autora da cartilha *Caminho Suave*. Com tais pretendentes, é pouco provável que o intento inicial tenha sucesso, e Paulo Freire prossiga patrono da educação brasileira.

Passemos aos ministros da Educação e suas tenebrosas atuações.

Ainda em 2018, tão logo foi anunciada sua escolha para o Ministério da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues divulgou um “roteiro para o MEC” na internet. Nada modesto, disse que a escolha de seu nome foi melhor do que outras duas indicações inadequadas. Uma delas (a de Mozart Neves Ramos, presumo), estaria comprometida com “a atual burocracia gramsciana que elaborou no INEP as complicadas provas do ENEM, entendidas mais como instrumento de ideologização do que como meios sensatos para auferir a capacitação dos jovens no sistema de ensino”. A outra proposta inadequada estava afinada com as empresas financeiras que, através de fundos de pensão internacionais, viam a educação brasileira apenas para obterem lucros, às custas da baixa qualidade do ensino. Diferente delas, sua proposta era a mesma de Olavo de Carvalho e do presidente eleito: “Mais Brasil, menos Brasília”, o que queria dizer o esvaziamento do papel do MEC em proveito dos municípios, refundar o ministério em proveito “das pessoas”, contra a ideologia marxista travestida de “revolução cultural gramsciana e suas invenções deletérias”, visando “desmontar os valores tradicionais da nossa sociedade, no que tange à preservação da vida, da família, da religião, da cidadania, em suma, do patriotismo”.

Em 24/11/2018, três semanas depois daquela postagem, o futuro ministro deu entrevista na qual defendeu o projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional que instituiria o Programa Escola sem Partido. A lei vindoura proibiria a ideologização de gênero ou política nas escolas e respeitaria os valores das famílias, que deveriam ter prioridade. “Quem educa é o pai e a mãe, a escola tem que respeitar as tradições familiares em que as crianças cresceram”. Para ele, a família é a *Patria Mater*, ela é que tem que educar, a escola complementa. No entanto, manifestou a impressão de que a lei teria um texto mais moderado do que o inicialmente proposto.

Em 28/1/2019, já empossado no MEC, Vélez recebeu carta das direções de cinco escolas privadas de elite⁴ protestando contra suas declarações quando ainda postulante ao cargo. A carta dizia que “Considerar que a escola ensina e a família e a igreja promovem a educação moral é uma opinião desatualizada, pois o desenvolvimento moral é inseparável do desenvolvimento intelectual, e a educação das crianças não se limita a memorizar informações e fatos. O conhecimento existe em um contexto, numa abordagem que, necessariamente, envolve o desenvolvimento emocional, social, intelectual, moral e físico do aluno”.

A carta dessas escolas privadas trouxe uma posição raramente encontrável nesse setor do ensino: “Para assegurar a *laicidade da educação* [grifo meu], como prevista na constituição brasileira, pedimos que não deixe que a exploração da credulidade dos despossuídos, por meio da religião, se imiscua no processo da educação escolar. O conhecimento e a cultura são o patrimônio de um país. A arte atravessa a História da Humanidade e é expressão da civilização, que não pode ser demonizada”. Ou seja: escolas privadas de elite pediram a laicidade do ensino público (o dos “despossuídos”) que, presumivelmente, elas praticavam em seu âmbito, apesar de não obrigadas a isso pela Constituição.

A atribuição à igreja da educação moral, só encontrei de modo tangencial nas declarações de Vélez. Mais direto foi seu sucessor, Abraham Weintraub. Em setembro de 2019, numa conferência realizada no Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior, na capital paulista, ele afirmou que “a gente ensina (a ler, um ofício), quem educa é a família”, consigna que encantou tanto os defensores do movimento Escola sem Partido quanto os da educação doméstica, conhecida como *homeschooling*.

Um mês e meio depois, em 18/3/2019, foi divulgada uma nota emitida por 14 Entidades Nacionais pela Educação Democrática e Laica, especificamente contra o doutrinamento religioso.⁵ A preocupação maior dos signatários era com as nomeações para os cargos de chefia no MEC, baseadas no critério de pertencimento a determinadas religiões. Diante disso, “Ressaltamos que a religião não pode se transformar em norteadora de políticas públicas. O conhecimento científico é independente da religião professada por quem pesquisa e ensina, sendo garantidas a liberdade de ensino, de pesquisa e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (art. 206 da Constituição). Um país que, normatizado por princípios constitucionais, tem a intenção de defender a democracia, a cidadania plena, a liberdade

⁴ Escola Barão Vermelho e Colégio Mangabeiras Parque, de Belo Horizonte; Escola Parque, do Rio de Janeiro; Escola da Vila e Escola Viva, de São Paulo.

⁵ ANPUH, ANPEd, ANFOPE, ANPAE, ABCD, ABRAPEC, CEDES, FINEDUCA, FORUMDIR, SBEnBIO, SBEnQ, SBHE, AGB e Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio.

de pensamento, a *laicidade do Estado* [grifo meu] e a dignidade humana, não pode se submeter ao doutrinamento religioso”.

O primeiro ato de Bolsonaro como presidente, voltado para o campo educacional, foi a sanção da lei nº 13.796, em 3/1/2019, de imediato interesse para adventistas e judeus ortodoxos, mas festejada pelos evangélicos pentecostais, por afinidades bíblicas literais. A lei resultou de projeto apresentado em 2003 pelo deputado goiano Rubens Otoni Gomide, filiado ao PT, defeito que não suplantou a satisfação dos beneficiários. A lei alterou a LDB, determinando que nos três níveis de ensino, o aluno pode se ausentar de prova ou de aula em dia que sua religião não permite o exercício de tais atividades, desde que apresente prévio e motivado requerimento. A partir daí, ficaram sem efeito os pronunciamentos do Conselho Nacional de Educação sobre a inexistência de base jurídica para o abono de faltas a alunos ausentes de aulas por motivo religioso.

Em fevereiro de 2019, no segundo mês de sua gestão, Vélez ocupou as manchetes da imprensa digital e impressa por declarações que suscitaram pronta e generalizada oposição. Sobre a universidade, disse que não era para todos (alusão a projeto do MEC na gestão petista), mas apenas para alguns. Ao justificar a inserção da disciplina Educação Moral e Cívica nos currículos escolares, afirmou que ela evitaria que os brasileiros em viagem se comportassem “como canibais”, roubando coisas dos hotéis e até coletes salva-vidas dos aviões.

Não bastasse isso, o ministro enviou mensagem a todas as escolas de Educação Básica do país pedindo que gravassem os alunos cantando o Hino Nacional todas as segundas-feiras, após o que seria lido um texto finalizando com o lema de Bolsonaro na campanha eleitoral – “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. E que enviassem os arquivos dos vídeos ao MEC. Diante das reações generalizadas de caráter jurídico e político-ideológico, o ministro teve de desistir da recomendação. Não ficou aí a *cruzada* ideológica de Vélez, que pregou a revisão dos livros de História, para que as crianças pudessem conhecer a verdade dos acontecimentos, como o “regime democrático de força” instituído pela mudança constitucional de 1964.

Em 27/3/2019, Vélez compareceu a uma audiência pública promovida pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, na qual apresentou o que seriam suas propostas para o MEC. O ministro suscitou forte reação de vários deputados e debatedores convidados, principalmente sobre o modelo para as escolas cívico-militares: como Pablo Escobar teria feito na Colômbia (país natal de Vélez), escolas com atividades extras e disciplina dos PMs afastariam os traficantes. Pablo Escobar queria que os jovens trabalhassem para o tráfico, não que consumissem drogas, essas seriam para exportação. A indignação suscitada tanto pelas propostas quanto pelas não respostas do ministro, levou a que vários parlamentares pedissem que ele entregasse o cargo.

Não demorou muito para que Vélez deixasse o MEC, mas não por efeito da indignação parlamentar. Ele tinha demonstrado incapacidade de articular as pressões provenientes das disputas entre os grupos pretendentes aos cargos de direção no MEC, particularmente do posto mais importante do ministério, a Secretaria-Executiva, uma espécie de vice-ministro. Depois de ter dois nomeados para o cargo destituídos por pressão dos olavistas, em apenas dois meses de gestão Vélez acabou por se render à indicação do ministro Lorenzoni, de uma evangélica ligada à ONG Associação de Escolas Cristãs de

Educação por Princípios. De acordo com ela, “O autor da História é Deus. O realizador da Geografia é Deus. O maior matemático é Deus”. De pouco adiantou essa surpreendente proclamação epistemológica, porque em 8/4/2019 Vélez foi demitido por Bolsonaro, devido ao acúmulo de problemas internos à pasta e por pressão dos próprios olavistas que o haviam indicado. E com ele, caíram a secretária-executiva Iolene Lima e sua pedagogia teológica.

O novo ministro, Abraham Weintraub, foi também indicado por Olavo de Carvalho, e endossou políticas que Vélez havia iniciado, como a militarização da educação pública no nível básico. No dia 5/9/2019, o MEC anunciou a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, instituído pelo decreto presidencial nº 10.004, da mesma data, com a meta de incorporar 216 estabelecimentos até 2023, ao ritmo de 54 por ano. Não seriam construídas novas escolas, pois as unidades da Federação e os municípios que aderissem ao programa indicariam os estabelecimentos das respectivas redes que adotariam o modelo das Escolas Cívico-Militares, com alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e/ou do Ensino Médio. Situadas preferencialmente em regiões de maior vulnerabilidade social, elas adotariam os modelos de gestão dos colégios militares do Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares. O MEC destinaria recursos financeiros para o pagamento de gratificações a militares inativos para atuarem nas áreas de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa.

Não havia no projeto menção ao Ensino Religioso, talvez para a autoridade religiosa não entrar em competição com a ordem unida... No entanto, as afinidades da disciplina das escolas militarizadas com instituições religiosas que valorizam o controle social se manifestaram em cerimônias como a promovida pela Igreja Evangélica Luz do Mundo, do pastor Albertino Alves de Sá e sua mulher, a pastora Uelida Borges, sediada em Lages (SC) e com filiais em outros dez municípios. Em 14/11/2019, o casal pastoral convocou os fiéis-alunos, que usavam uniforme de estilo militar, a orarem pelas autoridades governantes do país, numa demonstração plena de amor à pátria, com o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Weintraub não ficou atrás do antecessor nas declarações e ações polêmicas. Sua disposição para suscitar conflitos parecia não ter limites. Em abril de 2019, ele afirmou que filmar professores em sala de aula era um direito dos alunos no exercício da liberdade individual. Em setembro desse ano, ele atuou em duas frentes. Na Educação Básica, enviou ofício às redes estaduais e municipais de ensino com o lema “Escola para Todos”, convergente com “Escola sem Partido”, no qual sugeriu o combate à intimidação, à propaganda política e à doutrinação, além de se promover o respeito às diferenças e à tolerância religiosa. Em setembro de 2019, ele conseguiu de Bolsonaro a emissão de uma medida provisória criando uma identificação para os alunos de instituições de ensino e outros beneficiados pela meia entrada nos cinemas e espetáculos. Era uma tentativa de driblar as carteiras emitidas pela União Nacional dos Estudantes e pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas, principal fonte de renda das entidades. Ao sofrer reação generalizada, a medida provisória não prosperou, de modo que nem chegou a ser votada e perdeu a eficácia.

O movimento Escola sem Partido, que desde 2004 polarizava as esperanças da direita de controlar a educação pública e privada, entrou em declínio justamente no governo Bolsonaro – parecia que ele foi impulsionado para combater os governos petistas e para agregar as disposições direitistas de numerosos candidatos na eleição de 2018, mas agora a serventia se diluía. O próprio guru do

bolsonarismo, Olavo de Carvalho, em tudo apoiador das teses daquele movimento, disse que seus promotores erraram a entrar com projetos de lei antes de se ter um “debate científico” sobre a questão – “acho que colocaram a carroça na frente dos bois”.⁶ Entre os errados estariam os dois filhos de Bolsonaro, Flávio e Carlos, os primeiros a proporem leis na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e na Câmara de Vereadores da capital fluminense, respectivamente, em 2014. Com efeito, o movimento sofreu muitos e importantes revezes. Em pelo menos cinco estados (SP, RJ, MG, SE e AM), tribunais suspenderam o efeito de leis municipais que tinham incorporado os mecanismos repressores de professores e alunos na Educação Básica. E em 21/3/2017, o ministro do STF Luís Roberto Barroso suspendeu, em caráter liminar, a lei aprovada em Alagoas que instituía a Escola Livre, versão estadual da Escola sem Partido, movido por Ação Direta de Inconstitucionalidade apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino-CONTEE.

Para entender o declínio do movimento Escola sem Partido, não se deve deixar de levar em conta as contradições no âmbito da direita. A *pauta moral* unia religiosos (católicos e evangélicos) e não religiosos no geral, mas no particular havia diferenças importantes. A Câmara desarquivou um projeto de lei apresentado em 2005 pelo influente pastor da Assembleia de Deus, deputado Hidekazu Takayama (PMDB-PR), que pretendia acrescentar ao Código Penal mais uma exclusão aos crimes tipificados como injúria ou difamação: a opinião de professor ou ministro religioso no exercício do magistério.⁷ Aparentemente, era o oposto do que se pretendia numa escola sem partido, mas o projeto de lei queria garantir era a liberdade do professor proselitista para externar opiniões homofóbicas e em “defesa da vida”, além de ministrar ensinamentos anticientíficos, como o criacionismo.

Em 3/6/2019, uma portaria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, órgão do MEC encarregado da avaliação no campo educacional, divulgou portaria que suprimiu das questões do Exame Nacional de Desempenho-ENADE elementos referentes a sexualidade, relações de gênero e relações étnico-raciais. Desde 2016, esses elementos poderiam constar da prova comum de acesso a todos os cursos do Ensino Superior. Os religiosos fundamentalistas aplaudiram a portaria.

Na mesma linha e ampliando o leque, em 20/11/2019, os ministros Abraham Weintraub da Educação e Damara Alves da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos tentaram institucionalizar o movimento Escola sem Partido, mesmo sem lei aprovada no Congresso e na contramão da liminar do STF contra a lei alagoana. Assinaram um acordo visando a garantir “os direitos das crianças e dos adolescentes dentro das escolas, em especial a integridade física, sexual, psicológica e moral”. Firmado em comemoração dos 30 anos da Convenção dos Direitos da Criança, as medidas incluiriam os direitos do aluno a: não ser prejudicado, na escola, por suas crenças e convicções; não ser submetido a publicidade ou propaganda de qualquer natureza na escola; ter liberdade religiosa; ter suas próprias crenças e convicções, desde que não incitassem à violência. Os pais receberiam uma cartilha com a

⁶ Soa estranho esse requisito, pois “debates científicos” não eram requisitos para as polêmicas em que Olavo se envolvia. Questões de ego podem ter prevalecido nessa questão.

⁷ Esse deputado foi autor de petição apresentada à Câmara dos Deputados, em 2018, para que o governo brasileiro envidasse esforços internacionais para que Jerusalém fosse considerada capital eterna e indivisível de Israel, assim como a transferência da embaixada brasileira de Telaviv para essa cidade. A base dessa posição política era religiosa, pois os fundamentalistas acreditavam que, com essa providência, estariam cumprindo um dos requisitos bíblicos para a volta (ou a vinda?) do Messias e o fim dos tempos.

especificação desses direitos e as providências que deveriam tomar no caso de transgressão, inclusive o acesso a canais de denúncia. Era tudo o que partidários da Escola sem Partido pretendiam.

O acordo Weintraub/Dameres não resultou em efeito prático nas escolas estaduais e municipais, que matriculam a maioria absoluta dos alunos da Educação Básica, mas serviu de incentivo a grupos locais para exercerem uma violência mais do que simbólica em certas instituições de ensino. O Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, foi *visitado* por dois deputados bolsonaristas, o federal Daniel Silveira e o estadual Rodrigo Amorim, que entraram no estabelecimento alegando serem policiais.⁸ Em setembro de 2018, durante um comício do candidato bolsonarista ao governo fluminense Wilson Witzel, eles se notabilizaram por rasgar a placa-homenagem à vereadora Marielle Franco (PSOL, assassinada por motivos políticos). Os visitantes tiraram fotos de murais e gravaram vídeos em atitude de intimidação. No colégio, os deputados saíram vaiados, e o grêmio estudantil, que adotou o apelido *grêmio balbúrdia*, em afronta ao ministro Weintraub, emitiu nota de protesto. A Associação de Mães e Pais de Alunos da maior unidade do Colégio Pedro II divulgou nota, na qual declarou: “Entendemos que o governo tem perseguido constantemente os direitos fundamentais e atacado um dos principais pilares sociais necessários para a construção de um Brasil menos desigual: saúde, educação e segurança. O Colégio Pedro II é exemplo de educação emancipadora, *laica* e inclusiva [grifo meu]”.

INDÍGENAS NA MIRA

Os conflitos envolvendo a FUNAI começaram no governo de Michel Temer e pioraram no de Bolsonaro. Um pastor evangélico ocupou a presidência dessa fundação durante um semestre, em 2017, logo substituído por um general, categoria política que se mostrou forte na disputa pelo controle do órgão, mas foram os ruralistas que acabaram se impondo, na figura de um delegado da Polícia Federal.

No interior do campo religioso, as disputas não foram menos intensas, e já vinham de antes de Temer. O Conselho Indigenista Missionário-CIMI, do segmento católico, redefiniu sua orientação, abrindo mão da secular motivação catequista e passou a respeitar as culturas dos povos originários, contentando-se em prestar assistência religiosa quando solicitada. O propósito missionário permaneceu no nome e na prática, contudo a organização veio a participar do amplo movimento de associações culturais, políticas e acadêmicas contra o integracionismo e a favor do direito histórico dos indígenas a suas terras. No entanto, a ambiguidade da Igreja Católica se manifestou na beatificação de José de Anchieta (protagonista primordial do etnocídio) pelo papa João Paulo II em 1980, com tanta certeza e pressa, que dispensou a exigência regulamentar de um milagre comprovado. Pouco tempo depois (pelos padrões vaticanos), Anchieta foi canonizado pelo papa Francisco em 2014, que, por sua vez, abriu mão do segundo milagre. Em 2007, entre um ato e outro, o papa Bento XVI teve o desprazer de dizer em Aparecida (SP) que a empreitada missionária na América Latina não supôs, em nenhum momento, uma alienação das culturas pré-colombianas, e que o Cristianismo não foi a imposição de uma cultura estranha, mas, sim, o acolhimento do salvador que os indígenas ansiavam silenciosamente...

⁸ Daniel Silveira foi preso no ano seguinte e, em abril de 2021, condenado pelo STF à perda do mandato parlamentar e prisão pelo crime de ameaças ao Estado de Direito. Posteriormente, recebeu a *graça* de Bolsonaro e foi libertado.

Em disputa aberta com o segmento católico, os evangélicos pentecostais assumiram o protagonismo etnocida mais ostensivo. Quando encontram resistência dos órgãos estatais, retrucam argumentando que o Estado não pode impedir a livre expressão religiosa dos missionários, nem cercear o direito dos indígenas de optarem pela religião que quiserem. E, num processo de inversão simbólica, evocam o princípio da laicidade do Estado em benefício de sua *missão*: o Estado laico deveria respeitar a liberdade religiosa dos catequistas e de seus destinatários, sem interferir nas relações entre eles.

Na esteira dessas políticas e protegidos por elas, os missionários evangélicos pentecostais avançam sobre as aldeias indígenas para a catequização, com propósitos semelhantes aos dos jesuítas dos séculos XVI e XVII, mas sem a sofisticação metodológica de Anchieta e seus confrades: combater as práticas tradicionais, como a nudez, o uso do tabaco e de bebidas fermentadas; e as crenças em suas divindades e pajés. Os missionários traduzem a Bíblia (de preferência, trechos escolhidos) e aprendem o suficiente de suas línguas para lhes inculcar a rejeição de sua cultura *demoníaca* para adotar uma versão do Cristianismo. Além de missionários estrangeiros e brasileiros *civilizados*, as Igrejas Evangélicas Pentecostais desenvolveram a estratégia de formar pastores indígenas para atuar nas aldeias, o que lhes tem trazido grande sucesso, principalmente nas tribos que vivem em situação de maiores necessidades materiais, nas quais sua entrada é facilitada pela distribuição de alimentos e roupas – tática adaptada das periferias urbanas, onde prospera no vácuo deixado pela miséria material e pela ausência do Estado.

Os povos originários e suas terras foram alvo dos ataques de Bolsonaro quando ele ainda era deputado. Na década de 1980, o pai de Jair foi garimpeiro em Serra Pelada, e ele próprio arriscou encontrar ouro, embora sem autorização legal, e disse que garimpar “está no sangue”. As terras indígenas tinham ouro à espera de exploração, assim como pecuária e plantio possíveis, portanto não deveriam ser resguardadas. Antes de ser eleito, em abril de 2018 o então deputado Bolsonaro explicitou sua posições pró-genocídio, como na seguinte declaração: “Realmente a cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e, hoje em dia, não tem esse problema em seu país”. Durante a campanha eleitoral, ele disse que a FUNAI precisaria de uma “foiçada no pescoço”, para deixar de proteger os indígenas em seu estado natural. E já eleito, revelou que seu projeto era fazer os indígenas “iguais a nós”, ou seja, pregava o oposto à política indigenista desde Rondon. Ao invés de se defender o direito dos povos originários às terras em que viviam, assim como o de manterem seus costumes e crenças, Bolsonaro retirou do baú de ideias que se supunha descartadas, a de *civilizar* os indígenas, de integrá-los à cultura nacional, e a suas terras à economia de mercado.

Eleito e empossado, Bolsonaro foi coerente com o dito antes, quando prometeu uma “foiçada” na FUNAI, por dificultar as atividades do agronegócio e da mineração. Não sendo possível extinguir a fundação, tentou transferi-la, por medida provisória, do Ministério da Justiça para ministérios que facilitassem a ação dos interessados nas terras e nos espíritos dos indígenas. Primeiro, a mudança de toda a instituição para o âmbito do Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, da pastora pentecostal Damares Alves. A “foiçada” prometida resultaria, também, na transferência da atribuição de demarcação das terras indígenas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento, da ex-presidente da bancada ruralista na Câmara dos Deputados, Tereza Cristina Correa da Costa Dias. Militares seriam contemplados com cargos executivos nas diretorias do órgão.

Todavia, o Congresso Nacional acolheu os argumentos de parlamentares e de organizações da sociedade civil. Na apreciação da medida provisória da reforma ministerial, manteve a FUNAI no Ministério da Justiça, inclusive a atribuição de demarcação de terras indígenas. Em outra tentativa, Bolsonaro baixou medida provisória transferindo a demarcação para o Ministério da Agricultura, mas a ilegalidade do ato foi reconhecida pelo STF, de modo que a atribuição permaneceu com a fundação.

Contudo, a ofensiva evangélica não foi paralisada. Em fevereiro de 2019, o pastor Ricardo Lopes Dias foi nomeado para dirigir a estratégica Coordenadoria Geral de Índios Isolados e Recém-Contatados-CGIIRC da FUNAI, contrariando norma da fundação, que determinava dever o ocupante desse cargo ser integrante do seu corpo técnico, não alguém *de fora*, como o pastor. Embora apresentado como antropólogo, o que era atestado pelos diplomas que possuía, ele atuava junto aos indígenas pela Missão Novas Tribos do Brasil, instituição criada nos Estados Unidos, com atuação aqui desde a década de 1950. Três meses depois da nomeação, motivadora de protestos provenientes de entidades indígenas, políticas e acadêmicas, o Ministério Público Federal acionou a Justiça para anular a nomeação do pastor, apontando a irregularidade. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região anulou a nomeação, que, todavia, foi derrubada pelo ministro João Otávio de Noronha, presidente do Superior Tribunal de Justiça, de modo que o pastor pôde prosseguir no cargo e na sua *missão*.

RESISTÊNCIA LAICA

Setores da Sociedade Civil reagiram contra o avanço do confessionalismo anunciado na campanha eleitoral e efetivado pelo governo Bolsonaro e seus replicadores no âmbito estadual e municipal. Vale lembrar aqui o protesto público de 14 entidades, em março de 2019, contra as nomeações para os cargos de chefia no MEC baseadas em critério de pertencimento religioso. Houve reações ao confessionalismo também no interior do Estado, no Poder Legislativo e no Sistema de Justiça (Ministério Público + tribunais). É delas que trato aqui.

O Poder Legislativo foi modesto no enfrentamento do confessionalismo, por causa dos parlamentares eleitos com plataformas religiosas, inclusive com títulos de padres, bispos/as, pastores/as, missionários/as, irmãos, apóstolos/as e outros apelativos. À atividade coesa destes, correspondeu a omissão, o oportunismo e até a covardia dos colegas. A exceção ficou por conta da recusa à transferência da FUNAI para o Ministério da Agricultura, apesar da força da bancada ruralista no Congresso. Mesmo assim, importantes ações tendencialmente orientadas pela laicidade do Estado foram feitas em nível estadual.

Na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o deputado Átila Nunes Pereira Filho (MDB), cuja carreira política se baseou na defesa dos cultos afro-brasileiros, destacou-se pelas denúncias de uso da administração da capital fluminense em proveito da Igreja Universal do Reino de Deus, da qual o

prefeito Marcelo Crivella era bispo licenciado.⁹ As denúncias incidiram sobre a inclusão de perguntas sobre religião em questionários aplicados nos membros da Guarda Municipal e nos candidatos a participar da Academia Carioca, para pessoas de terceira idade. No primeiro questionário, uma pergunta indagava se o/a guarda professava alguma religião. Uma segunda, se era católico/a, evangélico/a ou espírita. E a terceira, se era praticante da religião assinalada. Confrontada com a ilegalidade da “pesquisa”, a direção da Guarda Municipal informou ao deputado que o objetivo era a construção de um espaço ecumênico para prestar assistência religiosa, espiritual e social aos guardas municipais. Inconformado com a resposta, o deputado encaminhou denúncia ao Ministério Público.

Em 18/2/2019, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade do decreto do prefeito de Guanambi que, dois anos antes, entregara a chave da cidade ao Senhor Jesus Cristo. Qualificando-se como eleito pelo povo, mas designado por Deus, o prefeito Jairo Magalhães não economizou no confessionalismo militante: “Declaro ainda que todos os principados, potestades, governadores deste mundo tenebroso e as forças espirituais do mal, nesta cidade, estarão sujeitas ao Senhor Jesus Cristo de Nazaré. Cancelo em nome de Jesus todos os pactos realizados com qualquer outro Deus ou entidades espirituais”. No mesmo ano do decreto, o Ministério Público baiano moveu ação que, em março de 2018, resultou, preliminarmente, na suspensão do decreto. E, no início de 2019, a decisão do tribunal se valeu de uma dimensão da laicidade do Estado, a liberdade de crença: “o que salta aos olhos é que o decreto em questão se utiliza da máquina administrativa para manifestar dogmas e crenças, levando a crer que o Estado, naquela manifestação municipal, repudia outras crenças e valores religiosos, o que pode ser um comportamento atualmente temerário e inadmissível”.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou a lei nº 17.157/2019, dispondo sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação por motivo religioso. O projeto de lei foi apresentado dois anos antes pela deputada Leci Brandão (PCdoB), com a justificativa de que, com o crescimento da diversidade religiosa no Brasil, verificava-se o aumento da intolerância. Contra esse fenômeno foi instituído o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, pela lei federal nº 11.635/2007, mas faltava um instrumento legal para permitir o efeito pretendido. A lei paulista tipificou os atos de intolerância religiosa praticados por qualquer pessoa física ou jurídica. Aqui vão alguns exemplos: criar embaraços à utilização das dependências comuns e áreas não privativas de edifícios; praticar, induzir ou incitar, pelos meios eletrônicos e pela rede mundial de computadores – internet; criar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propagandas que incitem ou induzam à discriminação; recusar, retardar, impedir ou onerar a prestação de serviço de saúde, público ou privado; e outros. As sanções vão da advertência até multas em dinheiro. Quando a infração for cometida por agente público, servidor civil ou militar, no exercício de sua função, as penalidades são acrescidas das regulamentações pertinentes a cada categoria. O rito legal previsto consiste na denúncia à Secretaria de Justiça e Cidadania, que instaurará inquérito e encaminhará o resultado à autoridade policial para elucidação. Daí, pode haver mediação de conflitos ou encaminhamento à Justiça.

⁹ Em 2018, o bispo-prefeito Crivella foi alvo de ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro por desrespeito ao princípio da laicidade do Estado. Entre as acusações, estava a de contratar fiéis de sua igreja para a administração municipal; e a de prometer privilegiar fiéis nas filas para a realização de cirurgias nos hospitais municipais, em desrespeito às normas igualitárias do SUS.

Outra manifestação do Poder Legislativo estadual na direção da laicidade do Estado ocorreu no Rio de Janeiro e na área de Educação. A Assembleia Legislativa fluminense tinha aprovado em 2000 a lei nº 3.459, produto das demandas da Igreja Católica, determinando o Ensino Religioso na modalidade confessional, incluindo essa disciplina no Ensino Médio (a Constituição Federal a previa apenas no Fundamental) e definindo o recrutamento de professores especificamente para seu magistério, segundo procedimentos que os fariam reféns das instituições religiosas que os haviam previamente credenciados. Essa lei foi objeto de muitas e diversas contestações, que, todavia, não alcançaram sucesso pelo apoio que os deputados evangélicos lhe deram, cientes das vantagens que poderia obter com a iniciativa católica.¹⁰ Dentre as críticas dirigidas à existência do Ensino Religioso no currículo estava a de que essa disciplina, prevista como facultativa na Constituição de 1988, era na prática obrigatória, por diversas razões, desde a inércia das direções escolares até a imposição de crenças de docentes. Mesmo quando havia possibilidade de não frequentar aulas dessa disciplina, o currículo não previa algo no seu lugar.

Diante dessa situação, o deputado Carlos Minc (PSB), que já havia tentado a substituição da lei (RJ) 3.459/2000 por outra que driblasse o caráter confessional, tomou a iniciativa de propor projeto de lei para corrigir a situação existente. No projeto apresentado em 2017, Minc propôs suprimir o artigo que possibilitava uma instituição religiosa a retirar o credenciamento de um/a docente concursado por ele/a ter mudado de religião ou perdido a confiança moral. Fazer um funcionário público concursado perder o cargo por essa razão, era inconstitucional. Explicitando o caráter facultativo da disciplina, algo comumente dissimulado, o projeto previa o oferecimento aos alunos não optantes pelo Ensino Religioso de aulas de reforço em Matemática e Língua Portuguesa, com ênfase na elaboração de textos. E, mais ainda, vedava ao governo estadual a aquisição de material didático produzido por instituições religiosas para a disciplina em questão. Durante a tramitação, o projeto teve duas partes importantes suprimidas: a que eliminava o credenciamento dos professores pelas instituições religiosas e a proibição de aquisição de material didático por elas produzido. Salvou-se a parte que previa o reforço escolar para alunos não optantes pelo Ensino Religioso, mas com a ressalva de que, ao invés de Matemática e Língua Portuguesa, eles seriam contemplados com “aulas de reforço escolar nas disciplinas em que tivessem menor rendimento acadêmico”. Apesar do acréscimo de trabalho na gestão escolar, a lei aprovada sob o nº 8.585/2019, foi um passo adiante na caracterização do Ensino Religioso como facultativo, podendo os alunos receberem um reforço pedagógico, caso fossem não optantes por essa disciplina.

No Sistema de Justiça, a ação do confessionalismo foi potencializada pela Associação Nacional de Juristas Evangélicos-ANAJURE que, em 2019 tinha 700 membros, entre eles a ministra Damares Alves, cofundadora da entidade em 2012.¹¹ O objetivo principal da entidade foi sempre apoiar os parlamentares evangélicos na elaboração e tramitação de projetos de lei de seu interesse, no impedimento de votações dos contrários, além de atuar como *amicus curiae* nos tribunais superiores. Quando o projeto de lei da deputada Clarissa Garotinho foi aprovado e sancionado, a associação

¹⁰ O governador que sancionou a lei em questão foi o evangélico Anthony Garotinho, pai da deputada Clarissa, autora do projeto de lei sobre o adiamento das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais vinculados ao ICMS, em benefício das igrejas, notadamente as evangélicas.

¹¹ A ANAJURE promove um congresso anual com o apoio da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo.

festejou como vitória sua. O primeiro lance propriamente político da ANAJURE foi estabelecido pelo procurador do Ministério Público Federal do Paraná Dalton Dallagnol, atuante na Igreja Batista do Bacacheri, em Curitiba. Sua atuação em parceria com o juiz Sérgio Moro, na Operação Lava-Jato, estabeleceu o polinômio vencedor nas eleições de 2018: evangélicos <=> Operação Lava-Jato <=> olavistas.

A nomeação de Sérgio Moro para o Ministério da Justiça foi recebida pelos associados à ANAJURE como uma presença sua no núcleo forte do Governo Federal, sentimento reforçado pela ampliação dos recursos financeiros destinados às comunidades terapêuticas, a maioria delas ligadas às Igrejas Evangélicas.

A instalação de símbolos, imagens e equipamentos religiosos em locais públicos é um tema bastante controverso, que leva a decisões contraditórias, por vezes baseadas no mesmo princípio da laicidade do Estado. Vejamos algumas que ocorreram em 2019.

O pedido do Ministério Público do Rio de Janeiro para que a prefeitura retirasse um oratório católico de uma praça na capital fluminense foi negado pela Justiça. A justificativa do juiz Sérgio Roberto Emílio Louzada para que o oratório fosse mantido recorreu a um entendimento do que seria o Estado laico, diferente do que instruiu a petição: “Entendemos que a laicidade do Estado não autoriza a repressão a qualquer prática de profissão de fé, como requer o Ministério Público. Ao revés, exige do Estado que assegure o livre exercício dos cultos religiosos e garanta, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias, nos exatos termos do inciso VI do artigo 5º da Constituição da República, sendo também vedado embaraçar-lhes o funcionamento”.

Em 18/3/2019 foi a vez do STF tratar de assunto similar, ao julgar recurso da Câmara de Vereadores de Manaus (AM), que, em 2012 aprovara lei determinando que os locais públicos de leitura tivessem pelo menos um exemplar da Bíblia, sob pena de multa. Em 2018, a lei foi julgada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça amazonense, mas a Câmara manauara recorreu ao STF. Para o ministro Marco Aurélio Mello, autor da decisão, a determinação da lei em questão “demonstra ausência de igualdade material em relação às outras religiões (...) O Estado não é religioso, tampouco é ateu. O Estado é simplesmente neutro”.

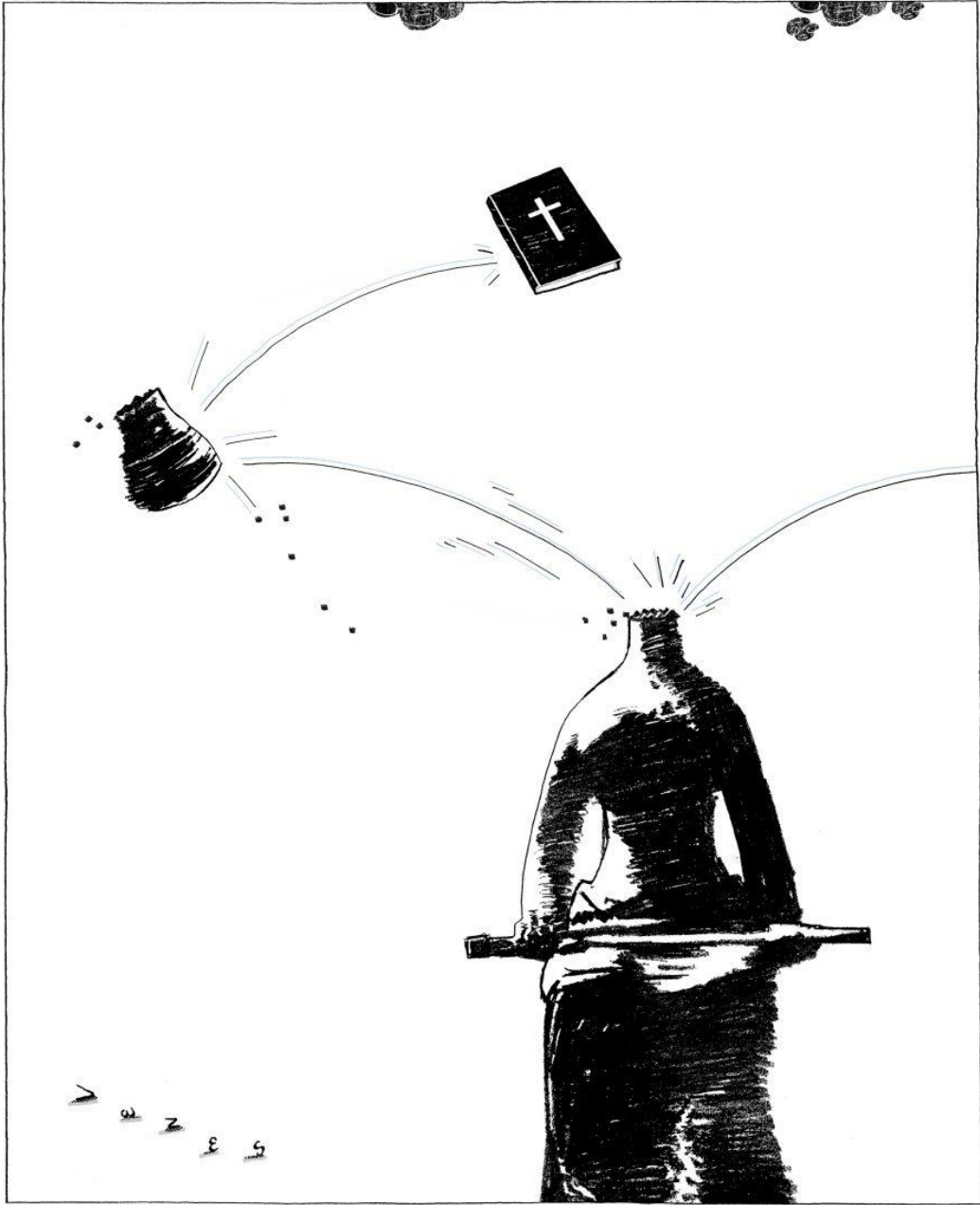
Em outubro foi a vez da construção de uma estátua gigante (maior do que a do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro), em Aparecida (SP), em homenagem à santa que deu nome à cidade. A prefeitura cedeu terreno para a construção da estátua concebida por um escultor local, que também recebeu pagamento por outros trabalhos, referentes a monumentos religiosos na cidade, alusivos a milagres atribuídos a Nossa Senhora Aparecida. A Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos-ATEA acionou a Justiça e obteve da juíza Luciene Allemand a anulação da doação de terreno público para essa finalidade e a proibição da construção da estátua, com base no princípio da laicidade do Estado. A prefeitura prometeu recorrer, alegando que o turismo religioso era a base da economia do município e que a laicidade do Estado garante a liberdade de culto.

Dois julgamentos do STF tiveram grande importância: a “cura gay” e o sacrifício de animais em cultos religiosos.

A questão da *cura gay* tem ligação indireta mas relevante com a laicidade do Estado. Com efeito, em 1999 uma resolução do Conselho Federal de Psicologia estabeleceu normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, que incluíam a proibição de se promover tratamento destinado a reverter a homossexualidade, o que vinha sendo praticado por religiosos bachareis em Psicologia. Em 30/11/2011, os procuradores Fábio Moraes de Aragão, Gino Augusto O. Liccione e Vinícius Panetto, do Ministério Público do Rio de Janeiro, entraram com uma Ação Civil Pública contra a resolução, alegando que ela limitava a atuação dos profissionais no tratamento de uma doença e invadia competência do Poder Legislativo, no caso a regulamentação da profissão. O juiz Sérgio Schwaitzer, do Tribunal Federal Regional no Rio de Janeiro, rejeitou a ação e disse ser temerário para a sociedade que o Judiciário se imiscua no mérito da atuação normativa do CFP, fundada na legislação do país e na comunidade internacional de saúde. Em 24/4/2019 a ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha decidiu pela competência do STF para estabelecer normas referentes à atuação de profissionais em nível nacional, de modo que a norma do CFP voltou a vigorar sem restrições – as “terapias de reversão sexual” ficaram proibidas, e os psicólogos que as praticassem estariam sujeitos às sanções previstas pelo conselho.

A outra questão emergia diretamente de conflitos do campo religioso: evangélicos pentecostais exigiam a proibição de sacrifícios de animais em cultos afro-brasileiros, no que eram apoiados por associações que alegavam existir crueldade nesses rituais. O Ministério Público do Rio Grande do Sul contestou uma lei estadual que isentou os cultos de matriz africana de observarem certos itens do Código Estadual de Proteção aos Animais. A questão chegou ao STF, cujo julgamento foi antecedido pela sustentação de teses a favor e contra a legalidade do sacrifício de animais em cultos religiosos. Nessa fase, destacou-se o advogado Hédio Silva Júnior, representante da União de Tendas de Umbanda e Candomblé do Brasil e do Conselho Estadual da Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros do Rio Grande do Sul. Ele reorientou a argumentação para mostrar que o problema a enfrentar era o racismo religioso, pois os cultos concernentes eram frequentados, majoritariamente, por pessoas negras. Lembrou que os advogados que o precederam usavam calçados de couro de animais. O que estava em jogo era o controle estatal das religiosidades de um grupo social, violentado desde o sequestro na África e a escravidão no Brasil.

A decisão do STF foi unânime a favor da constitucionalidade da lei gaúcha, por proteger as religiões afro-brasileiras, as que sacrificam animais em seus cultos. Aqui vai um trecho da justificativa do voto do ministro Luís Roberto Barroso: “Os católicos não precisam de proteção, os protestantes não precisam de proteção. Quem tem histórico multissecular de discriminação e preconceito precisa de proteção”. Ou seja, para garantir a liberdade religiosa, o Estado laico precisa proteger quem mais sofreu e sofre discriminação dos adeptos de outros credos, justamente os afro-brasileiros.



2020 – ACIMA DA CONSTITUIÇÃO ESTÁ A BÍBLIA

Bolsonaro e seus pastores
Rio de Janeiro: Witzel e Crivella
Ministros, juízes e procuradores
Igreja dá lucro?
Igreja presta serviço essencial?
Assédio, abuso sexual e aborto
Eleições municipais
Sociedade Civil pró-Estado laico

Em 2020, a pandemia do vírus covid-19 chegou ao Brasil e logo se espalhou. Muito dos embates em torno da laicidade do Estado nesse ano teve a ver com o grave quadro da saúde pública e as políticas governamentais ou a falta delas.

O Brasil dispunha de recursos para enfrentar a pandemia por ter uma ampla rede de vacinação e dispor do Sistema Único de Saúde e instituições públicas de qualidade, como a Fundação Osvaldo Cruz (no Rio de Janeiro) e o Instituto Butantã (em São Paulo), além da competência universitária em todo o território. No entanto, o Governo Federal encabeçado por Jair Bolsonaro, sintonizado com seu modelo, o presidente norte-americano Donald Trump, adotou uma posição negacionista – rejeitou os diagnósticos e as recomendações dos órgãos internacionais de saúde, que insistiam no isolamento social e no uso de máscaras faciais como medidas práticas para reduzir a disseminação do vírus, enquanto não houvesse vacina disponível para todos. Era justamente isso o que queriam os dois ministros da Saúde que ocuparam o cargo até maio de 2020. Contrariamente, Bolsonaro participou de aglomerações sem máscara e fantasiou uma resistência inata do povo brasileiro às infecções, além do que era preciso enfrentar a pandemia “como homem, não como moleque”. A imprensa noticiou que a aceitação da posição do presidente diante da pandemia era maior justamente nos municípios onde ele foi mais votado na eleição de 2018.

Vários governadores e prefeitos, não só os de esquerda, se opuseram ao negacionismo bolsonarista. Entre eles estava o governador do Estado de São Paulo, João Dória que, visando candidatar-se à Presidência em 2020, assumiu o risco de importar vacinas prontas da China e a licença para sua fabricação pelo Instituto Butantã. Diante do fato consumado da disponibilidade de vacinas, o Governo Federal acabou por tolerar que a Fiocruz fizesse o mesmo com instituição britânica, e passou a comprar e distribuir tais imunizantes, embora tardiamente. Insistiu no caráter voluntário da vacinação – ele mesmo não se vacinou (ou se o fez, escondeu), ao contrário dos dirigentes de outros países, que queriam dar o exemplo. No lugar da vacina, Bolsonaro e seu novo ministro da Saúde (a partir de maio), general de Exército Eduardo Pazuello, propagandearam a Cloroquina (empregada para a malária) como medicação preventiva, ao contrário da avaliação científica, que apontava sua inutilidade para esse fim, além da existência de perigo de complicações cardíacas acarretadas por seu uso. O resultado combinado de tudo isso foi o atraso na distribuição de vacinas e o conflito de narrativas entre os dirigentes das diversas instâncias do Estado. Não faltaram manifestações chistosas a respeito. Bolsonaro disse que “Quem é de direita toma Cloroquina, quem é de esquerda toma Tubalina [refrigerante]”. E o humorista-deputado federal Tiririca (PL-SP), o quinto mais votado da história do

país, até então, disparou em paródia musical: “Cloroquina, Cloroquina, Cloroquina, lá do SUS/ eu sei que tu me salvas em nome de Jesus”.

Nem mesmo com a coleta, computação e divulgação de estatísticas confiáveis o Governo Federal contribuiu para combater a pandemia, o que levou empresas privadas de comunicação, lideradas pelos grupos Globo e Folha/UOL, a totalizarem diariamente os dados fornecidos pelas secretarias estaduais de Saúde, para divulgação nos seus noticiários.

A estratégia bolsonarista de construção do inimigo encontrou, então, novos alvos nos governadores, nos cientistas, nos organismos internacionais, os quais, ao seu juízo, pretendiam, mediante as medidas de isolamento, impedir o povo de trabalhar e fazer a economia crescer. A muito custo, o presidente dobrou-se à pressão da esquerda para a concessão de auxílio monetário para a população mais vulnerável, medida que contou com o apoio da maioria do Congresso Nacional.

Em termos práticos, muitas atividades econômicas foram paralisadas ou severamente diminuídas, principalmente no setor de serviços. As escolas e universidades suspenderam as aulas e lançaram mão de atividades remotas, com severos prejuízos para os alunos do Ensino Fundamental no setor público, os quais se viram privados de aulas e da merenda escolar.

Dezembro de 2020 chegou com quase 200 mil mortos contabilizados no Brasil (quantos subnotificados?), 14 milhões de desempregados e incontáveis trabalhadores que tiveram redução de ganhos, empresas fechadas e milhões de alunos das instituições públicas que ficaram sem aulas ou as tiveram mutiladas. Foi nesse quadro dantesco que a laicidade do Estado acelerou o retrocesso.

BOLSONARO E SEUS PASTORES

O protagonista onipresente das matérias a respeito da transgressão da laicidade do Estado foi o próprio presidente da República Jair Bolsonaro, que praticou atos e emitiu opiniões contrárias às leis da própria República que presidia.

Durante o encontro com apoiadores junto ao Palácio da Alvorada, nos primeiros dias de abril, no início da pandemia no Brasil, o presidente (que resistia a tomar medidas sanitárias preconizadas pelos especialistas) ouviu de um pastor evangélico pentecostal a sugestão para convocar toda a nação para um jejum, com o fim de pedir a Deus o fim da doença. A sugestão foi atendida. Numa entrevista a emissora de rádio, Bolsonaro convocou seus apoiadores a fazerem um dia de jejum “pra gente ficar livre desse mal o mais rápido possível”. Pastores pentecostais midiáticos como Silas Malafaia e Marco Feliciano participaram da divulgação da “Santa convocação do nosso presidente Jair Messias Bolsonaro para um jejum nacional”. Vídeos divulgados nas mídias sociais difundiram o apelo presidencial. O prefeito de Alterosa (MG) promulgou decreto determinando o dia 5 de abril como dia de jejum na cidade. A convocação foi criticada por alguns pastores, inclusive de apoiadores do governo, por violar o princípio da autonomia das esferas religiosa e política. Numa cerimônia informal de encerramento do “jejum nacional”, o presidente orou com apoiadores, em frente ao palácio da Alvorada. De joelhos, rezou o Pai Nosso puxado por um padre e um pastor. Logo em seguida, o prefeito

de Sarandi (RS), declaradamente católico, promulgou decreto determinando sete dias de oração para livrar a cidade e o país dos males provocados pelo covid-19. O vigário local posicionou-se contra a medida, embora reconhecesse que toda iniciativa era louvável. O padre disse que suas missas eram transmitidas pela emissora de rádio de Sarandi, durante as quais “suplicava as bênçãos de Deus para que a Ciência e a Medicina encontrem a solução para a doença” – uma posição laica provinda de um agente religioso, contrária à do prefeito. Ambos pediam a intervenção divina, um para que acabasse milagrosamente com a doença; outro para que inspirasse médicos e cientistas (crentes ou não) para encontrarem meios materiais para combatê-la. Na mesma linha de seus homólogos de Alterosa e Sarandi, o prefeito de Ladário (MS) baixou decreto pedindo 21 dias de orações e jejum para combater a pandemia.

No domingo de Páscoa, 12/4/2020, em reunião com lideranças religiosas, Bolsonaro comparou a recuperação de sua saúde, depois da facada que recebeu durante a campanha eleitoral, com a morte e ressurreição de Cristo, imagem divulgada nas redes sociais como a do servo do Senhor que se sacrificou em defesa da Nação.

No dia 5/6/2020, Bolsonaro recebeu no Palácio do Planalto um grupo de pastores, inclusive Silas Malafaia, para “oração coletiva contra o coronavírus” e pela recuperação da economia. Entrevistado logo depois, Malafaia declarou que Bolsonaro foi posto na presidência por intervenção divina e para cumprir uma missão redentora.

Em 22/9/2020, na abertura da Assembleia Geral da ONU, Bolsonaro dedicou a maior parte do discurso a defender os atos de seu governo. Sem nada a ver com o dito antes nem depois, ele apelou à comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à *cristofobia*. Com efeito, há fobias e até perseguição a cristãos em alguns países, mas não no Brasil. Aqui existe discriminação das comunidades de culto afro-brasileiro, perpetradas notadamente pelos adeptos de igrejas neopentecostais, portanto cristãos, que fazem parte da base política do presidente.

Nos primeiros dias de outubro, Bolsonaro indicou Kassio Nunes para a vaga que estava por se abrir no Supremo Tribunal Federal. O indicado era católico, não um “terrivelmente evangélico”, como deveria ser o perfil do prometido aos pastores de sua base política. Mas, em um culto realizado em São Paulo, em 5 desse mês, ele prometeu que o indicado seguinte para o STF teria esse perfil. E vaticinou que as sessões do tribunal começariam com uma oração. A propósito, nas duas casas do Congresso, nas Assembleias Legislativas e em muitas Câmaras de Vereadores, as sessões devem iniciar-se com uma citação religiosa, por imposição regimental. Se não for feita, a sessão pode ser declarada nula. Essas manifestações devotas não são determinadas pela Constituição, mas resultaram da orquestração da atuação das bancadas evangélicas nos três níveis da Federação.¹²

Na cerimônia de inauguração da Escola Cívico-Militar da rede municipal do Rio de Janeiro, em 14/10/2020, Jair Bolsonaro discursou ao lado do prefeito Marcelo Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus e candidato à reeleição. O presidente aproveitou a ocasião para reiterar

¹² Na coletânea Embates em torno do Estado laico (SBPC, 2018), o capítulo de minha autoria relata algumas resistências a tais regulamentos confessionalistas. Confira em <http://portal.sbpnet.org.br/livro/estadolaico.pdf>

sua missão divina. “Tínhamos o povo e acima de tudo, Deus. Sem ele, eu, como cristão, assim como 90% dos brasileiros, não chegaríamos a lugar nenhum”.

Discursando na Convenção Estadual das Assembleias de Deus da Bahia, em 4/12/2020, Bolsonaro disse: “Batem muito na tecla de sermos um *Estado laico* [grifo meu], mas com muito orgulho eu digo que seu presidente é cristão. Acima da nossa Constituição está a nossa fé, está aquele livro conhecido como Bíblia Sagrada”.

No dia 24/12/2020, véspera de Natal, o presidente Bolsonaro usou a rede nacional de televisão para um pronunciamento inédito, que contou com a participação da primeira-dama, apresentada por ele como sua guia religiosa. Num discurso de 3 minutos e 15 segundos, Jair e Michele empregaram cinco vezes a palavra Deus e quatro vezes família; Cristianismo, uma vez. Estava, assim, coroadado o indisfarçado esforço de adulação de segmento religioso de sua base política, em grande parte de confissão evangélica, mas também católica. Essas declarações de caráter simbólico tiveram efeito prático ao servirem para sintonizar os diversos setores do governo com a orientação do chefe, assim como lançarem sinais para os outros poderes da República.

Interesses evangélicos pentecostais integraram até mesmo a agenda das relações internacionais. Em atendimento a demandas de pastores alinhados com os norte-americanos, que pretendiam preparar Israel para a segunda vinda do Messias (não o Jair Bolsonaro, por certo), os religiosos brasileiros com eles afinados acionaram o presidente para transferir de Telavive para Jerusalém a embaixada naquele país – um fato de alta relevância simbólica diante das pretensões palestinas. As simpatias presidenciais para o país onde foi batizado pelo pastor Everaldo se manifestaram nos primeiros dias de seu mandato, ao prometer comprar lá equipamentos de conservação de recursos hídricos, que, de resto, já se dispunha no Brasil, com tecnologias nacionais. O fiasco se repetiu quando Bolsonaro convidou equipes de salvamento israelenses para participarem do resgate às vítimas da tragédia causada pelo rompimento da barragem de Brumadinho (MG), da mineradora Vale, em janeiro de 2019. Revelada sua inabilidade no terreno, foram dispensados, condecorados e retornaram a Israel. A embaixada não foi transferida em 2020, limitando-se o Ministério das Relações Exteriores a instalar em Jerusalém um escritório comercial. A demanda pentecostal prosseguiu em 2020, e Bolsonaro reiterou o propósito de transferência, que, todavia, não se concretizou, possivelmente por pressão dos países árabes, grandes clientes do agronegócio brasileiro, importante segmento da base política do presidente. Ao nomear o embaixador em Israel, Bolsonaro não escolheu um pastor, mas um general, provavelmente em função da forte presença de empresas daquele país na área do Ministério da Defesa do Brasil.

O presidente usou o aparato estatal, inclusive o Ministério das Relações Exteriores, para apoiar a Igreja Universal do Reino de Deus numa disputa com sua filial de Angola. Com quase 500 pastores em atividade, a IURD é uma das mais importantes igrejas evangélicas em atividade nesse país africano. Como a maioria dos pastores angolanos da IURD decidiram separar-se da instituição brasileira, esta pediu a intervenção diplomática de Brasília em Luanda, em seu favor. Bolsonaro assumiu a defesa da instituição, e enviou mensagem ao presidente angolano pedindo apoio à pretensão da igreja brasileira, inclusive em matéria de propriedades. O Congresso aprovou o envio de delegações de deputados e senadores para verificar a situação no local, mas essas providências não foram suficientes. A Procuradoria Geral de Angola abriu processo contra a IURD por associação criminosa, fraude, evasão

fiscal e discriminação racial. No dia 24/7/2020, o *Diário da República de Angola* publicou a ata de assembleia da IURD naquele país, reconhecendo a destituição do bispo brasileiro e sua substituição por bispo angolano, consumando o rompimento entre as duas instituições religiosas, com respaldo estatal.

Além de Damares Alves, os ministros da Justiça e da Educação, nomeados em 2020, foram escolhidos com base em critérios religiosos. Diferentemente de Damares, neopentecostal, eles pertenciam ambos à Igreja Presbiteriana. Seu tronco está na Universidade Mackenzie, que remonta à Escola Americana, criada na capital paulista em 1871, quando era uma alavanca pedagógica moderna e defensora da laicidade do Estado, quando essa questão consistia apenas na separação entre a Igreja Católica e o Estado. A universidade que cresceu a partir dela assumiu posições conservadoras, e a defesa da laicidade do Estado apenas foi retomada no momento em que tramitou no Congresso Nacional o acordo entre o Brasil e o Vaticano – a *concordata*. Nesse momento, dirigentes presbiterianos se manifestaram publicamente contra o acordo, em nome da laicidade do Estado. No governo Bolsonaro, presbiterianos ocuparam cargos importantes, como os pastores André Mendonça, nomeado ministro da Justiça em abril, em substituição a Sérgio Moro; e Milton Ribeiro, ministro da Educação, nomeado em julho, após a saída de Abraham Weintraub e a nomeação frustrada de Carlos Decotelli. O ministro da Educação foi reitor da Universidade Mackenzie, e no MEC já estava, desde janeiro, o presidente da CAPES Benedito Guimarães Aguiar Neto, também presbiteriano e ex-reitor da mesma universidade. Seu antecessor, também presbiteriano, foi nomeado em dezembro de 2019, reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, no âmbito do Ministério da Aeronáutica. Logo de início, o ministro suscitou resistência nos meios educacionais por defender castigos físicos no processo educacional, e o presidente da CAPES, por apoiar o criacionismo.

RIO DE JANEIRO: WITZEL E CRIVELLA

O Rio de Janeiro tem um lugar especial nas questões que envolvem a laicidade do Estado, pelas peculiaridades do campo político e do campo religioso. No campo político, a transferência da capital federal para Brasília e a fusão entre o antigo Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara dificultaram a organização de partidos políticos, tanto de direita quanto de esquerda, e facilitaram a eleições de *outsiders*. Um componente do campo político que tem sido negligenciado pelos analistas é a mais alta concentração de militares do país, do Exército, da Marinha e a Aeronáutica, ativos e inativos, assim como de civis contratados. O Estado do Rio de Janeiro tem quatro escolas militares que ministram educação básica – o Colégio Militar, a Fundação Osório, o Colégio Naval e o Colégio Brigadeiro Newton Braga. Nele estão situadas a Escola Superior de Guerra, a Escola de Guerra Naval e as Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército e da Aeronáutica. No campo religioso, o crescimento dos adeptos de Igrejas Evangélicas foi muito mais rápido do que a média nacional, de modo que a maioria da população já não se declarou católica no Censo Demográfico de 2010, e tudo indica que o crescimento evangélico, principalmente pentecostal, não parou. No segmento católico, a arquidiocese do Rio de Janeiro incentiva manifestações de organizações de caráter fundamentalista, que convergem com os evangélicos nas pautas políticas conservadoras, como no combate à *ideologia de gênero*.

Com esses antecedentes, o Estado do Rio de Janeiro e sua capital passaram a ser administrados por membros de dois partidos ligados estreitamente a Igrejas Evangélicas: o governador Wilson Witzel, do Partido Social Cristão, hegemônico pela Assembleia de Deus; e o prefeito Marcelo Crivella, do partido Republicanos, hegemônico pela Igreja Universal do Reino de Deus. O primeiro foi o partido a que se filiou Jair Bolsonaro na eleição para presidente, do qual já se desligou; o segundo tem como filiado o vereador carioca Carlos Bolsonaro, filho de Jair. Pelo Republicanos, Flávio, outro filho, eleito senador. Ex-juiz federal e declaradamente “cristão-católico”, Witzel entrou na política diretamente na campanha para governador, eleito na esteira da onda antipetista e antissistema de 2018. Seu vice, Claudio Castro, advogado e cantor religioso, membro da Renovação Carismática Católica, começou na política como assessor parlamentar e conquistou dois mandatos de vereador como filiado ao PSC. Sua presença na chapa, como vice de Witzel, resultou de indicação do pastor Everaldo, presidente do partido.

O governador fluminense homenageou Bolsonaro logo no início do mandato, ao inaugurar escola cívico-militar da Polícia Militar, à qual deu o nome do pai do presidente. Witzel se aproximou de lideranças evangélicas, inclusive Silas Mlafaia no intuito de consolidar sua base entre o “povo cristão”, sem esconder a pretensão de concorrer à Presidência da República na sucessão de Bolsonaro. Com um mês e meio de mandato, o governador baixou decreto regulamentando a lei (RJ) nº 7.041/2015, que prevê punições para empresas ou agentes públicos que pratiquem discriminação contra pessoas em função de sexo, identidade de gênero ou orientação social, ou, ainda, que adorem atos de coação ou violência física e verbal contra as vítimas de tal discriminação. A reação de lideranças evangélicas levou o governador a revogar o decreto, com o pretexto de que o texto não passara pela revisão do chefe do Executivo fluminense e publicado com equívocos. Nenhuma lei ou decreto foi baixado em seu lugar.

Ao compor sua equipe, Witzel incorporou nela, informalmente, o pastor Everaldo ex-chefe da Casa Civil do governador Anthony Garotinho (candidato a presidente da República na eleição de 2014) e presidente do PSC, que ganhou notoriedade ao batizar o então deputado Jair Bolsonaro no rio Jordão. Everaldo exerceu influência na nomeação dos dirigentes estaduais de áreas importantes da administração, como águas e esgotos, trânsito e saúde, que veio a se revelar estratégica em 2020, com a eclosão da pandemia.

A crise do governo somou duas forças contra Witzel: (i) a pressão dos filhos Bolsonaro, para quem o governador teria sido o responsável pelo vazamento da investigação policial que os ligava ao assassinato da vereadora do PSOL Marielle Franco e seu motorista, em 2018; e (ii) a denúncia de corrupção pela Procuradoria-Geral da República, seguida de prisão, determinada pelo Superior Tribunal de Justiça, de vários membros de sua administração, inclusive secretários de Estado e o próprio pastor Everaldo (acusado de ser chefe de organização criminosa) e dois filhos, além de empresários atuantes na área da saúde. Essas forças lograram o afastamento de Witzel do governo, em agosto, por um período de seis meses, enquanto as investigações se processavam. Com a vantagem de não ser desafeto de Bolsonaro nem de seus filhos, o vice Cláudio Castro, também investigado por corrupção, assumiu o governo interinamente, enquanto a Assembleia Legislativa abria processo de impeachment, que deveria ser apreciado, em última instância, por um colegiado formado por deputados estaduais e desembargadores. Enquanto preparava sua defesa, Wilson Witzel, sua esposa

(também investigada por corrupção) e uma filha de 12 anos receberam o batismo na Igreja Evangélica Vida Nova. Não se sabe se a conversão religiosa visava mudança na correlação de forças políticas.

No exercício do governo, o vice Cláudio Castro mostrou sintonia religiosa ao nomear presidente do Centro de Ciências e Educação Superior a Distância – CEDERJ – fundação de direito público, o engenheiro, empresário e administrador Jorge Roberto Pereira, cuja qualificação especial para dirigir essa instituição educacional talvez fosse o bacharelado em Ciências Religiosas e em Teologia, além de professor da Faculdade São Bento, vinculada ao mosteiro beneditino no Rio de Janeiro, onde lecionou as disciplinas “Estado e Ensino Religioso: limites e atuação” e “Métodos educacionais: desafios e perspectivas”.

Numa campanha que reuniu apoios de pastores de várias Igrejas Evangélicas Pentecostais, assim como de forças variadas de direita, inclusive milicianos, em 2016 Marcelo Crivella foi eleito prefeito do Rio de Janeiro com a promessa de que não misturaria política com religião. No entanto, sua campanha teve a participação direta e ostensiva de Igrejas Evangélicas, temerosas de vitória de candidato do PSOL. Processo judicial sobre o uso de templos para propaganda eleitoral não resultou em condenação. Crivella é engenheiro e cantor gospel, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, e sobrinho de dois dirigentes religiosos: de Edir Macedo, dirigente máximo da IURD; e de Romildo Ribeiro Soares, cofundador e dissidente daquela, e dirigente máximo da Igreja Internacional da Graça de Deus. A IURD esteve na base de sustentação parlamentar dos dois presidentes petistas. Eleito senador fluminense em 2003, Crivella licenciou-se e, durante dois anos foi Ministro de Dilma. Contudo, participou ativamente do processo de impeachment da presidenta.

A gestão de Crivella foi marcada pelo *aparelhamento* da Prefeitura pela Igreja Universal do Reino de Deus, do que resultou a ostensiva quebra do princípio da laicidade do Estado, da qual menciono apenas alguns pontos mais ostensivos dentre os muitos noticiados: cânticos religiosos e orações nos eventos públicos da Prefeitura (inclusive a canção “Deus abençoe o Rio de Janeiro”, de autoria do cantor-prefeito); inclusão de item sobre religião no censo da Guarda Municipal e nos candidatos à Academia da Terceira Idade; cessão de terreno destinado a escola pública em loteamento para a Sociedade Bíblica do Brasil; a nomeação do filho de um bispo da IURD para dirigir a Secretaria de Diversidade Religiosa; montagem de balcão de intermediação privilegiada para evangélicos em questões como IPTU e acesso a serviços de saúde; renomeação de ruas da favela da Maré com palavras de evocação religiosa, sem consulta aos moradores. Esse favorecimento religioso levou a denúncia do Ministério Público e a decisão liminar da 7ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, em 2018, que determinou o fim do favorecimento de adeptos de religiões para acesso a serviços públicos, determinação que foi estendida a funcionários públicos municipais, em nome dos princípios de impessoalidade, da equidade e da laicidade da administração pública. As escolas de samba, anatemizadas por certas correntes evangélicas, tiveram sua atuação dificultada pelo prefeito, que cortou de 50% das verbas municipais destinadas ao carnaval (festa demoníaca!), além da exigência de alvarás transitórios para rodas de samba e atividades religiosas em locais públicos ou privados, que atingiam, principalmente, os cultos afro-brasileiros, alvo do decreto (Rio) nº 43.219/2017, suspenso por ação judicial.

Durante a pandemia do coronavírus, a administração de Crivella mostrou sua face confessional ainda mais ostensiva. A alimentação escolar passou a ser feita pela distribuição de cestas básicas em vários

locais, inclusive em Igrejas Evangélicas. Depois de denúncias desse fato e da má qualidade, o processo retornou ao uso de cartão-alimentação. A instalação de equipamento de um tomógrafo e enfermaria de 24 leitos para atender à população da Rocinha, a maior favela do Rio de Janeiro, deixou de ser feita na Unidade de Pronto Atendimento local, com a alegação de falta de espaço apropriado. O equipamento foi instalado, então, a título provisório, em um prédio construído às pressas no terreno de um templo da IURD, a qual foi beneficiada, também, por uma rua aberta para acesso direto, o que levou à demolição de parte de um Mercado Popular. Uma ação movida por movimentos sociais motivou a decisão da 15ª Vara da Fazenda Pública da capital a proibir o prefeito de instalar o tomógrafo no terreno do templo, mas a procuradoria-geral do município conseguiu a cassação da liminar, de modo que o projeto foi concluído.

Em fevereiro de 2020, Crivella inaugurou obra na cidade e promoveu evento de celebração dos 40 anos da IURD, ao qual compareceram Bolsonaro e o juiz da operação lava-jato Marcelo Bretas, de grande presença midiática, também fiel evangélico. No palco montado para a celebração religiosa, Bolsonaro, Crivella e Bretas cantaram músicas religiosas e dançaram abraçados. O vídeo dessa cena – a perfeita simbiose Estado-Igreja foi incluída na propaganda de Crivella na campanha pela reeleição.

Em julho de 2020, outra decisão da 7ª Vara da Fazenda Pública da capital proibiu o prefeito de usar espaços públicos para proselitismo religioso e de conceder privilégios para uso de indivíduos ligados à IURD, além de proibir a promoção de eventos de aconselhamento espiritual. “Em decorrência do princípio da *laicidade do Estado* [grifo meu] existente no ordenamento jurídico pátrio, além de o Estado não poder pautar sua atuação geral conforme ditames de uma religião específica, proíbe-se que igrejas e grupos religiosos se utilizem do Estado para o fim de conquistar adeptos e privilégios”.

Em agosto de 2020, em plena pandemia, Crivella inaugurou a Escola Cívico-Militar General Abreu, em bairro da zona norte da cidade, para o que contou com a presença de Bolsonaro. O estabelecimento de ensino fez parte de programa espacial dos Ministérios da Educação e da Defesa, e deveria empregar militares e policiais para atividades paradidáticas. No evento foi promovida a aliança eleitoral entre os chefes do Executivo Municipal e Federal, com vistas à eleição de outubro. No que diz respeito ao tema desta retrospectiva, vale registrar a reiterada referência à convergência entre a vida militar e a religiosa. Bolsonaro lembrou que em 1977 ambos eram aspirantes a oficial na Academia Militar das Agulhas Negras, e Crivella enfatizou o objetivo maior da nova escola, o de se tornar um “templo de amor à Pátria, respeito à família e a Deus”.

Crivella conseguiu escapar de três pedidos de impeachment na Câmara Municipal, motivados por crime de responsabilidade e improbidade administrativa, que se baseavam no uso dos Poder Público para beneficiar instituições religiosas, com destaque para a reunião com 250 pastores, na qual o prefeito ofereceu a intermediação privilegiada de acesso aos serviços administrativos e de saúde.

No dia 22 de dezembro, uma semana antes do fim do mandato, o prefeito Marcelo Crivella foi preso e, com ele, o ex-tesoureiro de sua campanha, três empresários e um delegado aposentado. O empresário e ex-senador Eduardo Lopes, que assumiu o posto parlamentar quando Crivella foi ministro de Dilma, encontrava-se foragido. A denúncia oferecida pelo Ministério Público apontou a existência de “QG da propina” no Poder Executivo carioca, cujo chefe seria o próprio Crivella. Empresários que quisessem

receber valores devidos pela Prefeitura tinham de pagar uma parte ao grupo criminoso, que repartia a propina segundo proporções pré-combinadas. O MP encontrou “operações atípicas” em contas da IURD, o que o levou a suspeitar que a instituição religiosa tenha sido usada para lavar o dinheiro resultado da atividade criminosa investigada.

MINISTROS, JUÍZES E PROCURADORES

Os tribunais do Poder Judiciário e o Ministério Público deve ter como parâmetro a legislação, isto é, deveriam operar como instituições estatais. Mas, isso nem sempre acontece. Ao lado de decisões que se respaldam na neutralidade do Estado diante do campo religioso, existem outras que parecem oriundas dos púlpitos.

Uma certa Liga Cristã Mundial ajuizou ação no Ministério Público do Estado de São Paulo acusando de blasfêmia a escola de samba Gaviões da Fiel por ter apresentado um quadro, no carnaval de 2019, em que a figura de um passista fantasiado de Lúcifer arrastava no chão outro passista fantasiado de Jesus Cristo. A acusadora cobrava 5 milhões de reais como indenização por danos morais. O Ministério Público paulista argumentou pela desqualificação da acusadora como titular dos interesses cristãos brasileiros, por falta de base institucional e, também, porque a interpretação fundamentalista do Catolicismo romano não era consensual entre as inúmeras confissões existentes no Brasil. Em outubro de 2020, o juiz da 19ª Vara Cível decidiu pela improcedência do pedido de tal liga, argumentando que não cabe ao Poder Judiciário apreciações qualitativas e interpretações artísticas e culturais. Cabe, sim, a proteção da liberdade religiosa, inclusive das minorias, que não podem ser reprimidas pelo argumento de que o país é majoritariamente cristão.

Decisão em sentido contrário foi tomada pela 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao julgar ação movida pela Associação Centro Dom Bosco de Fé e Cultura contra a organização não governamental Católicas pelo Direito de Decidir. A ação pedia que a ONG suprimisse a palavra *católicas* de seu estatuto e mensagens, por defender posições contrárias à doutrina da Igreja Católica, como no caso da interrupção voluntária da gravidez e da participação feminina em todos os serviços e cargos eclesiásticos. Em 28 de outubro, o juiz decidiu a favor da Associação Dom Bosco, argumentando não ser racional nem lógico que uma entidade que combate o Catolicismo possa usar no nome a expressão *católicas*.¹³

A Constituição Federal determina que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa, o que motivou candidatos a concursos públicos e até funcionários públicos adventistas a entrarem com ação contra a realização de concurso no sábado ou terem de trabalhar nesse dia da semana. Para evitar esse tipo de ponderação, os editais de concurso vestibular de universidades não aplicam provas no sábado, e o Exame Nacional do Ensino Médio passou a ser realizado em dois domingos consecutivos, como previa projeto de lei apresentado em 2016 pelo deputado federal Moisés Diniz (PCdoB-AC). O

¹³ Em setembro de 2022, a terceira turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o Centro Dom Bosco não representava a Igreja Católica – se alguém tinha o direito de reclamar era ela. Assim, as Católicas pelo Direito de Decidir prosseguiram no emprego do seu nome.

problema persistia para outros concursos e para o trabalho dos funcionários públicos. Em ações que chegaram ao Supremo Tribunal Federal, a União argumentou contra a pretensão dos adventistas, dizendo que os termos dos editais dos concursos, uma vez publicados, tornam-se leis às quais os candidatos e os aprovados devem ajustar, não o contrário. Até mesmo o ministro Kássio Nunes, recém-nomeado pelo presidente Bolsonaro votou contra a possibilidade de remarcação de horário de concursos em função do interesse de candidatos religiosos com um argumento laico, qual seja, o de que o Estado não deve adotar regra de doutrina religiosa se não houver previsão em lei ou no edital do concurso. Mas, em novembro de 2020, a maioria dos ministros apoiou a tese de que o Estado poderia autorizar a realização de provas em datas e horários que não constam dos editais, por motivo de crenças religiosas. No mesmo sentido, o horário de trabalho de servidores públicos poderá ser alterado em função dos dias de guarda de suas religiões, desde que exista razoabilidade da operação e não se caracterize desvirtuamento do exercício de suas funções. Assim, a laicidade do Estado curvou-se diante das especificidades de crenças religiosas, no caso, dos adventistas.

A falta de ação tem efeitos práticos, no que os tribunais brasileiros se esmeram, principalmente quando se trata de atingir os limites de prazos definidores de prescrição de penas de certos acusados. A inação é também uma forma de deixar uma questão *esfriar*, como parece ter acontecido com a Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo PSOL, que pediu ao STF para interpretar um artigo do Plano Nacional de Educação (lei nº 13.005/2014). Durante a tramitação no Congresso, uma das metas do plano oriundo do Poder Executivo (presidenta Dilma, ministro Haddad), previa “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Estes dois últimos termos não foram aceitos pelos parlamentares mais conservadores, e o Senado os abduziu na mais geral “promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação” – e assim foi aprovado. A ADI 5668/2017 pediu, então, que o STF reconhecesse o dever constitucional (art. 214) das escolas públicas e privadas em prevenir e coibir o *bulying* homofóbico, consistente em discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, bem como de respeitar a identidade de crianças e adolescentes LGBT no ambiente escolar. A alta direção da CNBB emitiu nota, em outubro de 2020, afirmando ser necessário um discernimento coerente com a Constituição, que mostraria ser plano abrangente e claro no que dizia respeito à erradicação de todas as formas de discriminação. Além do mais, havia o perigo de a votação gerar um instrumento ainda mais discriminatório, que privilegiasse a proteção de alguns segmentos em detrimento de outros. Ou seja, os ministros do STF estavam sob suspeita de não terem discernimento na interpretação da Constituição e de produzirem pareceres discriminatórios. O presidente do STF assumiu, implicitamente, o julgamento da Igreja Católica sobre o Estado e, nos primeiros dias de novembro de 2020, retirou de pauta a discussão da ADI – ação, isto é, inação que deve ter recebido os aplausos das bancadas religiosas católica e evangélica nos três níveis da Federação.

IGREJA DÁ LUCRO?

A existência de movimentações financeiras ilícitas por instituições da Igreja Católica é fato conhecido e não constitui novidade. A dificuldade do papa Francisco de sanear o Banco do Vaticano é apenas o sintoma mais ostensivo desse fenômeno. Mais recente, pelo menos no Brasil, é escandaloso o volume de dinheiro movimentado por pastores evangélicos, do que resulta uma fantástica acumulação pessoal

de recursos financeiros. Não há dados recentes, mas a revista *Forbes* estimou, em 2013, que Edir Macedo, dirigente máximo da Igreja Universal do Reino de Deus, tinha um patrimônio pessoal de 950 milhões de dólares; Valdemiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus, 220 milhões na mesma moeda; e Romildo Ribeiro Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus, 125 milhões (*idem*). Pastores da IURD já foram flagrados transportando grande volume de dinheiro vivo em avião próprio, de modo a, segundo seus operadores, “evitar a burocracia do sistema bancário”. A justificativa de que se tratava de doações de fieis não explicava as transações entre a instituição religiosa, emissoras de rádio e TV, assim como entre empresas comerciais de vários setores. A determinação constitucional que proíbe o Estado de criar impostos sobre templos religiosos tem dado cobertura a tais procedimentos, que acabam escapando das investigações. Em setembro de 2020, o Ministério Público do Rio de Janeiro encontrou movimentações atípicas de 5,9 bilhões de reais nas contas da IURD, entre 5/5/2018 e 30/4/2019, constituindo indício de lavagem de dinheiro oriundo dos esquemas de corrupção do prefeito carioca Marcelo Crivella, bispo licenciado dessa igreja. Até o fim de 2020, a investigação levou à prisão o prefeito e outras cinco pessoas, mas a igreja não foi objeto de denúncia.

No início de dezembro, o Ministério Público de Goiás denunciou o sacerdote católico Robson de Oliveira e outras 17 pessoas ligadas à Fundação Padre Eterno, por organização criminosa, apropriação indébita, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. Os recursos provenientes de doações de fieis para a construção da basílica de Trindade (GO) teriam sido empregados em atividades comerciais alheias às finalidades da fundação e em benefício dos acusados. O padre teria se apropriado de quase 8 milhões de reais da entidade para benefício próprio e de familiares.

A Constituição Federal tem uma cláusula que proíbe a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios de cobrarem impostos de “templos que qualquer culto”, mas especifica que ficam isentos apenas os impostos que incidirem sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as atividades essenciais das instituições religiosas. A Constituição determina, também, que os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, mas abre exceção para três tipos de instituições educativas, inclusive as escolas confessionais sem fins lucrativos. Em meio a esses dispositivos, parlamentares procuram brechas para criar ou ampliar os privilégios que as instituições religiosas já desfrutam em nosso país.

Logo em abril de 2020, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto que resultou na lei nº 13.998, com emenda articulada por Abílio Santana (PL-BA), vice-presidente da Frente Parlamentar Evangélica, que previa que os “ministros de confissão religiosa e assemelhados” fossem incluídos entre os beneficiados pela ampliação dos destinatários do auxílio emergencial. Na justificativa do deputado, os templos fechados prejudicaram o sustento das famílias de ministros religiosos, que deixavam de receber as doações dos fieis durante as celebrações. Para o deputado, seria justo que as pessoas que dedicavam suas vidas a “pregar a palavra do Pai” não fossem prejudicadas pelas restrições aos cultos durante a pandemia. O presidente Bolsonaro vetou a inclusão dessa categoria social, junto com outras, como motoristas de aplicativos, pescadores, diaristas e vendedores ambulantes de praia. As razões do veto não mencionaram os religiosos, mas, sim, a defesa do princípio de isonomia e a falta de indicação da fonte de verba para fazer frente ao aumento da despesa.

Um projeto de lei oriundo do Executivo, tratando das prioridades para o pagamento de precatórios, sofreu uma inserção que beneficiaria instituições religiosas de modo acintoso. De iniciativa do deputado David Soares (DEM-SP), filho do pastor R. R. Soares, dirigente máximo da Igreja Internacional da Graça de Deus, o projeto previa que as instituições religiosas tivessem: isenção do pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; anistia das multas por não pagamento dessa contribuição; e anistia das multas por não pagamento da contribuição previdenciária. Não se tratava de isenção do pagamento de impostos, o que a Constituição garante aos “templos de qualquer culto”, mas de contribuições, tributos de natureza e destinação distinta. Em termos teóricos, as instituições religiosas podem ter lucros, mas eles devem ser empregados em suas atividades precípuas, não distribuídos ao seu pessoal, caso em que ficam sujeitos a tributação – daí as multas aplicadas pela Receita Federal. As Igrejas Evangélicas se valem do título de *missionário* atribuídos a assalariados seus, para evitar o recolhimento da contribuição para a Previdência Social. Na Igreja Católica, essa prática também existe, mas ela já desenvolveu mecanismos mais sofisticados de ajustamento. As estimativas previam que as multas devidas somavam 1 bilhão de reais.

Aprovada a lei nº 14.057/2020 pelo Congresso, com o *jabuti* nela incluído, o presidente Bolsonaro vetou a isenção do pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e as multas decorrentes do não pagamento. Manteve apenas (?) a anistia das multas para com a Previdência Social. As razões apresentadas pelo presidente a sua base evangélica foram de natureza fiscal (a equipe econômica se opôs) e política: caso mantivesse os benefícios vetados, ele ficaria exposto ao impeachment. Mas, Bolsonaro disse que se fosse parlamentar, recusaria os vetos e manteria a isenção e a anistia pretendidas. Se precisasse mudar a Constituição, ele enviaria ao Congresso projeto nesse sentido, o que não fez.

Os privilégios pretendidos pela emenda do deputado David Soares tiveram apoio maciço dos partidos de direita, como Republicanos, PSL, PSD, PSC e PL, mas recebeu, também, votos de parte da esquerda, como do PSB, do PT e do PC do B. Foram contra, em bloco, o PDT e o PSOL. Candidaturas a prefeitos municipais explicam essa dissintonia. Vale mencionar duas opiniões divulgadas na imprensa. O deputado Orlando Silva (PC do B-SP), candidato a prefeito de São Paulo, justificou seu voto favorável à emenda por entender que ela não perdoava fraudes porventura existentes e por regular a imunidade já assegurada pela Constituição, o que não era o caso. Já o ex-presidente Lula, que promoveu a *concordata* entre o Brasil e o Vaticano, assegurando privilégios amplos para a Igreja Católica, disse ser contra a isenção de impostos para qualquer igreja, porque “quem paga imposto, no Brasil, é o povo pobre”. As igrejas têm canais de TV e emissoras de rádios, por isso a conta não poderia ficar nas costas do povo.

Outra tentativa de se valer da tramitação de projeto de lei para beneficiar instituições religiosas ocorreu com a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério – FUNDEB. O Congresso havia aprovado reforma da Constituição para passar o fundo de provisório a permanente, além de prever aumento progressivo de participação da União. O projeto de regulamentação, de autoria da deputada Professora Dorinha (DEM-TO) esbarrava em interferências do Governo, que queria inserir a possibilidade de transferência de recursos do fundo para o setor privado. A resistência da maioria dos deputados acabou sendo quebrada pela urgência da tramitação: se a regulamentação não fosse aprovada ainda em 2020, não haveria como transferir

recursos para a Educação Básica, principalmente para os municípios. Daí que o projeto aprovado na Câmara incluiu a possibilidade de beneficiar instituições privadas de educação sem fins lucrativos, o que abrangia as confessionais e as do Sistema S (SENAI, etc.). As primeiras já eram favorecidas por isenções de impostos e até da contribuição previdenciária patronal; as outras, por contribuição empresarial específica. A reação foi forte, da parte de entidades atuantes na área da educação pública, de diferentes orientações, o que levou o Senado a suprimir essa possibilidade de drenagem de recursos da educação pública para a educação privada. A Câmara não repôs a emenda original, apesar da insistência da bancada do Partido Novo.

IGREJA PRESTA SERVIÇO ESSENCIAL?

O limite entre o que podia e não podia funcionar durante a pandemia foi um problema sério, em grande parte gerado ou pelo menos ampliado pelo negacionismo do presidente Bolsonaro. Mesmo contra a posição dos dois médicos que ocuparam a pasta da Saúde nos primeiros cinco meses de 2020, Bolsonaro insistiu que se tratava apenas de “uma gripezinha”, que não atingia jovens, atletas e corajosos. O general que substituiu os médicos no Ministério da Saúde revelou incapacidade de planejar e coordenar o que quer que fosse em matéria de prevenção e vacinação, limitando-se a jogar o problema para diante ou repetir os rituais de subserviência ao seu “comandante”. Governadores e prefeitos tiveram de assumir o protagonismo, sem o respaldo federal, a não ser que replicassem o negacionismo, em nome da “economia” e do “trabalho”.

Como a recomendação da Organização Mundial da Saúde e dos especialistas brasileiros foi no sentido do isolamento social (entre outras medidas) e, de preferência, à interrupção de atividades que exigiam aglomeração de pessoas, no limite o *lockdown*, tornou-se crucial o estabelecimento de critérios legais para isso. Ou seja, quais atividades seriam declaradas essenciais para permanecerem abertas, enquanto todas as outras deveriam ser paralisadas – os templos ficariam abertos ou fechados?

Em março, Bolsonaro baixou o decreto nº 10.282/2020, listando as atividades consideradas essenciais, que poderiam continuar funcionando, como os serviços públicos de saúde e segurança; e privados, como a distribuição e venda de produtos alimentícios e combustíveis. Cinco dias foi o tempo necessário para que a pressão de setores não contemplados levasse o presidente a baixar o decreto nº 10.292/2020, acrescentando exceções ao fechamento obrigatório. Entre os contemplados estavam as casas lotéricas e as “atividades religiosas de qualquer natureza, obedecendo as determinações do Ministério da Saúde”. O primeiro ocupante da pasta, o médico Luiz Henrique Mandeta, alinhou seu pensamento com o do presidente e sentenciou: “ir à Igreja pode, mas sem aglomeração e abraços”. No entanto, persistiu uma situação anômica, com governadores e prefeitos baixando decretos diferentes, uns mais rígidos, outros mais brandos em termos de paralisação de atividades. De quem era a competência para decidir sobre essa questão sensível?

Em maio de 2020, acionado por ação direta de inconstitucionalidade apresentada pelo partido Rede Sustentabilidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu que prefeitos e governadores tinham competência para adotar medidas de restrição à locomoção intermunicipal e local durante a emergência decorrente da pandemia, nos respectivos territórios, assim como medidas de isolamento e quarentena,

sem necessidade de autorização do Governo Federal. A decisão do STF respaldou medidas tomadas por prefeitos e governadores, mas não foi capaz de tirar o Governo Federal da inércia e o presidente, do negacionismo.

Outros cinco dias decorreram entre a promulgação do decreto federal que incluía as atividades religiosas na lista das essenciais e a decisão de juiz da 6ª Vara de Brasília que, atendendo a pedido do Ministério Público, determinou que o presidente alterasse o decreto nº 10.292/2020, e as excluísse. A justificativa do MP e do juiz foi que as atividades religiosas implicam reunião de pessoas em espaço reduzido, contrariando as recomendações dos especialistas. No dia 1º de abril, o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª região, suspendeu os efeitos da decisão do juiz, argumentando que o Poder Executivo tinha competência para definir o alcance das medidas restritivas, não cabendo ao Poder Judiciário alterá-las.

Se o decreto federal continuou valendo, não houve impedimento para que governadores e prefeitos tomassem as medidas que considerassem adequadas em suas áreas. Foi assim que o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella baixou decreto, em maio de 2020, liberando o funcionamento de templos e cultos religiosos externos, de qualquer natureza, desde que cumpridas certas condições, como distanciamento entre os fieis e a disponibilização de álcool em gel. Cinco dias depois do decreto, o juiz da 7ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça estadual suspendeu os efeitos do decreto, alegando que a Prefeitura não realizou estudo algum sobre o impacto da liberação do funcionamento dos templos e os riscos para a população. “Parece fantasioso que o benefício gerado aos fieis pelo exercício in loco das suas práticas religiosas compense o altíssimo risco de contágio inerente a essas reuniões, ainda que adotadas as medidas mitigatórias previstas no decreto ora impugnado”. A decisão do juiz foi superada por lei da Assembleia Legislativa fluminense (nº 8.906/2020), que, no mês de junho autorizou o governo estadual a liberar a realização de cultos e reuniões presenciais nas igrejas e templos religiosos de todas as confissões, durante o período da pandemia. A lei estabeleceu condições, convergentes com as do decreto do prefeito da capital, e acrescentou outras, como a distribuição gratuita de máscaras, e aliviou outras ainda, como a redução do distanciamento mínimo de dois metros entre os participantes para apenas um.

Com exigências variando entre os municípios, no início de agosto era quase geral o funcionamento das atividades religiosas. Porto Alegre era a única capital de estado que mantinha a proibição de cultos, mas o prefeito estava sob pressão, principalmente dos pastores evangélicos, que argumentavam precisar o povo tanto do “pão espiritual” quanto do material. Em meados de agosto, a capital gaúcha liberou as atividades religiosas sob condições estabelecidas em decreto do prefeito.

O acatamento das recomendações sanitárias pelos dirigentes religiosos variou bastante. O papa Francisco recomendou a contenção das atividades coletivas e deu o exemplo, limitando a celebração de cultos no Vaticano. No Brasil, a CNBB reforçou a recomendação papal e se contrapôs à posição do Governo Federal, que entre a economia e a vida, escolhia a primeira. Para os bispos católicos, era preciso encontrar um modo de superar essa dicotomia. Quanto ao decreto presidencial, que incluía as atividades religiosas entre as essenciais, entendiam que a decisão não poderia obriga-los a abrir os templos. Em conclusão, recomendou aos bispos que, se entendessem adequado às respectivas dioceses, mantivessem os templos abertos apenas para orações individuais e transmissões *on line*.

Os três pastores de presença mediática mais importante sintonizaram-se com o presidente Bolsonaro na atitude negacionista e acusatória. Edir Macedo afirmou que o medo das pessoas não condizia com a realidade. A mídia (não a sua TV Record, evidentemente) estava provocando o caos, o que era do interesse de Satanás. Silas Malafaia reiterou o diagnóstico do presidente de que ia morrer gente, principalmente idosos e portadores de comorbidades, mas antes isso do que parar o país, o que iria gerar uma crise sem precedentes.

Entre os charlatões que prescreveram remédios para curar ou prevenir infecção pelo coronavírus estava o próprio presidente Bolsonaro, entusiasta da cloroquina, apesar de não ter apoio científico. Religiosos também fizeram suas prescrições, com destaque para o pastor Valdemiro Santiago, dirigente máximo da Igreja Mundial do Poder de Deus. Ele divulgou vídeo anunciando a venda de feijões que germinariam plantas capazes de curar o coronavírus, a preços que variavam de 100 a 1.000 reais. Em outubro, juiz da 5ª Vara Cível Federal de São Paulo determinou que a página oficial do Ministério da Saúde se pronunciasse sobre a eficácia das sementes para a finalidade curativa anunciada. O despacho do juiz recomendou que o ministério adotasse uma atitude neutra, limitando-se a informar, de forma cuidadosa e respeitosa, se há ou não eficácia comprovada do artefato para o fim prometido. Com efeito, o ministério criou uma página sobre notícias falsas, na qual recomendava cuidado ao compartilhar notícias sem comprovação científica sobre alimentos com supostos efeitos terapêuticos contra o coronavírus. Mas, omitiu-se sobre os feijões mágicos do pastor. Até o fim do ano, o ministério não atendeu à determinação do juiz, que renovou o despacho.

Talvez mais grave do que os feijões do pastor Valdemiro, fosse a proclamação do pastor Davi Góes, da Assembleia de Deus de Canaã, de Fortaleza (CE), em vídeo veiculado por ele, no qual afirmou que a vacina Coronavac, fabricada pelo Instituto Butantã, em parceria com empresa chinesa, causava câncer e era portadora do vírus HIV. Uma conspiração teria começado na França, onde o coronavírus teria sido criado. Enviado à China, ele foi aprimorado e, daí disseminado pelo mundo. Segundo Davi, muitas pessoas iriam morrer de câncer por causa da vacina. O Ministério Público do Ceará pediu à justiça estadual que o pastor fosse responsabilizado civil e criminalmente por divulgar em rede social notícia inverídica sobre a vacina. O Movimento Nacional de Cidadãos Posithivas repudiou a manifestação do pastor, que pôde ter sofrido “apagão da luz divina” para fazer tal “diagnóstico”. Além de prejudicar o combate à pandemia, ele contribuiu para reforçar o preconceito contra os portadores do vírus HIV – “o nosso Deus repudia qualquer deus que pregue preconceito e *fakenews*”.

ASSÉDIO, ABUSO SEXUAL E ABORTO

Com posição na mais alta hierarquia eclesiástica, o arcebispo de Belém, Alberto Taveira, foi acusado pelo Ministério Público paraense de assédio e abuso sexual a ex-seminaristas menores de idade. A denúncia foi encaminhada à justiça estadual, que abriu inquérito. O Vaticano também enviou um emissário para investigar o caso, apoiado em recente decisão do papa Francisco sobre a proteção de menores e vulneráveis, na qual difere de seus antecessores ao indicar processo criminal civil ao invés de se limitar a processo eclesiástico (*Vos estis lux mundi*). A repercussão do caso no Pará levou a

Associação dos Juristas pela Democracia e outras instituições dedicadas aos Direitos Humanos a recomendarem o afastamento do arcebispo de seu cargo até que os fatos fossem apurados.

Em janeiro, as denúncias de abuso a mulheres por João Teixeira de Faria, dito João de Deus, empresário e dirigente mediúnico da Casa Santo Inácio de Loyola, situada em Abadiânia (GO), levou à sua condenação a 78 anos de prisão. O Ministério Público de Goiás recebeu 320 denúncias de mulheres assediadas ou abusadas pelo médium, mas a condenação se baseou em apenas quatro delas e na posse ilegal de armas de fogo.

Mesmo quando decisões judiciais são tomadas, tabus religiosos impedem ou dificultam sua execução, por vezes contando com apoio dos governos. Um exemplo dramático foi o caso de gravidez de menor de idade resultado de estupro. Como sabemos, a interrupção voluntária da gravidez é legal, no Brasil, em casos de estupro, de perigo para a saúde da mulher e de feto anencéfalo. Em março de 2009, ganhou notoriedade nacional a notícia de que o arcebispo de Olinda e Recife, José Cardoso Sobrinho *excomungou* a mãe e os médicos envolvidos no aborto de uma menina de 11 anos, grávida de gêmeos, que era violentada pelo padrasto desde os 9. Havia, nesse caso, duas razões que tornavam o aborto legal: o estupro e o perigo de vida para a menina. O prelado não excomungou a menina por ser menor de idade, e poupou o padrasto.

No mês de agosto de 2020, nova versão da tragédia voltou a acontecer. A dificuldade de proceder à interrupção da gravidez de uma menina de 10 anos de idade, estuprada pelo marido de uma tia, ganhou as manchetes da imprensa brasileira – a favor e contra. O crime ocorreu em São Mateus (ES), cidade cujo juiz da Vara da Infância e da Juventude reconheceu ser legal o aborto por grave ameaça à vida da criança engravidada. O hospital universitário da Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória, recusou-se a executar o procedimento, alegando razões que mal dissimulavam a adesão ao tabu religioso (postergar ao máximo o aborto, de modo a impor a gravidez indesejada até o fim) e o temor do pessoal médico diante de possíveis retaliações da parte dos militantes religiosos. O hospital público e universitário não realizou o procedimento legal, mas deixou a informação vazar, que chegou ao conhecimento da ministra Damares Alves, da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos. Ela enviou agentes do ministério a São Mateus para pressionar o Conselho Tutelar, cujos membros foram seduzidos com benefícios materiais (veículo e equipamento de escritório). Médicas de um hospital de Jacareí (SP) assediaram a avó da menina, com a promessa de atendimento durante a gravidez, desde que aceitasse concluí-la. Diante da pressão, a menina foi levada por familiares, acompanhados de assistente social capixaba para Recife (PE), onde foi atendida no Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros, hospital estadual de referência no atendimento à saúde da mulher.

O presidente da CNBB declarou que, mesmo legal, o aborto da menina era um crime hediondo, cometido pelos responsáveis e pela equipe médica. A ministra Damares não se manifestou publicamente sobre o assunto, mas integrantes de sua equipe foram a Recife participar da pressão sobre o pessoal médico do CISAM, visando interromper o procedimento. Militantes religiosos fizeram aglomerações diante do hospital e dados do médico responsável foram divulgados pelas redes sociais, além do nome da menina, o que é vedado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao fim e ao cabo, a interrupção da gravidez da menina foi realizada, mas de modo quase clandestino, apesar de ser legal por previsão constitucional. Pela atuação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, o

Estado conspirou contra a lei do próprio Estado, por causa da crença religiosa da ministra. Na mesma linha, seguiu a universidade federal.

O capital político acumulado por pastores evangélicos pentecostais tem funcionado como barreira defensiva diante de crimes sexuais e financeiros, mas Flordelis dos Santos Souza não conseguiu se livrar das acusações que a atingiram. Comerciária de origem pobre e moradora de favela carioca, passou a frequentar Igreja Evangélica e participar de obras sociais, além de atuar como cantora gospel. Formou-se normalista e passou a abrigar crianças pobres em sua residência. Conseguiu se defender das acusações de sequestro e ganhou notoriedade por um filme sobre sua vida, (“Flordelis – basta uma palavra para mudar”), que contou com a colaboração graciosa de atores e atrizes famosos. Além da renda do filme, Flordelis, então pastora de sua própria igreja (Comunidade Evangélica Ministério Flordelis), gravou discos bem vendidos. Toda essa notoriedade foi canalizada para a política partidária (PSD), valendo-lhe o cargo de deputada federal pelo Estado do Rio de Janeiro, para o qual foi eleita com expressiva votação. O assassinato de seu marido Anderson, em junho de 2019, antigo órfão abrigado por ela, também pastor, levou o Ministério Público Fluminense a acusa-la de ser a mandante do crime, motivada por questões financeiras e de poder no interior da igreja. A pastora-deputada continuou em liberdade, mas nove pessoas que viviam na sua residência, na qualidade de filhos(as) ou enteados(as) foram presas. A investigação mostrou uma complexa rede de relacionamento sexual no interior desse grupo doméstico, de múltiplo caráter incestuoso. A mesa da Câmara dos Deputados enviou o relatório do corregedor que recomendou a cassação do mandato por quebra de decoro.

Para evangélicos pentecostais, mas, também, para católicos, o homossexualismo é uma prática condenada, mais grave se praticada por clérigos. Em julho, movida por esses interesses amplamente representados nos Poderes do Estado, a Advocacia-Geral da União entrou com um recurso no Supremo Tribunal Federal, pedindo que a corte esclarecesse o alcance do julgamento de junho do ano anterior, que decidiu enquadrar atos de homofobia e transfobia como crimes de racismo. Essa decisão visava superar omissão do Congresso Nacional na criminalização de atos atentatórios a direitos fundamentais dos integrantes da comunidade LGBT. Especificamente, a AGU queria saber se a medida atingia a liberdade religiosa; a divulgação em meios acadêmicos, midiáticos ou profissionais de toda e qualquer ponderação acerca dos modos de exercício da sexualidade; o controle do acesso a determinados lugares abertos ao público, como banheiros, vestiários e transporte; e objeções por motivo de convicção filosófica ou política. A motivação religiosa (principalmente evangélica pentecostal) do recurso da AGU fica patente em numerosos trechos, notadamente no que afirma que a liberdade religiosa pode ou não contemplar a exclusão de pessoas cujo comportamento se revele ostensivamente atentatório aos códigos de conduta exigidos pelos princípios fundamentais de instituições religiosas. A ministra Damares, que deu o tom do Governo Federal na área de Direitos Humanos, defendia exatamente o teor da argumentação da AGU disfarçada de pedido de esclarecimento. Alguns religiosos católicos e evangélicos dissidentes denunciaram a dissimulação do pedido de legalidade para o discurso de ódio em nome da liberdade religiosa.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

As bancadas católica e evangélica têm pautas políticas convergentes, como no que diz respeito a família, sexo/gênero e, principalmente, aborto. Elas desfrutam de forte influência nas instâncias do Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal. Na base, padres e pastores exercem poder diretamente sobre os fiéis-eleitores, manipulando uma espécie de *voto de cabresto religioso*, abusivo como outras formas de poder.

Como definir o limite a partir do qual a influência religiosa se configura como abuso de poder? Como definir o abuso do poder religioso, se a legislação prevê apenas o abuso de poder político e poder econômico? Essa questão chegou ao Tribunal Superior Eleitoral no bojo do julgamento da vereadora Valdirene Tavares dos Santos (Republicanos), de Luziânia (GO), acusada de usar sua posição na igreja onde é pastora para proveito eleitoral. No julgamento, concluído em agosto de 2020, o tribunal decidiu por 6 votos a 1 não condenar a vereadora por não haver provas suficientes para cassar o mandato, além de não existir critério sobre como detectar o abuso de poder religioso. No entanto, vários ministros reconheceram que o poder religioso não é absoluto. A decisão foi ao encontro das demandas da bancada evangélica, que, contudo, não pretende elaborar lei para caracterizar a amplitude do emprego legal do poder religioso.

Nas eleições municipais de 2020, a evocação religiosa da parte de candidatos e prefeito(a) e vereador(a) aumentou muito. As estimativas variam, mas todas concordam que mais do que dobrou o número de postulantes a um lugar nas Câmaras Municipais que incluíram no nome político os termos padre, pastor, bispo, apóstolo, missionário, irmão, etc.. No entanto, o resultado não foi tão favorável a esses candidatos, pois o número de eleitos assim denominados caiu significativamente quando comparado ao das eleições de 2016.

No Rio de Janeiro, mais uma vez no foco, o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos), postulando a reeleição, empregou mensagens explicitamente religiosas em sua propaganda, com citações bíblicas e cânticos de apelo evangélico direto, além do vídeo comentado acima, em que cantava e dançava com Bolsonaro. Acusou seu principal adversário, Marcelo Paes (Democratas) de prometer a Secretaria da Educação para o PSOL, que iria introduzir a *ideologia de gênero* no currículo das escolas públicas. Com o claro objetivo de associar o adversário aos cultos afro-brasileiros, rejeitados pelos pastores evangélicos, acusou-o de acompanhar os desfiles de escolas de samba usando um chapéu de Zé Pelintra, entidade da Umbanda.

O candidato da IURD e de Bolsonaro (a vice era Andréa Firmo, tenente-coronel do Exército) contou com a maioria, mas não a exclusividade do voto evangélico. Importantes pastores, como os dirigentes da Assembleia de Deus, preferiram Eduardo Paes por adesão partidária ou rejeição ao aparelhamento privilegiado da Igreja Universal na Prefeitura do Rio de Janeiro. A comparação com a eleição de 2016 foi patente: naquela época, os evangélicos se uniram em apoio a Crivella, porque temiam a vitória de Marcelo Freixo, do PSOL. Em 2020, não havia tal ameaça, daí a divergência eleitoral aparecer.

Fato interessante ocorreu no debate televisivo promovido pela TV Globo, quando o bispo-prefeito interpelou a candidata do PT, a deputada evangélica Benedita Silva (ex-senadora e ex-ministra de

Lula) por ter esquecido os princípios bíblicos. A resposta de Benedita atingiu o confessionalismo, que teria levado Crivella a instalar o aparelho de tomografia no pátio de templo da IURD. E concluiu: “Temos de ter um *Estado laico* [grifo meu], onde nós possamos agir como gestores públicos. E não confundir púlpito com palanque”.

Marcelo Crivella foi derrotado no segundo turno por Eduardo Paes, que obteve dois terços dos votos válidos, com uma propaganda calcada sobretudo na sua capacidade de gestão, fruto de dois mandatos anteriores na Prefeitura. Os repórteres notaram vários eleitores usando o chapéu do Zé Pelintra.

Em outras cidades, folhetos muito semelhantes nas palavras e na formatação atacaram candidatos situados à esquerda do espectro político, como em Fortaleza, Recife e Porto Alegre, por serem a favor do aborto, da liberação das drogas e da *ideologia de gênero*, questões que não constam das atribuições dos Poderes Executivo e Legislativo municipais.

No entanto, o confessionalismo esteve presente também na esquerda. Depois do primeiro turno, no qual foi o primeiro colocado, o candidato do PT a prefeito de um município da área metropolitana do Rio de Janeiro, com grande população proletária, assinou e fez distribuir uma “carta compromisso a Igreja Cristã na cidade de São Gonçalo”, com o seguinte teor:

“Eu, Dimas Gadelha, católico, candidato a prefeito na cidade de São Gonçalo, venho através desta carta firmar meu compromisso com os valores defendidos por Deus, pelo evangelho, pela igreja e pela família, e declarar minha posição contrária às seguintes temáticas: ideologia de gênero, liberação do aborto, liberação das drogas, ofensas religiosas, doutrinação nas escolas, destruição dos valores da família.

Entendo que a oposição aos pontos expostos acima, reforçam os valores defendidos pela igreja cristã seja ela católica ou evangélica, valores estes que têm norteado a sociedade ao decorrer dos séculos.

Declaramos também nosso total e irrestrito respeito a todos os credos, denominações e religiões. Visando uma ação positiva no cuidado e na defesa dos valores professados pelas religiões, me comprometo a criar a Subsecretaria de Assuntos Religiosos para que possamos caminhar em respeito e harmonia.

Eleito prefeito da cidade de São Gonçalo, serei prefeito de toda a cidade, cuidarei de todos os problemas e dilemas, respeitando e defendendo os valores fundamentais defendidos por Deus, pelo evangelho, pela igreja e pela família”.

O apelo confessionalista não adiantou. O vencedor foi o capitão Nelson, PM reformado, com uma diferença inferior a dois pontos percentuais. Aparentemente, o apelo à segurança recebeu maior acolhida do que o religioso.

SOCIEDADE CIVIL PRÓ-ESTADO LAICO

Por sua eficácia na formação e/ou no reforço de opiniões, as redes de televisão tiveram um papel da maior importância durante o primeiro ano da pandemia. As duas redes nacionais de TV de maior audiência, a Globo e a Record, adotaram posições bem diferentes, resultantes de suas alianças e

competições. Como é sabido, a Record é controlada pela Igreja Universal do Reino de Deus, pelo que adota um tom confessional em sua programação, cujo crescimento ameaça a Globo. Mais do que isso, a aliança política da IURD com o governo Bolsonaro fez dela preferida por entrevistas do presidente e destino de verbas de publicidade federal, em detrimento da concorrente. A Globo adotou, então, uma posição duplamente reativa: oposição ao governo Bolsonaro, explicitando seu descaso para com a pandemia e seus efeitos, o charlatanismo das prescrições de cloroquina e a diminuição do papel do Ministério da Saúde e do Sistema Único de Saúde nas políticas públicas. Convergente com essa posição, a Globo destacou positivamente as posições da Igreja Católica, mais consentâneas com as recomendadas pelos cientistas, e de valorização da laicidade do Estado. Sem empregar esse termo, esta última posição ficou clara nos ataques quotidianos à gestão de Marcelo Crivella na Prefeitura do Rio de Janeiro. A Record também noticiou as pesquisas sobre o coronavírus e seu combate por vacinas, mas muito menos do que fez a Globo, cujos telejornais entrevistavam médicos e pesquisadores, com suas opiniões fundamentadas na ciência e na tecnologia, sempre clamando por políticas públicas de caráter laico. Sintomática foi a ênfase da Globo no número de indivíduos infectados e mortos, enquanto que a Record reduziu a visibilidade do número de óbitos pela justaposição do maior número de pessoas recuperadas e em recuperação.

As igrejas cristãs tiveram posição diversa diante da pandemia. As grandes aglomerações foram canceladas, apesar de lamentações: romaria a Aparecida e a Marcha com Jesus. A Igreja Católica foi mais convergente com as recomendações da Organização Mundial da Saúde e tratou a pandemia como um problema humano, como humanas foram suas consequências, especialmente para as populações social e economicamente mais vulneráveis. A intervenção religiosa preconizada foi mais de compaixão pelos doentes e famílias dos falecidos, assim como no apoio aos profissionais da saúde. Foi expressiva a projeção luminosa na imagem do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, logo em abril de 2020, que o *vestiu* com jaleco e estetoscópio, em agradecimento ao pessoal da saúde. E novamente no *réveillon*.

Essa atitude contrastou com os movimentos de aproximação das emissoras e redes católicas de orientação contrária à predominante na CNBB, que procuraram se aproximar do governo Bolsonaro, mediante a adoção de “atitudes positivas” em face da pandemia. A busca de recursos financeiros, na forma de publicidade governamental seria o retorno esperado. A Rede Vida foi uma das postulantes. Também a TV Pai Eterno, ligada à fundação encarregada da construção da basílica em Trindade (GO), já comentada por denúncia judicial de corrupção financeira. A acusação dessa manobra religiosa-política-financeira levou a CNBB a emitir nota, em junho de 2020, repudiando a iniciativa de forma taxativa: “A Igreja Católica não faz barganhas. Ela estabelece relações institucionais com agentes públicos e os poderes constituídos pautada pelos valores do Evangelho e nos valores democráticos, republicanos, éticos e morais”. Uma atitude laica implícita, incomum nos documentos eclesiásticos até aqui.

Em julho de 2020 foi divulgada a Carta ao Povo de Deus, documento assinado por 146 bispos católicos da ala progressistas da CNBB, com críticas incisivas ao presidente Bolsonaro e seu governo, por incapacidade de enfrentar a crise e por gerar outras, resultantes de sua política econômica e previdenciária, além de descaso para com os apelos de entidades nacionais e internacionais, tudo isso vitimando os mais pobres. Para o que interessa diretamente a este texto, o trecho mais forte da carta é o seguinte: “Até a religião é utilizada para manipular sentimentos e crenças, provocar divisões, difundir

o ódio, criar tensões entre igrejas e seus líderes. Ressalte-se o quanto é perniciososa toda associação entre religião e poder no *Estado laico* [grifo meu], especialmente a associação entre grupos religiosos fundamentalistas e a manutenção do poder autoritário”. Os bispos apoiadores da carta atuavam em todos os estados. No Rio de Janeiro, cujo arcebispo é da linha conservadora, somente assinaram a carta os bispos eméritos, isto é, aposentados. Equilibrando-se entre as tendências dos prelados, a direção da CNBB não endossou a carta, considerando-a como um documento particular dos signatários. Na mesma atitude contrária às políticas do governo Bolsonaro, os Padres da Caminhada e os Padres Contra o Fascismo emitiram carta de apoio e adesão à dos bispos, com cerca de mil assinaturas.

Cisão também ocorreu entre os evangélicos quando se tratou da atitude diante das políticas do governo Bolsonaro, inclusive para com a pandemia. Várias matérias na imprensa apontaram a cisão atravessando as diferentes denominações, tanto nas tradicionais quanto nas pentecostais. Pastores e igrejas adotaram posições opostas diante da pandemia: definição material ou espiritual? fechamento ou abertura dos templos? Apoio ou rejeição à tentativa de Bolsonaro de exercer direção religiosa da política? Os dirigentes de grandes igrejas pentecostais, os pastores e bispos midiáticos, em geral apoiaram o negacionismo do presidente e minimizaram os efeitos da pandemia ou procuraram tirar proveito econômico dela, como no caso dos feijões curativos de Valdemiro.

Em maio de 2020, a Frente Evangélica pelo Estado de Direito lançou um manifesto incisivo apelando ao STF para que julgasse logo o pedido de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão, pelas mentiras divulgadas durante a campanha eleitoral de 2018. O tom do documento foi no sentido do redirecionamento das políticas públicas, como no trecho seguinte: “Que o poder público – executivo, legislativo e judiciário – atue de forma coordenada para promover uma economia justa e voltada para o benefício das pessoas, a partir dos mais empobrecidos. Não há nenhuma razoabilidade em se opor a crise na saúde à crise econômica. É falsa tal divisão. O momento é de grave crise na saúde pública e todos os esforços devem convergir para maior preservação possível de vidas. Não se pode minimizar uma situação de pandemia em favor de lucros. O foco precisa ser solidariedade social em prol da preservação da vida humana”. Assinaram o manifesto as seguintes entidades: Aliança de Batistas do Brasil, Coletivo Abrigo Cristãos Contra o Fascismo, Evangélicos pela Justiça, Evangélicos Trabalhistas, Evangélicos pela Diversidade, Fé e Afeto Cristão, Fórum Evangelho e Justiça, Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, Evangélicos pela Igualdade de Gênero, Igreja Batista dos Direitos Humanos, Igreja Batista Nazareth, Igrejas Libertárias, Instituto Guarani de Responsabilidade Socioambiental, Miquéias Brasil, Movimento Negro Evangélico do Brasil, Nossa Igreja Brasileira, Núcleo Evangélicas e Evangélicos do PT, Paz e Esperança do Brasil, Plataforma Intersecções, Primavera Ecumênica-PSOL/PR, Rede Fale, Redenção Baixada e Vozes de Maria. Vale assinalar a presença, entre os signatários, de agrupamentos religiosos no PT, no PDT e no PSOL.

Criado em 2016, com a liderança do pastor Ariovaldo Ramos, a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito criou o Movimento pela Bancada Evangélica Popular que proclama a convivência possível entre política e religião, sem atropelar o Estado laico. O manifesto do movimento, lançado em agosto de 2020, visava se contrapor aos evangélicos apoiadores de Bolsonaro e suas políticas. Eis um trecho do manifesto: “Vamos ocupar as Câmaras e Assembleias com nossos irmãos e irmãs na fé, mas não num projeto de poder como as igrejas têm feito nos últimos anos, ferindo a *laicidade do Estado* [grifo meu] e criando embaixadores de um sistema opressor e de setores conservadores que iludiram nossos

irmãos e irmãs com vãs teologias, distorções das Sagradas Escrituras, e que anunciam uma palavra que é de tudo, menos de Deus”.

As recomendações dos cientistas receberam apoio total da TV Globo, parcial da TV Record; quase total da Igreja Católica e parcial das Igrejas Evangélicas. Para uma população que desconfia muito da ciência, com alta prevalência de superstições, esse apoio foi de grande valia. Tanto assim que a proporção dos brasileiros que valorizam a ciência aumentou durante a pandemia, como foi apurado na terceira edição do Índice Anual do Estado da Ciência, a partir de pesquisa com indivíduos de 14 países. Constatou-se que a proporção de brasileiros céticos diante da ciência caiu de 42% em 2019 para 33% em 2020. E 92% acreditavam que se deve seguir os conselhos científicos para a contenção da pandemia, a despeito da propaganda negacionista. É interessante registrar que 71% das *fakenews* disseminadas durante a pandemia mencionaram como fonte a Fundação Osvaldo Cruz ou algum estudo sobre o vírus covid-19 – ou seja, usaram a ciência para legitimar uma mensagem sem base científica.

O papel da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência é difícil de exagerar. Já em março de 2020, com o início da pandemia no Brasil, a entidade participou do *Pacto pela Vida e pelo Brasil*, firmado com a Academia Brasileira de Ciências; duas entidades profissionais, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa; e duas associações religiosas católicas, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns. O documento defendeu uma total reorientação das políticas econômica, social e de saúde do Governo Federal, o apoio ao Sistema Único de Saúde e às orientações da Organização Mundial da Saúde. Entre o capital e o trabalho, as entidades subscritoras não deixaram dúvida quanto à prioridade: “Em face da expansão da pandemia e de suas consequências, é imperiosa que a condução da coisa pública seja pautada pela mais absoluta transparência, apoiada na melhor ciência e condicionada pelos princípios fundamentais da dignidade humana e da proteção da vida. Reconhecemos que a saúde das pessoas e a capacidade produtiva do país são fundamentais para o bem-estar de todos. Mas propugnamos, uma vez mais, a primazia do trabalho sobre o capital, do humano sobre o financeiro, da solidariedade sobre a competição [grifo no original]”.

Esse pacto se desdobrou na *Frente pela Vida*, que, além daquelas entidades, incluiu a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, o Conselho Nacional de Saúde, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, a Sociedade Brasileira de Bioética e a Rede Unida. Muitas outras entidades vieram se juntar à iniciativa. A ênfase foi nas políticas de saúde com base científica; na defesa do meio ambiente e da biodiversidade; na defesa das condições de vida das populações mais vulneráveis; na defesa da Constituição e da democracia. A iniciativa se concretizou na Marcha pela Vida, no dia 9 de junho, de forma virtual, em atividades locais e regionais, conferências e um *tuitaço*.

A 72ª Reunião Anual da SBPC deveria se realizar em Natal, na UFRN, mas foi substituída por atividades virtuais, mantida parte da programação original. A Assembleia Geral da entidade foi realizada remotamente, culminando na aprovação da Carta da Cidade de Natal (23/11/2020), na qual a entidade expressou demandas para a ciência e a tecnologia, como, também, para a universidade e a educação pública. Esta foi brindada com a seguinte proclamação: “Para que a escola cumpra suas funções é necessário que o Poder Público, em todas as instâncias, implemente políticas públicas

intersetoriais que assegurem a efetivação da educação pública, *laica* [grifo meu], gratuita, inclusiva e de qualidade, tendo como base o Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação”. A demanda de escola pública laica não foi novidade na SBPC, pois a proposta que a entidade levou à Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, continha esse princípio, então reiterado.



2021 – DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA E LIBERDADE

Apelação religiosa
Pastores no poder
Veto, voto e projeto
Judiciário na disputa
Avanço laico no Rio de Janeiro
Contra-apelação religiosa
Evocações de pré-candidatos

O número de 200 mil mortos por causa da pandemia do covid-19, até dezembro de 2020, foi triplicado no fim de 2021. As ações e principalmente as omissões do Governo Federal contribuíram para que a letalidade da pandemia, já insuportavelmente alta, chegasse a esse macabro resultado.

A falta de preparação para enfrentar a pandemia constatava-se pela necessidade de se importar praticamente todos os recursos necessários, de máscaras faciais a respiradores e vacinas. Hospitais improvisados, construídos apressadamente, estouravam os cronogramas e deixavam de cumprir seu papel emergencial. O clímax foi em Manaus (AM).

Em dezembro de 2020, diante do aumento de novos casos de infectados por nova variedade do vírus, com a consequente elevação do número de internações e de mortes, o governo estadual determinou o fechamento total do comércio em Manaus. As manifestações de empresários, grandes e pequenos, incentivados pela posição negacionista de Bolsonaro, obrigaram o governador a flexibilizar a restrição, mas a Justiça determinou o retorno das medidas no fim de janeiro de 2021. O estoque de oxigênio na capital amazonense acabou nesse mesmo mês, e o sistema de saúde colapsou, com dezenas de mortes por asfixia de pacientes com o vírus covid-19. Corpos passaram a ser enterrados em valas comuns. O Ministério da Saúde, então dirigido pelo general Eduardo Pazuello, tido como especialista em logística, demonstrou incapacidade de ação pronta no suprimento de adicional de oxigênio. A carência foi tanta e tamanha a urgência, percebida em todo o mundo, que caminhões-tanque trouxeram oxigênio da Venezuela, doado pelos trabalhadores da Siderúrgica do Orinoco Alfredo Maneiro, principal produtora de aço daquele país. Apesar de toda a depreciação política do governo venezuelano por Bolsonaro, os metalúrgicos assumiram uma posição de solidariedade para com os doentes brasileiros.

Em abril de 2021, houve mais de 4 mil mortes por efeito do covid-19 em um único dia, o registro mais letal em todo o ano. Depois desse pico, as estatísticas mostraram a queda paulatina da letalidade da doença, devido à vacinação em massa, iniciada em janeiro. No fim do ano, já se podia contar com 80% da população imunizada com duas doses de alguma das vacinas adquiridas do exterior ou aqui produzidas pelo Instituto Butantã e pela Fiocruz.

No meio de toda essa crise, o Poder Legislativo assumiu um inédito protagonismo. Depois de meses de protelação pelo presidente do Senado Federal Rodrigo Pacheco (DEM, depois PSD-MG), a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a pandemia foi instalada em abril. Resultante de iniciativa do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a CPI tinha como objetivo apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia no país e, em especial, no agravamento da crise

sanitária no Amazonas por causa da falta de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, valendo-se para isso de recursos originados da União, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade.

O relatório da CPI indiciou dezenas de pessoas, do presidente da República a ministros, funcionários e empresários. Jair Bolsonaro foi indiciado por responsabilidade no aumento da epidemia com resultado de morte; na infração de medida sanitária preventiva; em charlatanismo; na incitação ao crime; na falsificação de documento particular; no emprego de verbas públicas; em prevaricação; em crimes contra a humanidade; e em crimes de responsabilidade (violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo). O relatório foi enviado a diversas instâncias do Sistema de Justiça, entre elas à Procuradoria Geral da República, cujo titular Augusto Aras arquivou todas as denúncias.

Como em 2020, a laicidade do Estado esteve no centro do debate político em 2021, inclusive no que dizia respeito ao enfrentamento da pandemia, umas vezes diretamente ligado a ela, outras vezes de modo apenas correlato, outras ainda como se a pandemia do covid-19 não existisse. É o que veremos nos itens seguintes.

APELAÇÃO RELIGIOSA

Populista ou fascista são adjetivos atribuídos pela crônica política a Jair Bolsonaro, por diversas razões. Uma delas, comum a ambos os adjetivos, é sua dificuldade, senão desprezo para com os partidos políticos. Ao longo dos mais de 20 anos de mandatos como vereador e deputado, ele se filiou a oito partidos. Para a candidatura a presidente, filiou-se ao pequeno Partido Social Liberal, que se beneficiou da conjuntura e aumentou o número de deputados federais de um para 50, a segunda maior bancada da Câmara. Mas a filiação não durou. Em 2019, o partido rachou por causa da disputa pelo controle da sigla. Luciano Bivar, deputado federal por Pernambuco, que controla o partido há décadas, não permitiu que a família Bolsonaro assumisse a direção. Jair Bolsonaro deixou o partido e decidiu criar um novo, a Aliança pelo Brasil, que estaria submetido a sua família: ele próprio seria o presidente e seu filho Flávio, senador pelo Rio de Janeiro, o primeiro vice. O filho caçula Jair Renan, sem mandato, seria vogal. Os outros filhos permaneceriam nos partidos que os abrigavam – Eduardo no Partido Social Liberal e Carlos no Republicanos, ramificação facilitadora de alianças presentes e futuras.

O programa da Aliança pelo Brasil seria a síntese do que Bolsonaro proclamava, desde o fundamento religioso da política até o porte de armas em nome da defesa da liberdade individual. Segue a transcrição do primeiro item do seu programa, denominado *Respeito a Deus e à religião*, juntando a evocação de um vago Cristianismo a um atestado ostensivo de rejeição à laicidade do Estado:

“Em primeiro lugar, a Aliança pelo Brasil reconhece o lugar de Deus na vida, na história e na alma do povo brasileiro, que é um povo religioso e solidamente educado nas bases do Cristianismo, em suas variadas vertentes e expressões.

Contra fatos, não há argumentos: o primeiro ato oficial celebrado em terras brasileiras foi uma Missa; o primeiro nome que nos foi atribuído, Terra de Santa Cruz; o primeiro processo de nossa alfabetização primária esteve a cargo de ordens religiosas; até hoje, são as devoções e os cultos populares que, em todas as regiões, dão vida, forma e cor ao povo brasileiro.

A relação entre esta Nação e Cristo é intrínseca, fundante e inseparável.

Por esse motivo, o partido toma como seus os valores fundantes do Evangelho e da Civilização Ocidental, herdeira do virtuoso encontro entre as cidades de Jerusalém, de Atenas e de Roma, ciente de que o povo brasileiro acredita que Deus é o garantidor do verdadeiro desenvolvimento humano, pois a dignidade da pessoa humana advém do fato de todos os concidadãos brasileiros serem filhos de Deus, dotados por Ele de direitos inalienáveis.

O partido reconhece especialmente os valores objetivos da verdade, da justiça, da liberdade responsável e da lei natural como norteadores de sua ação pública. Além disso, compromete-se a defender a liberdade de expressão religiosa, resguardada a justa ordem pública, e a combater qualquer forma de discriminação, hostilidade e menosprezo à religião, especialmente na vida pública.

De fato, jamais a *laicidade do Estado* [grifo meu] significou ateísmo obrigatório – como ocorre nos regimes totalitários que perseguem a religião. A laicidade não revoga a História da formação de um povo, nem se confunde com ódio à religião. Essa interpretação, aliás, é exatamente um dos muitos sintomas do que foi apresentado na introdução: subversão, aviltamento e ultraje dos valores mais caros ao povo.

Ao contrário, reconhecendo a justa autonomia da ordem política e da ordem religiosa, que a precede, o partido propõe o desenvolvimento de uma sadia cooperação entre essas duas esferas, para o bem comum, mesmo porque o povo é majoritariamente religioso e não pratica a exclusão de Deus de suas vidas – logo, não devem fazê-lo seus representantes”.

O novo partido foi anunciado a cerca de 500 pessoas que lotaram o auditório de um dos hotéis mais caros de Brasília, cedido para o evento por um empresário. A presença maciça de religiosos foi atestada pelos reiterados gritos de “glória a Deus”. Se empresários contribuiriam com dinheiro para as despesas de criação do partido, religiosos, particularmente evangélicos pentecostais, atuaram para induzir os fieis a se filiarem à legenda, mediante a assinatura da ficha de inscrição. A intenção dos dirigentes da sigla era que a adesão de 492 mil eleitores (mínimo necessário para o registro no Tribunal Superior Eleitoral) fosse feita em ritmo acelerado, para dar tempo à Aliança pelo Brasil de participar da eleição municipal de 2020. Parece que faltou apoio divino e/ou humano para a empreitada política, pois a nova agremiação partidária não conseguiu reunir assinaturas suficientes para a eleição de 2020, tampouco para a de 2022. Em consequência, os candidatos bolsonaristas permaneceram em diferentes partidos.

Políticos populistas e fascistas dispensam os partidos como mediação, e desenvolvem ligação direta com a massa de seus apoiadores. Em meio ao acúmulo de pedidos de impeachment apresentados na Câmara dos Deputados, mas não acolhidos pela presidência dessa instância legislativa, em 20/1/2021, Bolsonaro disse a apoiadores na porta do Palácio da Alvorada que “se Deus quiser, terminarei meu mandato no fim de 2022”, após as novas eleições presidenciais. O presidente desenvolveu essa prática de ligação direta com seus apoiadores em diversos momentos e de diversas formas. Quase diariamente, encontrava um punhado deles, previamente selecionados, à saída do Palácio da Alvorada, quando comentava fatos ocorridos na véspera, mandava recados aos adversários e, principalmente, atacava a imprensa não adesista. Acossados, os repórteres de rádio e TV deixaram de cobrir esses eventos políticos diários, a não ser os das emissoras ostensivamente apoiadoras do presidente e sua família.

Em 2021, foram organizadas duas Marchas da Família Cristã pela Liberdade, em várias cidades, promovidas por entidades do segmento político autodenominado conservador, inclusive religiosas e do agronegócio. Com seu lema Deus, Família e Liberdade, parecia a retomada das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, organizadas antes e depois do golpe militar de 1964, que tinham a Igreja Católica como principal protagonista religioso. Desta vez, foram as Igrejas Evangélicas Pentecostais que forneceram o cimento religioso para os eventos. A pauta era ampla, ia desde a defesa do voto impresso exigido pelo presidente contra as decisões do Superior Tribunal Eleitoral até a defesa do direito à liberdade de culto e à inviolabilidade dos templos, que estariam sendo violadas pelas medidas restritivas decretadas por governadores e prefeitos, com apoio do Ministério Público e do Poder Judiciário. A similaridade com os preparativos do golpe militar de 1964 foi evidenciada pelos cartazes portados por participantes: naquele ano, as Forças Armadas teriam salvo o Brasil do *comunismo*; e pedia-se intervenção militar, com Bolsonaro no poder. Diferentemente daquela época, na marcha de 2021 havia bandeiras do Império do Brasil (saudade do regime escravocrata?) e do Estado de Israel (modelo atual para um apartheid racista?).

A primeira marcha foi realizada em 11 de abril e a segunda em 15 de maio, Dia Internacional da Família. Bolsonaro participou da segunda marcha, em Brasília, de forma espetacular. Desembarcou de helicóptero militar e desfilou a cavalo. Em cima de carro de som, discursou com críticas às medidas de governadores e prefeitos restringindo a circulação de pessoas como estratégia de combate à pandemia. Ao seu lado perfilaram e discursaram os ministros Braga Netto (Defesa), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura), Tereza Cristina (Agricultura), Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Gilson Machado (Turismo). A aliança política entre evangélicos pentecostais, empresários do agronegócio e militares parecia estabelecida com apoio popular, que se expressou em cartazes e palavras de ordem dizendo *eu autorizo* – nem precisava dizer quem nem para que, pois todos entendiam que era para Bolsonaro impor a ordem por decreto na *desordem* provocada pelo Sistema de Justiça e por governadores e prefeitos.

Os desfiles de motos, capitaneadas pelo próprio presidente, as *motociatas*, foram eventos de grande repercussão, repetidos em diversas cidades. Um deles teve a ver com o tema deste texto. Em junho de 2021, duas semanas após manifestações anti-bolsonaristas simultâneas em várias cidades, apoiadores do presidente na cidade de São Paulo promoveram pelas redes sociais o evento denominado Acelera para Cristo, uma *motociata* confessionalista, que incluía como atrativo o sorteio de uma moto entre os inscritos pela internet. O promotor do evento, o empresário Jackson Vilar, ligado a evangélicos, não

negou o caráter religioso do desfile, que foi engrossado por clubes de tiro e de motociclismo do interior do estado. O movimento dos motoboys e entregadores da capital paulista, alinhado contra a exploração das empresas e a política econômica do governo, não apoiou o de quem usava a motocicleta apenas ou principalmente para entretenimento. Jair Bolsonaro participou da *motociata* e, no encerramento do desfile, diante do significativo monumento às bandeiras, discursou ao lado de alguns ministros. Não há estimativa segura do número de participantes do desfile, mas é consenso que não atingiu os 100 mil motoqueiros previstos. O certo é que 6 mil policiais atuaram para controlar o trânsito da capital paulista.

Motivado pelas *motociatas* de várias cidades, assim como por movimentos a pé, Bolsonaro tentou protagonizar um golpe de Estado no dia 7 de setembro, com base em movimentos de massa em várias cidades, para o que contou com apoio de pastores evangélicos pentecostais. Uns profetizavam o apocalipse caso faltasse força para Bolsonaro se contrapor aos inimigos da liberdade religiosa. Daí a importância dos fiéis comparecerem aos atos de apoio ao presidente no dia da Independência, portando bandeiras e faixas. A inclusão de Bolsonaro entre os investigados por difusão de notícias falsas, pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, era o *fato concreto* de tais ameaças. Entre os mais ativos mobilizadores de apoio evangélico estava o estridente pastor Silas Malafaia, dirigente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, com sede no Rio de Janeiro, e vice-presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil.

No ato realizado na capital paulista, o presidente lançou uma proclamação de fechamento do STF, o que acarretaria o do Congresso. Além do “seu povo” nas ruas, pretendia que lhe fosse oferecido o apoio das forças armadas e policiais, que tanto tinha cortejado com benefícios materiais e simbólicos. O discurso proferido na ocasião esteve recheado de referências religiosas, como convinha num apelo que presumia surtisse efeito pelo consentimento de pastores e padres de direita. Aqui estão trechos do discurso:

“São Paulo, minha terra querida, boa tarde! Deus nunca disse para Israel ‘fica em casa que eu luto por você’. Ele sempre disse ‘vai à luta que estou com você’. Agradeço a Deus pela minha vida e também a ele que pelas mãos de 60 milhões de pessoas me colocaram nessa missão de conduzir o destino da nossa nação. Hoje nós temos um presidente da República que acredita em Deus, que respeita os seus militares que defende a família, e deve lealdade ao seu povo. (...)

Dizer a vocês que o conforto não me atrai. Eu sempre estarei onde o povo estiver. Passamos ainda momentos difíceis. Lá atrás usei uma passagem bíblica por ocasião das eleições ‘e conhecerei a verdade e a verdade vos libertará’. Quando assumi presidência lembrei de outra passagem: ‘por falta de conhecimento meu povo pereceu’. (...)

Vocês passaram momentos difíceis com a pandemia, mas pior que o vírus foram as ações de alguns governadores e alguns prefeitos que simplesmente ignoraram a nossa Constituição, em especial o inciso do artigo 5º da mesma, onde tolheram a liberdade de expressão, tolheram o direito de ir e vir. Proibiram vocês de trabalhar e frequentar templos e igrejas para sua oração. Tudo isso foi se somando e a indignação de vocês foi crescendo. (...) Hoje nós prestamos conta a vocês e não a partidos políticos. Cada vez mais há certeza do nosso futuro. O apoio de vocês é primordial, é indispensável, para seguirmos adiante. Nesse momento quero mais uma vez agradecer a todos vocês, agradecer a Deus pela minha vida e pela missão. E dizer àqueles que querem me tornar inelegível em Brasília: só Deus

me tira de lá. E aqueles que pensam que com uma caneta podem me tirar da presidência, digo uma coisa para todos: nós temos três alternativas, em especial para mim, preso, morto ou com vitória. Dizer aos canalhas que nunca serei preso. A minha vida pertence a Deus, mas a vitória é de todos nós. Muito obrigado a todos. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

A tentativa de golpe não se resumiu no discurso confessionalista de Bolsonaro em São Paulo. Ele seria o contraponto do elemento material mais forte, a ser desfechado em Brasília, para onde foram deslocadas na véspera milhares de pessoas, numa operação dotada de vultoso financiamento privado. Mais gente era esperada no dia 7/9, proveniente do DF e dos municípios goianos vizinhos. Além do bloqueio das principais vias por grandes caminhões, contava-se com a presença de um milhão de pessoas na cidade, e da complacência da PM distrital, cuja participação passiva seria a senha para suas coirmãs estaduais fazerem o mesmo. Mas a tentativa de golpe falhou. Sem a massa humana esperada em Brasília e sem o Exército na rua, o discurso de Bolsonaro ficou apenas no apelo político-religioso, destituído de efeito prático.¹⁴

Na noite de Natal, Jair Bolsonaro entrou nos lares brasileiros em cadeia de rádio e TV, acompanhado da esposa Michele, sua mentora religiosa. Em dueto, o casal elogiou o próprio governo, “apesar do ano de muitas dificuldades”, sem menção alguma à pandemia nem à crise econômica e humanitária que assolava o país. Saiu da boca da primeira dama o principal apelo religioso. Eles (o casal Bolsonaro, bem entendido) não teriam se afastado, em nenhum momento, daquilo que acreditavam e defendiam: *Deus, Pátria, Família e Liberdade*. Os primeiros três termos eram caros aos movimentos fascistas europeus na década de 1930, que ecoaram na Ação Integralista Brasileira. O quarto termo, *liberdade*, soaria incompatível para os fascistas, até que eles fossem esclarecidos do significado atribuído por seus correligionários no Brasil de hoje: liberdade para adquirir e portar armas e munições; liberdade para atacar as instituições republicanas; liberdade para negar a pandemia e rejeitar vacina; liberdade para explorar sem limites a terra e as florestas em benefício do capital; etc. Nada a ver com a liberdade dos submetidos ao trabalho escravo, ao patrimonialismo e à exploração sexual, nem com a luta contra a ditadura militar. Esse apelo por liberdade mais parecia o refrão da música fascista italiana *Me ne frego!*

Na mensagem de fim de ano em rede nacional de TV, na noite de 31 de dezembro, gravada antes das férias em praia de Santa Catarina, Bolsonaro começou por reconhecer a intervenção divina em seu favor: “Quis Deus que eu ocupasse a Presidência em 2019”. E terminou com a extensão ao seu governo de uma crença que ele parecia professar, e repetia: “Hoje temos um governo que acredita em Deus, respeita seus militares, defende a família e deve lealdade ao seu povo”. Em nenhum discurso disse que os militares respeitam o governo, independentemente do titular do momento, nem que respeitam o povo que os sustenta com os tributos pagos nem com os jovens recrutados (os pobres, porque os ricos e remediados acabam isentos do serviço militar obrigatório).

No segundo semestre de 2021, os apelos religiosos do presidente Bolsonaro também ocorreram no âmbito das relações internacionais. O primeiro deles foi em setembro, quando discursou na abertura

¹⁴ No processo de desarmar o golpe, foi decisiva a rápida atuação do presidente do STF no episódio: a contenção das Forças Armadas e do vice-governador do DF em exercício, responsabilizando-os pelas consequências.

da Assembleia Geral das Nações Unidas. Como se isso interessasse aos representantes dos países membros da ONU, Bolsonaro disse que o Brasil tinha um presidente que acreditava em Deus e valorizava a família: “temos a família tradicional como fundamento da civilização. E a liberdade do ser humano só se completa com a liberdade de culto e expressão”. Apenas frases soltas em meio a uma avalanche de falsidades sobre seu governo e os anteriores. Certamente, esse apelo religioso e socialmente conservador era dirigido ao “seu povo” no Brasil, que apreciaria o *testemunho* do seu *presidente-mito*. Numa promessa de caráter discriminatório, em contradição ao que manifestara sobre liberdade de culto, anunciou a concessão de vistos humanitários para refugiados afegãos, “desde que fossem cristãos” – parecia cópia da política do seu homólogo húngaro, o homofóbico e autoritário Viktor Orbán. Bolsonaro concluiu o discurso com a frase “Deus abençoe a todos”, em completa discordância com a carta das Nações Unidas no que diz respeito à liberdade de crença.

Em novembro, Bolsonaro viajou ao Oriente Médio, onde visitou vários países, com propósitos que não estão muito claros. Para o que interessa a este texto, vale mencionar a viagem ao Bahrein, quando inaugurou a embaixada brasileira e firmou com o governo monárquico local um memorando de entendimento visando à promoção da tolerância e da liberdade religiosa, através da cooperação entre o Centro Global Rei Hamad e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, da pastora Damares Alves. Difícil imaginar que liberdade religiosa poderia ser essa, pois a religião muçulmana é oficial naquele país. E que tolerância seria essa, onde a atuação das mulheres é limitada e a população LGBT é sujeita a restrições rígidas, tudo com justificativas religiosas.

Em dezembro, Bolsonaro foi convidado a participar da reunião virtual promovida pelo governo norteamericano, denominada Cúpula da Democracia, com mais de uma centena de países convidados, entre os quais duvidosos regimes democráticos. Numa ostensiva demonstração de convocação seletiva, inimigos geopolíticos ficaram de fora, como a Rússia, o Irã e a China. Idem, a Turquia, um aliado indisciplinado. Em Cuba, ainda sujeita a bloqueio econômico, apenas os dissidentes opositores receberam convite, assim como o governo de Taiwan, com o objetivo não dissimulado de afrontar o governo chinês. No meio desse complexo cenário geopolítico, Bolsonaro limitou-se a fazer profissão de fé democrática, sem nada a ver com a realidade do país que presidia. Chegou ao ponto de afirmar que o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos era o resultado do compromisso de seu governo com as liberdades fundamentais. A Cúpula da Democracia foi um fracasso, mas Bolsonaro não pode acusado de ter contribuído para esse desfecho.

A apelação religiosa do presidente reverberou em ministérios menos importantes do que os mencionados acima. No do Turismo, referências religiosas foram empregadas para justificar atos profanos. Em fevereiro, o ministro Gilson Machado comentou nas redes sociais o cancelamento do carnaval. Para todo o mundo, a razão foi a pandemia. Não havia dúvida de que o primeiro surto do covid-19 no Brasil foi devido ao carnaval de 2020 e as aglomerações em todo o país. Mas, para o ministro, o cancelamento dos festejos de 2021 se deveu à justiça divina. Em reação a sua manifestação, ele tuitou: “Não sou contra o carnaval, sou músico. Sou contra tripudiar e blasfemar o nosso Pai”.

A Secretaria Especial de Cultura, que acabou confinada no mesmo ministério, depois de passar pelo da Cidadania, foi ocupado por um ator e modelo, que decidiu facilitar o financiamento de projetos de caráter religioso. Em maio, ele declarou: “Dizer que não podemos investir [nesses projetos] porque o

Estado é laico é uma besteira. Há uma confusão conceitual jurídica. Marginalizar o Cristianismo porque o *Estado é laico* é má fé [grifos meus]”. A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, integrante da secretaria, a quem competia emitir pareceres sobre os projetos, passou a ter um membro representante da “arte sacra”, por determinação de decreto baixado em julho pelo presidente Bolsonaro. Mas, com o término do mandato dos demais membros, sem quórum para deliberar, a decisão sobre os projetos a apoiar ficou a cargo do policial militar negacionista André Porciúncula, secretário de fomento, que se notabilizou pela inaudita tirada antropológica “toda cultura nasce com o culto”, tomada como lema da inflexão confessionalista do órgão público que ocupava.

Um exemplo da sintonia entre a apelação presidencial e a da Secretaria da Cultura foi negar a captação de recursos financeiros pela lei Rouanet em benefício do Festival de Jazz do Capão, na Chapada Diamantina, em sua 9ª edição. Folheto de divulgação do evento indicava seu posicionamento em favor da democracia e contra o fascismo. Para o coordenador do Programa Nacional de Apoio à Cultura da FUNARTE, que emitiu o parecer técnico no qual se baseou a negativa, a razão estava não na política, mas na religião, pois “o objetivo e finalidade maior de toda música não deveria ser nenhum outro além da glória de Deus e a renovação da alma”. A defesa da democracia e o combate ao fascismo não contribuiriam para essa finalidade...

PASTORES NO PODER

Uma das peculiaridades do governo Bolsonaro foi o protagonismo político-administrativo dos pastores evangélicos diretamente na administração. Acima de todos estava Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, que exercia forte e direta influência sobre Michele, a primeira-dama, a mentora religiosa do eclético presidente. Filha de pastor da Igreja Quadrangular, Damares também se tornou pastora da mesma denominação. Formou-se em Direito em faculdade privada (depois descredenciada) e trabalhou como assessora de parlamentares evangélicos, inclusive o famigerado senador capixaba Magno Malta. A influência de Damares sobre Michele resultou na instalação de uma extensão da Igreja Atitude no Palácio do Planalto, denominada Célula Bilíngue Shalon, sob a direção do pastor Francisco Castelo Branco, nomeado para a Secretaria-Geral da Presidência da República. A bem da verdade, Bolsonaro não se limitou a interagir com grupos religiosos evangélicos pentecostais. Com a exceção dos afro-brasileiros, sendo conservador, quando não reacionário, todo agrupamento religioso era bem-vindo, como os Arautos do Evangelho. Herdeiro e sucessor do grupo Família, Tradição e Propriedade. No início de dezembro de 2021, o coral dos Arautos se apresentou para Bolsonaro no Palácio do Planalto, durante a cantata de Natal.

A principal atividade prática do ministério de Damares consistiu na transferência de recursos para ONGs dirigidas por aliados políticos e religiosos. Um dos programas apoiados foi o de “proteção aos defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas”, destinado a indivíduos ou grupos que estivessem ameaçados. Apesar da portaria nº 300/2018, ainda do governo Temer, trazer uma regulamentação minuciosa, nenhuma ação se previa contra o trabalho escravo, o tráfico de pessoas para exploração sexual nem a discriminação religiosa sofrida pelos adeptos de cultos afro-brasileiros. Menos ainda contra a homofobia. No entanto, houve casos notórios de transferência de recursos financeiros a ONGs ligadas a Igrejas Evangélicas e empresários do agronegócio, como o programa

Abrace Marajó, dirigido a essa ilha paraense, onde 8 municípios seus estavam entre os 50 de mais baixo IDH do país. Uma das ONGs contempladas, a Rede Mondó era dirigida por irmã do ministro da Economia Paulo Guedes; e também presidente da União das Universidades Particulares-ANUP. Para acompanhar o projeto, o ministério escolheu a patronal Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado do Pará e uma empresa privada prestadora de serviços, a BioTec. Cerca de 60 entidades atuantes na área denunciaram ao Ministério Público Federal a exclusão da sociedade civil das discussões a respeito do programa “Abrace Marajó”. O MPF abriu procedimento administrativo, junto com a Defensoria Pública da União para acompanhar a implementação do programa. Partiu do campo religioso a contundente crítica da ação de Damares na ilha. Na opinião do bispo da diocese de Marajó, Evaristo Spengler, “a parceria é com o agronegócio, não com o povo”.

Em janeiro de 2021, a ministra convocou as igrejas cristãs a se cadastrarem para “selar a parceria entre Estado e Igrejas em ações sociais”. O objetivo era transferir recursos financeiros para que as igrejas desempenhassem serviços de assistência social à população pobre, não em complemento aos prestados pelo Estado, mas no lugar dele – aí estava mais uma versão das políticas visando à minimização do Estado, a religiosa.

A experiência de Damares como assessora parlamentar foi direcionada para facilitar a tramitação de um dos projetos de lei apresentado pelo deputado professor e pastor presbiteriano Henrique Afonso (PT depois PV-AC), considerado prioritário pelo governo Bolsonaro, e bastante caro à pastora-ministra. Tratava-se de projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, em tramitação no Senado, que alteraria o Estatuto do Índio. O objetivo era submeter os costumes e práticas tradicionais dos povos indígenas aos Direitos Humanos Fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal e por acordos internacionais. O alvo imediato era coibir “práticas que atentem contra a vida” de crianças, adolescentes e idosos, enumerando crimes de abuso sexual, escravidão, tortura, abandono de vulnerável e violência doméstica, além do infanticídio, motivação inicial do projeto. O texto aprovado pela Câmara admitiu a possibilidade de transferência da criança para lugar seguro, o que legitimaria a biografia da ministra Damares, ela própria acusada de ter sequestrado uma criança de tribo do Xingu “para criar”, sem ter seguido os protocolos legais de adoção. A propósito, Damares era cofundadora da ONG Atini-Voz pela Vida, dedicada a combater o infanticídio indígena, entidade essa que preparou o projeto de lei em questão. Especialistas em assuntos indígenas alegaram que a atividade dessa ONG e o objetivo implícito do projeto de lei mal dissimularam o intuito religioso, que incluía a retirada de crianças de suas comunidades para as ressocializar, como faziam os missionários católicos no tempo do Brasil colônia. Os especialistas alegaram também que a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas e o diálogo intercultural propiciariam o abandono de tais práticas, como já teria acontecido.

O aparelhamento religioso do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos apareceu nos cargos ocupados por pastores de igrejas pentecostais e por católicos conservadores ou até reacionários. Um caso expressivo foi a Diretoria Nacional da Família, dirigido por Ângela Vidal Gandra, ligada à União dos Juristas Católicos de São Paulo e filha de Ives Gandra Martins, famoso advogado e membro da Opus Dei. Paulo Fernando Melo da Costa, presidente da regional de Brasília da Frente Integralista Brasileira, foi nomeado assessor especial de Damares. Além de praticante do lema Deus, Pátria e Família, caro ao do fascismo brasileiro da década de 1930, o assessor também atuava na ONG Atini,

de militância anti-aborto, em qualquer circunstância, mencionada acima. Não eram apenas os grupos conservadores e reacionários brasileiros os apoiados pela ministra. Também os internacionais receberam facilidades para aqui desenvolverem suas atividades, como Capitol Ministries, criado por um pastor e financiado por Donald Trump; e The Send, criado para reevangelizar as Américas e que contou com a presença de Bolsonaro e Damares em evento realizado simultaneamente em Brasília e em São Paulo.

A vigilância de Damares sobre os valores materializou-se em denúncias como a de professores de escola pública de Resende (RJ), município onde está situada a Academia Militar das Agulhas Negras, reiteradamente visitada por Bolsonaro em campanhas políticas no seu ambiente de origem. Em novembro de 2021, o diretor foi intimado pela polícia a prestar depoimento sobre uma denúncia anônima, acolhida pelo ministério de Damares, de que os alunos estariam sendo expostos a *conceitos comunistas* e à *ideologia de gênero*. Mesmo depois que manifestações do Ministério Público e do Supremo Tribunal Federal congelaram o movimento Escola sem Partido, seus propósitos foram assumidos pelo ministério.

A influência de pastora-ministra foi além da primeira-dama e das ações externas de seu próprio ministério. Ela se exerceu em outras áreas do próprio governo, como se fosse uma espécie de referência da pauta ideológica *soft* – a *hard* estava a cargo dos filhos do presidente. Uma das expressões ostensivas dessa referência pode ser constatada no vídeo da reunião ministerial de 22/4/2020, tornado público por decisão judicial. Damares se dirigiu a vários ministros, inclusive ao atônito Nelson Teich, da Saúde, com apenas seis dias no cargo e 20 antes da demissão, nos seguintes termos: “quero te lembrar ministro, que tá chegando agora, que este governo é um governo pró-vida e pró-família (...) o seu ministério tá lotado de feminista que tem uma pauta única que é a liberação de aborto”. Ela deixou claro que todos os ministérios deveriam pautar suas atividades pelos valores dos quais era a porta-voz.

Ecoando essa orientação, Marcelo Queiroga, em agosto de 2021, o quarto ministro da Saúde de Bolsonaro, revogou portaria do Conselho Nacional da Saúde, do ano anterior, que adicionava às diretrizes do SUS o direito ao aborto legal. Em 8/3/2021, o Dia Internacional da Mulher foi marcado por evento promovido pela ONU, no qual representantes de 60 países firmaram documento contendo compromissos em prol da saúde feminina. A representação do governo brasileiro não assinou o documento, assim como os da Polônia, da Hungria, da Arábia Saudita e da China. Para o Itamaraty, o governo brasileiro não apoia referências a termos considerados ambíguos como “direitos sexuais e reprodutivos”.

A pastora Damares abriu caminho para dois pastores presbiterianos, mais intelectualizados do que os pentecostais como ela. André Mendonça, doutor em Direito e chefe da Advocacia Geral da União, foi nomeado ministro da Justiça em abril de 2020, em substituição a Sérgio Moro; e Milton Ribeiro, ex-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e detentor de diploma de doutor em Educação pela USP, assumiu o Ministério da Educação em julho do mesmo ano. No MEC já estava o presidente da CAPES Benedito Guimarães Aguiar Neto, também presbiteriano e ex-reitor da mesma universidade, defensor do criacionismo. Seu antecessor, da mesma denominação, fora nomeado em dezembro de 2019, reitor do famoso Instituto Tecnológico de Aeronáutica, no âmbito do Ministério da Aeronáutica.

Milton Ribeiro suscitou resistências nos meios educacionais por defender castigos físicos no processo educacional, além de declarar em entrevista a um jornal paulista que o homossexualismo era fruto do desajustamento familiar. A Procuradoria-Geral da República pediu ao STF que fosse aberto inquérito para investigar se o ministro incorreu no crime de homofobia. Em janeiro de 2021, o ministro foi a Santos, onde residia. Aproveitou para visitar escola onde se realizava o ENEM e participou de culto no templo onde era pastor. Aí declarou que seu papel no MEC era mais espiritual do que político. Vangloriou-se do governo Bolsonaro ter três pastores como ministros (além dele, Damares e Mendonça). Presumiu que foi Deus quem o guindou a essa posição. Depois de uma reunião ministerial, os três pastores-ministros se reuniram para orar, pedindo a Deus orientação e sabedoria para eles e para o presidente Bolsonaro. Ribeiro demonstrou despreço pela atividade central de sua pasta, a educação escolar. Em audiência na Câmara dos Deputados a respeito de projeto de lei instituindo a educação familiar ou *home schooling*, os dois pastores-ministros defenderam o projeto. Em contraposição ao que defende a maioria dos educadores, Ribeiro disse que a socialização da criança e do adolescente pode ser feita em ambientes não escolares: “A própria família, clubes, bibliotecas e até mesmo a igreja, por que não?”. Ou seja, de preferência em lugares onde crianças e jovens não convivam com pessoas diferentes da sua família de origem, presumida garantia de que continuarão a seguir os valores que lhes foram inculcados desde pequenos.

A posição reacionária do titular do MEC levou à nomeação da professora Sandra Ramos, da Universidade Federal do Piauí e ligada ao movimento Escola sem Partido para a direção de materiais didáticos. Sua principal atribuição era implementar o Plano Nacional do Livro Didático-PNLD, de grande importância nas escolas públicas de educação básica, já que é responsável pela compra de cerca de 200 milhões de exemplares de livros, no valor da ordem de um bilhão de reais. São livros escolhidos pelos professores em listas de publicações de editoras privadas, aprovadas pelo MEC. Os critérios são divulgados com alguns anos de antecedência, de modo que as editoras se adaptem a tempo de submeterem as obras à decisão do ministério. A composição das comissões avaliadoras foi alterada durante o governo Temer, substituindo-se os docentes de universidades públicas por pessoas nomeadas pelo ministro. Com Milton Ribeiro, o edital para 2023 foi alterado, suprimida a proibição de conteúdos racistas ou de inferiorização da mulher e de preconceitos regionais. Tudo isso foi substituído por expressões genéricas que as obras deveriam seguir: “livres de preconceitos ou discriminações de qualquer ordem, além de estarem isentas de qualquer forma de promoção da violência ou da violação dos direitos humanos”. De todo modo, os editores entenderam o recado e partiram para a supressão de expressões como *ditadura* militar por algo como *movimento* ou *regime* militar – e nada de referências a sexo e gênero, temas tabus para as vertentes mais conservadoras do Cristianismo – evangélicas, mas também católicas. Se dependesse apenas do ministro, o controle ideológico dos livros didáticos seria ainda mais severo. Em abril, numa aula magna na Universidade Federal da Paraíba, ele afirmou, sem dizer como soube, que crianças de 9 e 10 anos não sabiam ler, mas sabiam “colocar camisinha” – estava na hora de dar um basta nisso!

Ainda no âmbito do MEC, o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP passou por mais uma crise, não a primeira no governo Bolsonaro. Aliás, a rotatividade dos presidentes dessa autarquia no quadriênio, cinco até o fim de 2021, é um indicador de que a crise era crônica. Duas razões explicariam essa recorrente situação: os vultosos recursos administrados pela autarquia,

oriundos principalmente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; e a execução do Exame Nacional do Ensino Médio. Vou pular os recursos financeiros e focar no exame, que obteve lugar de destaque na imprensa.

Em junho de 2021, o pastor-ministro nomeou para o conselho consultivo do INEP dois novos membros. Um era o militar e deputado estadual pelo PSL paulista, Tenente Coimbra; outro, o pastor batista Roque do Nascimento Albuquerque, também contemplado com a nomeação por Bolsonaro para reitor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB. A inserção de pessoas sem a qualificação necessária para integrar tal órgão colegiado foi contestada pelos funcionários de carreira do instituto, mas sem efeito prático, a não ser aumentar a distância entre o ministro e o corpo técnico.

Desde a posse do governo Bolsonaro, a imprensa noticiava a desqualificação de questões do ENEM pelo presidente e pelos ministros da Educação. Elas eram retiradas de um grande repertório (Banco Nacional de Itens), a cada ano. Eram questões que incluíam temas como sexo/gênero e história, como a já mencionada ditadura militar. Possíveis incômodos religiosos também eram alvo dos censores, como uma poesia de Manoel de Barros suprimida da prova de 2019 por causa do verso “no descomeço era o verbo”, que poderia contrariar a Bíblia, ferindo o sentimento religioso e a liberdade de crença... Em 2021, funcionários do INEP denunciaram terem recebido pressão psicológica e vigilância velada no processo de formulação da prova, com *recados* para que evitassem questões que pudessem incomodar o presidente Bolsonaro. O deputado federal professor Israel Batista (PV-DF) protocolou na Comissão de Ética Pública da Presidência da República denúncia contra o presidente do INEP, Danilo Dupas, pela existência de sérios indícios de critérios político-ideológicos na formulação da prova, como a proibição de certos temas e pautas.

Diante de declaração do ministro de que pretendia ter acesso à prova, antes de aplicada, e do presidente do INEP sobre a criação de uma comissão permanente de revisão ideológica das questões, o Ministério Público Federal recomendou que tal comissão não fosse criada. A razão do MPF era a de que “a pretensa neutralidade ideológica da proposta, na verdade, pode esconder um conjunto de ideias contrárias ao pluralismo de ideias e à liberdade de expressão”. Em 8/10/2021, a direção do INEP comunicou atender à recomendação.

A crise do instituto e do ENEM, em particular, não terminou aí. Em 4/11/2021, 37 funcionários do INEP em cargos de chefia pediram exoneração em protesto pela falta de comando técnico no planejamento do ENEM e pela existência de um clima de insegurança na autarquia, além de episódios de assédio moral. Contudo, as provas foram aplicadas em 21 e 28 de novembro a um número decrescente de candidatos (de 8,7 milhões em 2014 a 3,1 milhões em 2021), por razões que não podem ser atribuídas apenas à pandemia. A realização do ENEM em 2022 estava ameaçada, segundo os técnicos em protesto. Desde o início do governo Bolsonaro, o Banco Nacional de Itens não recebia novas questões – e se fossem, quem e como as elaboraria? A possível terceirização dessa estratégica tarefa para instituição privada era vista como uma ameaça à qualidade do exame, o principal instrumento de seleção de candidatos ao ensino superior em todo o país.

A crise da avaliação educacional se estendeu à ponta mais elevada do sistema educacional, a pós-graduação. Em abril de 2021, o presidente da CAPES, presbiteriano como o ministro, mas seu adversário na Universidade Mackenzie, foi demitido e substituído por Claudia Toledo, reitora do Centro Universitário de Bauru (SP), de propriedade de sua família, na qual Milton Ribeiro e André Mendonça se graduaram em Direito. Ela foi a terceira pessoa a assumir a direção da CAPES no governo Bolsonaro, com sérias consequências práticas.

A avaliação periódica dos programas de pós-graduação é atividade central da CAPES, com a participação de centenas de docentes-pesquisadores que trabalham *pro bono* para a autarquia. Atuam também na avaliação dos pedidos de credenciamento de cursos novos. Pois a CAPES esteve nas manchetes da imprensa como nunca antes, por não se contrapor à ação movida pelo Ministério Público Federal, que acusou a agência de aplicar critérios retroativos na avaliação dos programas de pós-graduação. Mais de 100 professores-pesquisadores que atuavam gratuitamente na avaliação se demitiram das comissões de que participavam, devido à inatividade da presidenta da CAPES diante da decisão judicial, e, também por ela pressionar para a aprovação de novos cursos privados de pós-graduação a distância. A demissão dos docentes-pesquisadores foi engrossada pela de técnicos da própria instituição, processo que culminou com a demissão do próprio diretor de avaliação, em meados de dezembro de 2021. Entidades científicas referendaram as acusações dos demissionários, mas a presidenta os acusou de insurgência e de deserção, sem, contudo, apresentar uma diretiva capaz de enfrentar a inédita e profunda crise num dos setores mais bem-sucedidos da educação brasileira.

A parceria entre os pastores Damares Alves e Milton Ribeiro evidenciou a convergência da pauta moral nos respectivos ministérios: a formulação de um edital conjunto para concessão de bolsas e recursos para custeio de projetos de pesquisa e formação de recursos humanos em programas de mestrado e doutorado, com temas sobre o binômio família-políticas públicas. No contexto de penúria de recursos financeiros para atender até mesmo aos compromissos já assumidos com bolsistas, no país e no exterior, o lançamento de novo edital com essa temática revelou a importância da gestão orientada por valores religiosos conservadores num setor em que as políticas de fomento se pautavam por critérios pluralistas. Dois milhões e meio de reais foram alocados para bolsas e custeio dos projetos aprovados a partir de avaliação realizada por pareceristas *ad hoc* escolhidos por critérios desconhecidos. A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia divulgou manifestação contrária ao edital, por estar “em confronto direto com o que têm demonstrado as investigações científicas mais atuais e comprometidas com a realidade social do Brasil no campo de estudos sobre famílias, relações de gênero e sexualidades”. Entre os pontos do edital rejeitados pela ANPEPP como viesados, destaquei dois: a desqualificação de conjugações familiares que se afastam do modelo conjugal; e a suposição acrítica e naturalizada da família tradicional como instituição que oferece segurança, acolhimento e proteção, quando as pesquisas mostram a existência nela de opressões patriarcais, práticas abusivas e violentas.

O terceiro pastor no primeiro escalão do governo, André Mendonça, esteve lotado na Advocacia da União durante 20 anos. Por indicação de Damares e Michele, Jair Bolsonaro o nomeou advogado-geral da União. Em 2020, substituiu Sérgio Moro no Ministério da Justiça, para retornar à direção da AGU em março de 2021. Nesses cargos, Mendonça demonstrou fidelidade à pauta bolsonarista e aos interesses de seus confrades pastores. Em maio de 2019, ele assumiu o discurso do movimento Escola

sem Partido e pediu ao STF autorização para realizar operações policiais em universidades públicas e privadas para apurar utilização dessas instituições para finalidades eleitorais, de modo a coibir o que seriam vieses ideológicos de professores. A ministra Carmen Lúcia Rocha negou o pedido, logo referendado pelo plenário. Em atendimento a denúncia da Rede Sustentabilidade de que o Ministério da Justiça estaria realizando investigação sigilosa, com motivação ideológica, sobre centenas de servidores públicos, inclusive professores, Carmen Lúcia determinou a suspensão de todo e qualquer ato do ministério que gerasse relatórios ou compartilhamento de informações pessoais de cidadão identificado como pertencente a “movimento antifascista”. Em seu voto, ela argumentou que o Estado “não pode ser infrator, menos ainda em afronta a direitos fundamentais, que é sua função garantir e proteger”. Por outro lado, o procurador-geral da República Augusto Aras (rival de Mendonça na luta por um posto no STF) determinou apuração preliminar para analisar sua conduta quando dirigia o Ministério da Justiça, em atendimento a denúncia da deputada Natália Bonavides (PT-RN) de que ele teria cometido crime de responsabilidade e abuso de autoridade ao acionar a Lei de Segurança Nacional para investigar críticos do presidente Bolsonaro.

Dentre os pastores do governo Bolsonaro, André Mendonça será o de mais longa e garantida permanência no proscênio político, já que foi indicado pelo presidente para integrar o STF, posição política vitalícia aprovada pelo Senado. A maratona rumo a essa cobiçada posição, inclusive a dimensão religiosa do pleito, será apresentada no próximo item.

VETO, VOTO E PROJETO

Em 2021, a atuação do Poder Legislativo, como palco ou mesmo como ator nos embates em torno da laicidade do Estado foi menos intensa do que a do ano anterior, nem por isso menos relevante. O Congresso Nacional começou resolvendo a favor do confessionalismo uma sobra do ano anterior, o veto de Bolsonaro a artigos da lei nº 14.057/2020, que tratava do perdão de dívidas tributárias de igrejas à União. Os artigos vetados isentavam templos religiosos do pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e anistiava multas recebidas pelo não pagamento devido, uma renúncia fiscal estimada em um bilhão de reais. Para os pastores interessados, Bolsonaro justificou o veto para evitar pedido de cassação de seu mandato, mas sugeriu que o Congresso o rejeitasse.

Em março de 2021, a sugestão do presidente foi atendida e os benefícios financeiros retornaram ao texto na lei. Perda financeira para o Estado, ganho para as igrejas e para a base política da situação. A derrubada do veto foi tranquila, até porque a aprovação da emenda (um *jabutí* inserido em projeto de lei que nada tinha a ver com o assunto principal) recebeu aprovação da direita à esquerda, com os deputados de olho na eleição municipal, como já vimos.

Durante as investigações, a Comissão Parlamentar de Inquérito da pandemia do covid-19 instituída pelo Senado descobriu o envolvimento do autoproclamado pastor Amilton Gomes de Paula, dirigente da ONG Secretaria Nacional de Assuntos Religiosos, redenominada em 2020 Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários. Munido do título autoconferido de reverendo e do nome da entidade sugerindo fazer parte de organização estatal, Amilton atuou na intermediação de contratos de empresas e indivíduos interessados em vender vacinas ao Ministério da Saúde a preços superfaturados. E foram

além os malfeitos do reverendo, que ofereceu a prefeituras municipais e governos estaduais os mesmos favores. Tudo isso não ficou apenas nas denúncias dos envolvidos, mas foi comprovado pelos documentos incluídos no relatório da CPI. Só não foi comprovado o robusto currículo do reverendo. Seu diploma de curso superior foi descoberto falso e, conseqüentemente, o registro no Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal foi cancelado. A filiação declarada a várias entidades de avaliação psicológica, neurologia e psicossomática foram comprovadas inexistentes. E até o título de reverendo não foi reconhecido pela Ordem dos Ministros Batistas do Brasil, de que dizia ser filiado. Menos ainda o de reitor da Faculdade Batista do Brasil, aliás, instituição inexistente. Tudo isso seria apenas mais um capítulo doloroso na longa história da escroqueria no Brasil, se não revelasse o poder que instituições religiosas adquiriram nas últimas décadas no campo político, instituições que valem mais pelo que ostentam do que pelo efetivamente fazem.

Assim é (se lhe parece), título de peça teatral de Luigi Pirandelo, é um mote implícito e reiterado nos círculos do governo Bolsonaro. A ministra Damares Alves pretendeu possuir qualificações acadêmicas, apresentando-se como mestre em Educação, em Direito Constitucional e Direito de Família. Questionada sobre o emprego desses títulos acadêmicos, a pastora-ministra alegou que sua condição de pregadora lhe tornava mestre dentro da perspectiva cristã, derivado do estudo da Bíblia. Carlos Alberto Decotelli, que substituiria Abraham Weintraub no Ministério da Educação, protagonizou curto mas expressivo episódio de falsificação curricular. Colaborador de Weintraub no MEC, onde dirigiu o estratégico Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, ele se atribuiu o título de doutor em Administração pela Universidad Nacional de Rosario. Mas, em resposta a consulta de jornalista, o reitor dessa instituição argentina informou que o brasileiro foi reprovado no exame de qualificação, portanto sua tese, se existiu nem chegou a ser avaliada. Assim, o recém-nomeado ministro da Educação teve de ser demitido antes mesmo da posse. A falcatura não pôde ser aturada nem mesmo no governo Bolsonaro.

André Mendonça não precisou falsificar títulos para ganhar a maratona rumo ao STF. Seu título de doutor em Direito pela universidade espanhola de Salamanca não foi contestado, nem o da paranaense Faculdade Teológica Sul-Americana, onde obteve a graduação em Teologia, reconhecida pelo MEC. Sua credencial mais importante foi a de pastor presbiteriano e a chancela da primeira-dama Michele Bolsonaro e de Damares Alves, ambas evangélicas como ele e devotas de Jair Bolsonaro. Este havia prometido aos pastores de sua base de apoio a nomeação de um ministro “terrivelmente evangélico” para a primeira vaga disponível no STF, mas adiou esse benefício ao indicar o católico nominal Kássio Nuno Marques, então desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O indicado evangélico ficaria para a vaga seguinte. Em julho de 2021, Bolsonaro oficializou a indicação de Mendonça ao Senado, onde a sabatina perante a Comissão de Constituição e Justiça foi procrastinada pelo presidente dessa casa legislativa, interessado ele próprio em outra pessoa para o cargo em questão.

Pressionado por várias forças políticas, inclusive e principalmente por pastores de várias Igrejas Evangélicas, como o barulhento Silas Malafaia, o evento acabou acontecendo em 1º de dezembro. Durante as oito horas de sabatina, as questões apresentadas ao candidato a ministro do Supremo evitaram os temas mais sensíveis, de modo que ele não teve dificuldade em se mostrar ao mesmo tempo devoto religioso e aplicador da legislação republicana, num discurso ensaiado segundo a fórmula “na vida, a Bíblia; no Supremo, a Constituição”. Não está claro como compatibilizar essa

salomônica declaração com outras, como a de Bolsonaro em agosto, de que dera a Mendonça a missão de abrir toda primeira sessão semanal do STF com uma prece, missão que o indicado prometeu cumprir. No depoimento na Comissão de Constituição e Justiça, Mendonça dissimulou a militância confessional e bolsonarista, justificando porte de armas, desmatamento e até o emprego da Lei de Segurança Nacional, aliás substituída em setembro pela Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito. E explicitou, em alto e bom som: “Me comprometo com o *Estado laico*. Considerando discussões havidas em função da minha condição religiosa, faço importante ressaltar minha defesa do *Estado laico*. A Igreja Presbiteriana à qual pertenço, uma das diversas igrejas evangélicas de nosso país, nasceu no contexto da reforma protestante, tendo como uma de suas marcas justamente a defesa da separação entre Igreja e Estado [grifos meus]”. E especificou: “A laicidade é a neutralidade, a não perseguição e não concessão de privilégios por parte do Estado em relação a um credo específico ou a um grupo determinado de pessoas em função de sua condição religiosa”. Lição decorada ou conversão recente? A vida, no Supremo, dirá.

Aprovada a indicação pela CCJ, por 18 votos a 9, foi a vez do plenário se manifestar, em votação presencial. Para garantir a participação dos previamente acordados, os jatinhos das igrejas foram utilizados para transportar senadores a Brasília. A aprovação foi feita com pequena margem, 47 votos a 32, quando o mínimo necessário eram 41 a favor. Assim, Mendonça será o ministro do Supremo com menor aprovação no Senado, abaixo até dos 55 votos dados a Kássio Nunes Marques, o primeiro indicado por Bolsonaro.

O sucesso foi comemorado efusivamente no gabinete do pastor-senador Luiz do Carmo (MDB-GO), onde a primeira dama Michele Bolsonaro, parlamentares e familiares do candidato acompanharam a votação pela TV. O resultado foi aclamado com os gritos de “glória a Deus” e “aleluia”. Michele não se conteve e, aos pulinhos, protagonizou a encenação do milagre de Pentecostes, como se tivesse o “dom línguas”, uma cena que *viralizou* na internet. Nos corredores do Senado, Mendonça fez seu primeiro pronunciamento, catapultando sua vitória para o espaço sideral, parafraseando o astronauta Neil Armstrong quando pousou na lua, em 1969: “é um passo para um homem, mas um salto para os evangélicos”. Ele supôs que seria o primeiro evangélico a fazer parte do STF, o que não é verdade. Com certeza, ele será o primeiro a ocupar esse lugar com a qualificação de ser “terrivelmente evangélico”. Como escreveu Rafael Mafei, o problema não está no adjetivo (evangélico), mas no advérbio (terrivelmente).

Menos midiático, mas de alta relevância, foi o projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados por Talíria Petrone (PSOL-RJ), em dezembro de 2021, que subiu o tom na defesa da laicidade do Estado nessa casa legislativa. A motivação do projeto foi o crescimento de casos de retirada da guarda dos filhos de mães pertencentes a comunidades religiosas afro-brasileiras. Denúncias do Ministério Público, decisões da Justiça e dos conselhos tutelares (que têm sido objeto de conquista por religiosos fundamentalistas) estariam baseadas em preconceitos de caráter racista e/ou de discriminação religiosa, penalizando os praticantes da Umbanda, do Candomblé e de outros cultos da mesma tradição. Denúncias de familiares, de vizinhos ou de qualquer pessoa ao Ministério Público ou a Conselho Tutelar consideraram a iniciação em rito afro-brasileiro como violência contra menor de idade. Daí o objeto da proposta de lei: “Nenhum genitor ou ascendente poderá ser excluído do convívio de criança e adolescente por motivo de crença religiosa, sendo resguardado o direito de transmissão familiar de

suas crenças e culturas, conforme determinado pelo Art. 22, parágrafo único da lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)”.

Para fundamentar sua proposta, a deputada postulou que “num *Estado laico* [grifo meu], todos podem professar crenças, mas elas não podem influenciar nas decisões de nenhum servidor ou agente público”, princípio que deveria ser seguido pelos juízes, procuradores e conselheiros tutelares. Nesse sentido, o projeto determina que todos os agentes públicos, independente do vínculo que possuam com a Administração Pública, devem agir em consonância com o princípio da laicidade do Estado. Como o termo poderia ser objeto de distorções, o projeto explicitou o disposto na Constituição:

“Art. 2º - Define-se laicidade como a proibição da interferência do Estado em toda e qualquer religião e/ou associação fundada em motivações religiosas, bem como destas nas ações do Estado e de seus agentes, sendo vedado aos agentes públicos:

I – interferir, subvencionar, promover ou embaraçar instituições religiosas;

II – utilizar de motivação religiosa para restringir direitos;

III – usar as instituições públicas, inclusive suas instalações imobiliárias, por instituições religiosas;

IV – determinar a aprovação de leis e códigos coletivos a partir de valores religiosos.

Parágrafo único: Um Estado laico é aquele que não apoia nem rejeita nenhuma religião e nem assume posição antirreligiosa”.

Se esse projeto for aprovado, o ordenamento jurídico brasileiro disporá de uma referência operacional para a laicidade do Estado, o que reduzirá muito o grau de arbitrariedade dos agentes públicos, especialmente no Sistema de Justiça, que tem de se valer de deduções e interpretações diversas e fortuitas. Resoluções do Conselho Nacional de Educação fazem parte do ordenamento jurídico brasileiro, mesmo não tendo a força de uma lei, de um decreto de presidente, governador ou prefeito, nem de uma portaria ministerial. Mesmo assim, vale ter em conta que a resolução nº 1/2012 do CNE, incluiu a laicidade do Estado entre os princípios da Educação em Direitos Humanos, com uma concepção similar à do mencionado projeto de lei.

JUDICIÁRIO NA DISPUTA

Como o vácuo político-administrativo deixado pela inapetência de Bolsonaro, aumentado por suas trapalhadas, o Sistema de Justiça (Poder Judiciário + Ministério Público) ocupou o espaço, potencializando a que veio a ser chamado pela crônica de judicialização da política. Ambas as instâncias emitiram decisões que interferiam nas atividades do Congresso Nacional e no Poder Executivo.

O STF desempenhou um papel relevante na legitimação das decisões de prefeitos e governadores a respeito da proibição de atividades que poderiam contribuir para o agravamento das condições sanitárias em suas respectivas áreas geográficas. Com efeito, diante da omissão do Governo Federal, cujo titular máximo debochava do crescente número de mortos, dizendo que isso era necessário até o estabelecimento da “imunidade de rebanho”, conforme a experiência com bovinos demonstrava. Contrariamente à prescrição pecuarista, governadores e prefeitos passaram a proibir aglomerações que

pudessem facilitar a transmissão do vírus, inclusive a realização de cultos religiosos. Parecia que a questão sobre a legalidade das medidas restritivas sobre atividades que poderiam facilitar a proliferação do vírus covid-19, como os cultos e as celebrações, estava resolvida desde que, em maio de 2020, o STF decidira (contrariamente a decreto de Bolsonaro) que governadores e prefeitos poderiam estabelecer restrições em seus territórios, inclusive as atividades religiosas.

Contudo, os confessionalistas não se conformaram. O ministro do Supremo Kássio Nunes Marques atendeu o pedido de ação movida pela Associação Nacional de Juristas Evangélicos e autorizou, em caráter liminar, em 3/4/2021, a realização de cultos e celebrações religiosas presenciais, desde que aplicados protocolos sanitários e limitações na lotação dos espaços dos templos. Na justificativa de sua decisão, o ministro afirmou que cultos religiosos não eram proibidos nem durante o estado de sítio. “Ao tratar o serviço religioso como não-essencial, estados e municípios podem, por via indireta, eliminar os cultos religiosos, suprimindo aspecto absolutamente essencial da religião, que é a realização de reuniões entre os fieis para a celebração de seus ritos e crenças”.

Em reforço à decisão liminar, que ainda precisava ser julgada pelo plenário do Supremo, a Procuradoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União pediram ao STF a suspensão dos decretos estaduais e municipais que limitavam os cultos religiosos. Nessa época, Augusto Aras e André Mendonça, titulares dessas instâncias, respectivamente, disputavam a preferência presidencial na indicação de vaga para o Supremo, para o que valia a adulação dos pastores evangélicos, os mais interessados na liberação dos cultos. A acusação geral era o interesse pela coleta dos dízimos dos fieis, prejudicada com o fechamento dos templos. O presidente do STF foi rápido e pautou logo a manifestação do plenário. Em 8 de abril, apenas dois ministros votaram a favor do voto de Kássio: além dele próprio, o ex-presidente do tribunal Dias Toffoli, que não manifestou oralmente sua argumentação. Todos os outros nove ministros foram pela manutenção da legalidade das decisões de governadores e prefeitos decidirem sobre restrições a atividades durante a pandemia, independentemente do que determinava o decreto de Bolsonaro.

Algumas argumentações valem ser destacadas. Escolhi três. Alexandre de Moraes disse: “Continuo defendendo a liberdade de culto e de associação religiosa. E o *Estado laico* [grifo meu]. Porque a liberdade religiosa vai para os dois lados. O Estado não pode se meter na minha fé, mas as religiões também não podem impor seus dogmas ao Estado”. Para Luís Roberto Barroso, a liberdade religiosa, como um todo, não pode ser tolhida, mas a liberdade de culto pode sofrer restrições temporárias. “Quando dois princípios, como direito à vida e liberdade religiosa, se contrapõem, em um caso concreto, é preciso ponderar e a medida é necessária, é adequada, e é proporcional, ou seja, se o que se ganha com ela é maior do que o que se perde”. E Carmen Lúcia lembrou que existem recomendações das autoridades sanitárias para que não se façam reuniões familiares. “E ninguém pode imaginar que isso seja porque se é contra a família – muito pelo contrário”. Com a celebração de cultos, valeria o mesmo raciocínio, e acrescentou “fé não se mede pela presença, não se confunde com banco de igreja”.

Contudo, a questão não terminou nesse julgamento. Três dias antes, o ministro Gilmar Mendes emitira decisão liminar contrária à de Kássio, a respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 811, proposta pelo PSD, de que a proibição da realização de cultos pelo governador de São Paulo violava a liberdade religiosa garantida pela Constituição. André Mendonça, então

procurador-geral da União, defendeu, diante dos ministros, a liberação dos cultos, com uma argumentação que mais parecia a pregação de um pastor – o que ele de fato era: “Não há Cristianismo sem vida comunitária, não há Cristianismo sem a casa de Deus, sem o dia do Senhor. É por isso que os verdadeiros cristãos não estão dispostos a matar por sua fé, mas estão sempre dispostos a morrer para garantir a liberdade de religião e de culto”. O plenário do STF já tinha definido posição a respeito, de modo que nove ministros contra dois apoiaram a decisão de Gilmar Mendes.

Em todos esses casos, a defesa da laicidade do Estado pelo STF, explicitamente ou não, esteve presente na argumentação da maioria dos ministros. A exceção ficou por conta de Kássio Nunes Marques, talvez por questão de fidelidade ao seu patrono, o presidente Bolsonaro, que o indicara para o Supremo. E Dias Toffoli, por razões desconhecidas. Algumas crônicas políticas sugerem sua aproximação com o presidente e seu grupo palaciano desde que assumiu a presidência do STF e nomeou um general para sua assessoria.

Em 2021, o STF julgou duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade movidas pelo Ministério Público Federal, via Procuradoria-Geral da União, ainda na gestão de Rodrigo Janot, a respeito de leis estaduais que obrigavam escolas e bibliotecas públicas a incluírem pelo menos um exemplar da Bíblia em seus acervos. Foram a nº ADI 5.256, sobre a lei (MS) nº 2.902/2004; e ADI nº 5.258, sobre a lei (AM) nº 74/2010. A Associação Nacional de Juristas Evangélicos atuou como *amicus curiae* na primeira e desistiu da segunda, depois da derrota. Nas duas, a Liga Humanista Secular do Brasil esteve presente na condição de amiga da corte. As duas leis foram declaradas inconstitucionais pelo plenário do STF, por unanimidade. Seguem trechos selecionados das argumentações.

A ANAJURE apresentou uma interessante argumentação, bem diferente do pastor-procurador-geral da União André Mendonça. Ao invés de empregar argumentos religiosos, o advogado representante da associação preferiu recorrer à História, e evocou a necessidade de se incluir o elemento religioso no ensino devido à importância que missões jesuítas e protestantes tiveram na formação do Brasil, todas elas fundamentadas na Bíblia. “Assim, a presença desse livro no ambiente público de instrução aponta para a gênese do país e não para as religiões que o seguem. Ainda, valoriza a contribuição dos valores judaico-cristãos no rol de preceitos que direcionam o Estado brasileiro a ser uma sociedade livre, *laica* [grifo meu], que deixa o indivíduo ao arbítrio de suas escolhas, mas lhe impõe o dever de solidariedade. É certo, também, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê em seu artigo 26, a promoção da cultura na educação, baseada na realidade histórica, política e social do Brasil, o que torna mais assertivas as legislações estaduais”.

Os votos dos ministros do STF demonstraram entendimento diferente da ANAJURE quanto ao que significa a laicidade do Estado. A ministra Rosa Weber relatou a ADI nº 5.256, argumentando pela inconstitucionalidade da lei do Estado do Mato Grosso do Sul. Eis um trecho do seu voto: “O Estado não pode manifestar, de maneira oficial, predileção por qualquer denominação religiosa, razão pela qual não deve aderir ou propagar discursos sobre religião, tampouco utilizar documentos religiosos para fundamentar seus atos. O princípio da *laicidade do Estado* [grifo meu] não impõe a supressão da expressão religiosa, mas veda o tratamento discriminatório ou o favorecimento de determinada facção”. A ministra Carmen Lúcia emitiu o primeiro voto, como relatora da ADI nº 5;258, relativa à lei do Estado do Amazonas. Num trecho do seu voto, ela afirmou: “É inconstitucional por ofender aos

princípios da isonomia da liberdade religiosa e da *laicidade do Estado* [grifo meu], normas que obrigam a manutenção de exemplar de determinado livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais”. Ambos os votos foram acompanhados por todos os demais ministros do tribunal.

Em suma, para os juristas evangélicos, o princípio da laicidade do Estado implicaria a presença da Bíblia nas bibliotecas públicas, inclusive nas escolas. Para o STF, o mesmo princípio exigiria a imparcialidade ou a neutralidade (termos de Rosa Weber) diante das religiões, o que levaria não à *exclusão* da Bíblia dos acervos, mas à *não obrigatoriedade* da presença desse livro nos acervos.

Se a Bíblia não teve lugar obrigatório nas bibliotecas públicas e escolares, ganhou um lugar de destaque na capital federal, que projetou um museu em sua homenagem. Nos primeiros dias do ano, o governador do Distrito Federal anunciou a construção do Museu Nacional da Bíblia no Eixo Monumental de Brasília, para o que contava com recursos financeiros do orçamento e de emendas parlamentares. A Associação Nacional de Ateus e Agnósticos ingressou com ação na justiça do DF contra o projeto, argumentando que ele constituía afronta à liberdade religiosa e à laicidade do Estado, pelo uso de espaço e dinheiro públicos. A 7ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal atendeu ao pedido e mandou suspender o projeto. O governo recorreu ao Superior Tribunal de Justiça e obteve do ministro Humberto Martins a anulação da suspensão, com o argumento de que não se tratava da construção de um templo religioso, mas de promoção cultural de uma obra que fundamentava várias religiões – no seu entendimento, não haveria afronta à laicidade do Estado.

AVANÇO LAICO NO RIO DE JANEIRO

Foi no Estado do Rio de Janeiro onde ocorrem os mais fortes embates entre os defensores do Estado laico e os que pretendem a simbiose entre o Poder Público e instituições religiosas. Sem recuar muito, essa simbiose foi ostensiva no mandato (2017-2020) de prefeito do bispo Marcelo Crivella, da Igreja Universal do Reino de Deus. Sua fragorosa derrota na tentativa de reeleição se deveu a uma dupla rejeição – o confessionalismo e o bolsonarismo – dos quais era fiel intérprete. A despeito das indicações de carência de postura laica na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, apresentadas anteriormente, chamo a atenção para duas leis promulgadas em 2021, ambas com especial interesse para a laicidade do Estado e a educação – as quais já operam como referências positivas para iniciativas análogas em outros estados.

O ano de 2021 começou com a aprovação da lei (RJ) nº 9.177, pela ALERJ e sancionada pelo governador em 12/1/2021. A partir de projeto de lei do deputado estadual Márcio Pacheco, do PSC, a Bíblia Sagrada foi declarada integrante do patrimônio cultural e imaterial fluminense, por ser mais do que um livro próprio de uma tradição religiosas. Era de interesse geral, pois “quem ouve a mensagem da Bíblia tem uma escolha: rejeitá-la e viver como se não é verdade, ou aceitá-la e viver de acordo com seu ensino. A mensagem da Bíblia é para todo o mundo e milhões de pessoas foram transformadas por ela”. Não causou estranheza aos deputados o fato de que essa obra foi gerada (redigida? revelada?) bem longe do Estado do Rio de Janeiro e numa cultura bem distinta, nada a ver com o jongo, com o

samba-enredo e o samba de terreiro, outros inequívocos integrantes do seu patrimônio imaterial. Fica a dúvida se a inclusão da Bíblia foi para *compensar* a mais antiga presença no patrimônio imaterial fluminense, a Festa do Divino Espírito Santo, não da distante Palestina, mas da próxima Paraty...

Por iniciativa do deputado Waldeck Carneiro (PT), a ALERJ aprovou a lei (RJ) nº 9.210/2021, sobre a política de combate à intolerância religiosa no ambiente escolar, regulamentando capítulo do Estatuto Estadual da Liberdade Religiosa, lei (RJ) nº 8.113/2018. Vale a pena uma pequena menção a esse estatuto, proposto por deputado Átila Nunes (MDB), radialista que em seus 12 mandatos de deputado estadual sempre defendeu os direitos de umbandistas contra as discriminações de que são vítimas. A lei de sua propositura tem uma clara e explícita perspectiva laica, ao que corresponde, para o indivíduo, “a liberdade de não seguir qualquer religião ou mesmo de não ter opinião sobre o tema, bem como manifestar-se livremente sobre qualquer religião ou doutrina religiosa dentro dos limites legais da liberdade de pensamento”. A proposta de Waldeck Carneiro regulamentava o brevíssimo e vago capítulo “Do direito à cultura e à educação” do estatuto, dispondo sobre o combate à intolerância religiosa no ambiente escolar. Sintonizado com a motivação do estatuto, a justificativa apontou a discriminação de alunos de escolas públicas, principalmente, dos adeptos de cultos afro-brasileiros, denunciada por ativistas sociais e pesquisadores de questões educacionais e religiosas. E destacou a importância da escola para a superação do clima discriminatório:

“O engajamento das comunidades escolares é fundamental para o combate à intolerância religiosa, uma vez que é nesse ambiente que muitas vezes se tem o primeiro contato com a ideia de sociedade, sendo ainda o lugar em que se aprende a dividir o espaço com outras pessoas, de outras famílias, o que proporciona contato com outros costumes, valores e culturas. Nesse sentido, tendo em vista a função social da escola, bem como sua importância na formação do cidadão, ela é peça fundamental no combate à intolerância religiosa. Ressalte-se aqui que, em especial quando situadas em áreas conflituosas, onde agentes públicos, inclusive da área de segurança, têm dificuldade de acesso e onde são registrados, mais frequentemente, os casos mais violentos de intolerância religiosa, envolvendo a ação do tráfico de drogas ou das milícias, as escolas cumprem um papel ainda maior na conscientização sobre os direitos humanos e, em particular, no enfrentamento à intolerância religiosa”.

A lei prevê que, ao longo da Educação Básica, as escolas públicas e privadas deverão desenvolver ações extracurriculares ou complementares, de modo transversal, sobre temas como a liberdade de crença e de culto; o combate ao racismo; a participação das tradições culturais africanas, indígenas e judaico-cristãs na formação da sociedade brasileira; e “os nexos entre a liberdade religiosa e a *laicidade do Estado* [grifo meu], aqui incluídos os Poderes da República, seus órgãos e instituições e seus agentes públicos”.

Com a intenção de facilitar denúncias de práticas contrárias à política de tolerância religiosa, as direções escolares deverão manter em local visível para alunos, professores e funcionários, um cartaz com os números de telefones de órgãos públicos especializados. Além disso, o cartaz deverá transcrever as passagens do Código Penal Brasileiro que descrevem os crimes de intolerância religiosa, junto com orientações sobre como proceder nas denúncias que couberem.

Dois deputados de direita, Rodrigo Amorim (PSL), colega de chapa de Flávio Bolsonaro, e Felipe Soares (DEM), filho do missionário R. R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus, tentaram reorientar a lei para reforçar uma quimera de evangélicos pentecostais, assumida pelo presidente Bolsonaro. Em seu discurso de abertura na Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2020, ele apelou para os líderes mundiais lutarem contra a cristofobia, sem explicitar onde isso ocorria – certamente não no Brasil, nem mesmo no continente americano ou europeu. Os afinados deputados fluminenses tentaram inserir emendas no projeto de lei de Waldeck Carneiro, com o objetivo de combater uma presumida cristofobia, algo ainda não assinalado nas pesquisas sobre o campo religioso no Rio de Janeiro. *Evangelicofobia*, isto sim, existe, mas se era esse o alvo, estava dissimulado no termo mais amplo e despropositado. As emendas foram rejeitadas.

Dois meses depois desta, o governador fluminense sancionou outra lei, com propósitos correlatos, mas que sofreu acidentes de percurso. O projeto de lei dos deputados Carlos Minc (PSB) e André Ceciliano (PT), apresentado em 2018, se contrapôs diretamente ao projeto de Flávio Bolsonaro (PSL) que, em 2014, deu entrada na primeira de uma série de propostas sobre a chamada Escola sem Partido. Seu irmão Carlos (Republicanos) apresentou proposta semelhante na Câmara de Vereadores da capital fluminense. Nenhuma delas foi aprovada.

A justificativa do projeto Minc-Ceciliano se baseou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como no Plano Nacional de Educação 2014-2024, e teve como essência o seguinte trecho:

“O direito das famílias de educar seus filhos segundo seus valores, razões, crenças e costumes deve conviver de maneira harmoniosa com a liberdade de ensino e o direito à educação nas sociedades democráticas. Contudo, as escolas, os professores e o processo educativo têm sido colocados sob desconfiança, como se a educação pudesse ameaçar os direitos das famílias sobre a formação dos filhos. Para isto a legislação prevê a participação dos pais, estudantes, funcionários na gestão das escolas e é importante lembrar que os processos formativos se dividem em educação formal e educação informal e que a lógica de participação é distinta em cada um deles. Outro aspecto importante, nos tempos atuais, em que escolas e professores têm sido acusados de partidarização e interferência em assuntos que deveriam ser restritos às famílias, é que não se pode confundir a defesa da liberdade e do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, princípios constitucionais que regem o ensino no Brasil, com a visão de que, em nome da liberdade, tudo é permitido. Este truque discursivo, aliás, tem sido bastante utilizado pelos movimentos autoritários que pregam a censura nas escolas”.

O primeiro artigo da lei revela sua orientação geral, assegurando a professores, estudantes e funcionários das escolas situadas no Estado do Rio de Janeiro a liberdade para expressarem pensamentos e opiniões no ambiente escolar e, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, o respeito para quem deles divergir, bem como a pluralidade de ideias. Complementarmente, veda tudo o que poderia impedir que essa liberdade se realize. Ademais, torna qualquer gravação de voz e/ou imagem nas escolas dependente da aprovação de quem estiver em foco ou de seu responsável. Os grêmios estudantis, por sua vez, tiveram assegurada a liberdade de promover debates no interior das escolas públicas estaduais, desde que amplamente divulgados e abertos a toda a comunidade escolar e garantida a legalidade das manifestações e a pluralidade de ideias e concepções. Portanto, não se poderia mais proibir debates de caráter político, como a direita tantas vezes fez.

O projeto de lei recebeu emendas do deputado Cláudio Batista, líder do PSL, que tentou reorientá-lo na direção do frustrado movimento Escola sem Partido. Os professores ficariam proibidos de manifestar opiniões ou preferências ideológicas, religiosas e morais, de usarem “técnicas de manipulação psicológica” para obter adesão dos alunos a determinada causa; e de incluírem nas aulas conteúdos que pudessem conflitar com as convicções religiosas ou morais dos alunos ou de seus pais. As emendas não foram aprovadas, e a lei foi enviada ao governador Claudio Castro, que a sancionou. Mas, pressionado pelo presidente da República, acionado pelos correligionários fluminenses, mudou de ideia e publicou o veto de todo o texto, com o argumento de que as medidas a serem adotadas no ambiente escolar devem ser iniciativa do chefe do Poder Executivo, que detém o controle dos recursos e da máquina administrativa. O frouxo argumento nem chegou a ser posto em questão, pois o governador não tinha respaldo jurídico para vetar uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa que ele próprio havia sancionado na véspera. Diante da certa derrubada de seu veto na justiça, o governador desistiu dele, e a lei seguiu sancionada. Assim, no Estado do Rio de Janeiro, a lei da *escola sem mordaza* se contrapôs à pretendida *escola sem partido* e ganhou dela, pelo menos no plano jurídico-político, o que não é pouca coisa, dado o apoio direto da família Bolsonaro e dos grupos religiosos fundamentalistas em seu favor. A deputada Alana Passos (PSL) deu entrada a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade da lei, na qual denunciou a tentativa de doutrinação esquerdista e contra os valores das famílias. A ADI tem pouca chance de aprovação, pois não encontra fundamento na Constituição Federal nem na estadual fluminense.¹⁵

No município do Rio de Janeiro, os embates também penderam a favor do Estado laico, depois da derrota fragorosa do bispo Crivella e a eleição do liberal Eduardo Paes (Democratas, depois PSD) para prefeito no 2º turno com amplo apoio, do centro à esquerda. Duas medidas da prefeitura revelam essa reorientação.

Em maio de 2021, o Sindicato Estadual de Profissionais da Educação denunciou a existência de “doutrinação por discurso partidário” no interior da Escola Cívico-Militar Carioca General Abreu, inaugurada por Crivella em agosto de 2020 com a presença de Bolsonaro. Os alunos eram instados a repetir, com o professor, lemas como “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, tão ao gosto do presidente e seus seguidores. Não bastasse esse lema que mistura elementos do nazismo com a religião cristã, outro apelava para o sentimento de autodiscriminação positiva “Nós somos nós, o resto é o resto”. A denúncia foi enviada ao Ministério Público e à Câmara de Vereadores, mas, antes da decisão, o prefeito exonerou o diretor da escola.

A Bienal do Livro, realizada em dezembro de 2021, trazia a sombra da censura de livros pelo então bispo-prefeito na edição de 2019, quando enviou agentes da Guarda Municipal para retirarem cartazes e obras que fizessem referências a relações homossexuais. Três dias antes, o governador paulista João Dória mandara recolher das escolas estaduais material didático de Ciências por causa do texto “Sexo biológico, identidade e orientação sexual” que, segundo ele, fazia apologia da *ideologia de gênero*. O

¹⁵ Em 2019, a deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ), junto com outras de seu partido (Luiza Erundina, Fernanda Melchionna, Samila Bomfim e Aurea Carolina) apresentou à Câmara Federal projeto de lei com o mesmo propósito, visando todo o território nacional. Na justificativa, o projeto destacou a importância da laicidade no combate à discriminação no âmbito escolar e fora dele. O projeto segue em tramitação.

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, acionado pelo Ministério Público estadual, publicou liminar impedindo a prefeitura de apreender livros na bienal, o que foi referendado pelo STF. O presidente do corte Dias Tóffoli afirmou em seu despacho que “o regime democrático pressupõe um ambiente de livre trânsito de ideias”. Rebateu, também, o argumento de Crivella de que o recolhimento dos livros visava cumprir a lei e defender a família. Disse o ministro que a Constituição não empresta ao substantivo família nenhum significado ortodoxo, como pretendido pelo religioso.

Na edição seguinte da Bienal do Livro realizada no Rio de Janeiro, em dezembro de 2021, o secretário municipal da Educação Renan Ferreirinha declarou que não haveria censura de obra alguma. “Que a gente consiga pensar o Rio como vanguarda. O tempo de trevas ficou para trás. Fiquem tranquilos que essa bienal será 100% *descrivellizada*. A gente vai ter a bienal representando cultura, diversidade e educação. Isso é a cara do Rio”.

CONTRA-APELAÇÃO RELIGIOSA

Diante dos reiterados apelos religiosos do presidente Bolsonaro e demais integrantes de seu governo, surgiram contra-apelos, tanto da parte de religiosos quanto de personalidades e entidades não necessariamente religiosas. Se comparados com os de 2020, os contra-apelos religiosos foram menos intensos em 2021.

Em 26/1/2021, dirigentes de várias igrejas e movimentos cristãos protocolaram na Câmara dos Deputados pedido de impeachment de Jair Bolsonaro da Presidência da República por ações e omissões diante da pandemia e por proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro exigido pelo cargo que ocupava. A argumentação foi toda feita em termos jurídicos, recorrendo à Constituição em vigor, mas a motivação original do pedido foi religiosa, como declarou um dos signatários: “Como cristãos e cristãs entendemos ser nosso dever participar da luta pela promoção e defesa dos direitos humanos e contra qualquer tipo de opressão ou ação que tenha como resultado o adoecimento e a morte da população. Por esse motivo é que nos colocamos na luta pelo afastamento do senhor presidente da República Jair Messias Bolsonaro”. Ou seja, o mesmo Cristianismo evocado pelo presidente nas citações de trechos da Bíblia e principalmente pelos padres e pastores de sua base política, serviu de referência para o que chamei de contra-apelo religioso.

O pedido de impeachment foi assinado por 380 pessoas, entre as quais dirigentes de igrejas cristãs, como a Católica, a Anglicana, a Luterana, a Presbiteriana, a Batista, a Metodista e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. Vale mencionar a presença, entre os signatários, do bispo de Brejo (MA) José Valdeci Santos Mendes, presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora, da CNBB. E da pastora luterana Romi Bencke que, alguns meses depois, assumiu a secretaria-geral do CONIC.

No dia 6 de setembro, véspera do pretendido golpe de Estado de Bolsonaro, com apoio religioso, foi divulgado o manifesto do Coletivo de Espíritas à Esquerda, que repudiou a participação de irmãos de fé na base de apoio do presidente. Ao longo da história do Brasil, os espíritas protagonizaram posições de inequívoca defesa da laicidade do Estado, que, naquela conjuntura estavam se perdendo. Eis um

trecho do início do manifesto: “Os últimos anos trouxeram grandes desafios ao movimento espírita brasileiro, impondo aos espíritas, incomodados e preocupados com a onda reacionária que tomou conta de diversos setores da sociedade brasileira a se posicionarem de maneira mais ostensiva contra o fascismo que corrói as bases da frágil democracia brasileira. Desta forma, foi com tristeza, porém sem surpresa, que identificamos nas redes sociais diversas convocações por parte de autointitulados médiuns e supostos grupos espíritas convocando os confrades para comparecerem aos atos antidemocráticos previstos para o próximo dia 7 de setembro”. Além dessa manifestação, os Espíritas à Esquerda se propuseram a atuar na educação popular, seguindo os ensinamentos de Paulo Freire e a experiência das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, que feneceram por obra e graça do pontificado de João Paulo II e Bento XVI.

As celebrações de 12 de outubro, feriado nacional de Nossa Senhora Aparecida, evidenciaram a profunda fratura política da Igreja Católica. Na missa matutina, o reitor do santuário, o arcebispo Orlando Brandes criticou o clima de ódio e de intolerância incentivado pelo Governo Federal, inclusive pela facilitação da compra de armas e munições. Na homilia, o celebrante disse que “pátria amada não pode ser pátria armada”, referência direta ao lema do governo Bolsonaro, “Pátria amada Brasil”, tirada do Hino Nacional. E especificou: “Para ser pátria amada, seja uma pátria sem ódio. Para ser pátria amada, uma república sem mentira e sem *fakenews*. Pátria amada sem corrupção. E pátria amada com fraternidade. Todos irmãos construindo a grande família brasileira”. Nada mais contrário à doutrina e à prática bolsonarista.

No entanto, o mesmo Bolsonaro foi convidado a fazer a leitura e consagração à padroeira na missa vespertina. O sermão do padre José Ulisses, da Academia Marial de Aparecida, foi suave, limitando-se a mencionar a existência de fome e desemprego, mas Nossa Senhora estaria pronta a repartir o bolo de seu aniversário. Três dias depois, o movimento dos Padres da Caminhada e dos Padres contra o Fascismo lançou uma carta aberta sobre a visita do presidente ao santuário, encabeçada pela epígrafe evangélica: “O que é de César a César, e o que é de Deus a Deus”. A carta estava cheia de indignação dirigida principalmente para dentro da Igreja Católica: “Bolsonaro usa e abusa da fé como palanque político, ele profana o sagrado no templo e fora dele”. E finalizou: “Indignamo-nos com o apoio que autoridades eclesiais católicas ainda expressam a esse homem maldoso que não possui o menor respeito pela fé e por aquelas e aqueles que a professam. Indignamo-nos com o seu profano gesto de dar a César o que é de Deus.”

Contrastando na inspiração com as manifestações anteriores, mas convergindo no propósito, resalto o contra-apelo religioso oriundo de fora do campo religioso, o movimento “Por um STF laico e independente”, formado por entidades que constituíram um contrapeso à ANAJURE. As entidades foram as seguintes: Associação Juízes para a Democracia; Associação Brasileira de Juristas pela Democracia; Associação Advogadas e Advogados Públicos para a Democracia; Associação de Advogadas e Advogados pela Democracia, Justiça e Cidadania; Coletivo por um Ministério Público Transformador; Coletivo Defensoras e Defensores Públicos pela Democracia; Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho; e Movimento Policiais Antifascismo.

Em 19 de julho de 2021, essas entidades enviaram aos membros do Senado Federal uma carta pedindo a rejeição do nome de André Mendonça para ocupar vaga no STF. Depois de passar em revista os critérios previstos na Constituição para um candidato ser escolhido para o Supremo, o documento concluiu que o fato decisivo para a indicação de Mendonça “não decorreu de sua atuação como advogado, membro da AGU ou jurista de escol, mas do fato de professar a fé como pastor de uma igreja presbiteriana”. O que se pretendia, com a entrada de Mendonça no STF era a criação de uma vertente evangélica na corte para orientar as decisões sobre os mais diversos temas, especialmente a pauta dos costumes, podendo suscitar um retrocesso preocupante nos direitos civis e nos valores laicos inscritos na Constituição. A laicidade do Estado foi conquistada depois de dura e longa luta, que não deveria ser conspurcada com a aprovação do nome de André Mendonça para integrar o STF.

Essa carta serviu de inspiração para outra, oriunda de dentro do campo religioso. Na véspera da sabatina, finalmente marcada para 1º de dezembro, foi divulgada a “Carta aberta de evangélicas e evangélicos ao Senado Federal”, firmada por 30 entidades, entre as quais o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, a Bancada Evangélica Popular, os Evangélicos pela Justiça, os Cristãos contra o Fascismo, a Aliança Batista do Brasil, a Igreja Betesda de São Paulo, o Movimento Negro Evangélico e o Movimento Social de Mulheres Evangélicas Brasileiras. A carta apelou para a rejeição do nome de Mendonça por não ter as qualificações previstas na Constituição e por representar os interessados na justificação evangélica para as pautas conservadoras da moralidade, das liberdades individuais, da educação e da segurança pública, entre outras. A carta citou, como exemplo, a sustentação oral no Supremo, pela AGU, no julgamento da constitucionalidade de decretos que proibiam celebrações religiosas durante a pandemia. A argumentação de Mendonça em favor da plena abertura dos templos se baseou em citações da Bíblia, incompatível com o Direito no Estado laico. “Como parte das organizações que subscrevem esta nota são também do mesmo campo religioso do sabatinado, fica claro que não se trata de intolerância ou resistência religiosa à fé ou filiação espiritual de quem quer que seja, mas da defesa de um valor basilar e central do protestantismo e no constitucionalismo ocidental: a laicidade do Estado [grifo meu], uma conquista dura e longa na tradição democrática ocidental e brasileira”.

EVOCÇÕES DE PRÉ-CANDIDATOS

Com as eleições presidenciais marcadas para o ano próximo, em 2021 os pré-candidatos a presidente já se movimentavam. Lula estava livre para disputar o posto, o que deu uma configuração decisiva à disputa – inclusive pela insistência de Bolsonaro no golpe de Estado, fosse pela intervenção militar direta, fosse pela deslegitimação do processo eleitoral. Nessa conjuntura, as evocações religiosas assumiram valor eleitoral importante.

Em junho de 2021, Lula e Ciro divulgaram declarações de fé cristã. Numa longa postagem nas redes sociais.

Lula disse que Deus esteve em vários momentos de sua vida, que somente poderia ser explicada por Sua intervenção. Aproveitou para criticar Bolsonaro: “Não acredito em um cristão que utiliza o nome de Deus em vão”. Além da declaração de fé, Lula se encontrou com o bispo Manoel Ferreira, dirigente

da Assembleia de Deus (Ministério Madureira) e com outros pastores. Em novembro, ele fez uma *live* com lideranças evangélicas, na qual afirmou: “Quando fui presidente, não queria governar para um pastor, eu queria governar para o povo. Tive uma extraordinária relação com todas as igrejas e governei para todo mundo”. Em dezembro, Lula disse, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, sua *alma mater*, que “temos a obrigação de convencer a sociedade brasileira de que Jair Bolsonaro não crê em Deus, não acredita e não pratica nenhum ensinamento que está na Bíblia. Ele, na verdade, é tudo o contrário”.

Em agosto, Lula recebeu a bênção de uma mãe de santo em Fortaleza. Após entoar um cântico, a umbandista entregou a Lula uma imagem de Zé Pelintra das Almas (entidade cultuada pelos umbandistas) e proclamou: “Ninguém vence a força de Xangô. Você, como um homem de Xangô, enfrentou o que muita gente não enfrentaria: a injustiça batida na porta, a dor sofrida e as noites na prisão”. Indignado, o militante bolsonarista Allan dos Santos (aliás ex-seminarista católico) disse estar provado que Lula era “apoiado por demônios”, e cobrou da CNBB manifestação a respeito. Sobre a proximidade de Lula com bispos e cardeais católicos é desnecessário dizer, até porque foi em seu governo que se assinou a *concordata* entre o Brasil e o Vaticano. Rosângela Silva (Janja), companheira de Lula, com casamento anunciado para antes da eleição presidencial, tuitou mensagem na virada do ano evocando um orixá, tabu para os evangélicos pentecostais: “Que Oxalá abençoe o ano que chega e leve todos os males para longe de nós. Que 2022 chegue carregado de esperança e espalhe muito amor. Feliz Ano Novo Brasil!!”. A evocação de entidade afro-brasileira não passou impune.

Ciro Gomes, por sua vez, postou um vídeo no qual declarou que o Brasil se formou “no berço do Cristianismo”. E mais: “O Brasil é uma *república laica* [grifo meu], mas a Bíblia e a Constituição não são livros conflitantes”. A aliança com Marina Silva, anunciada como possível candidata a vice em sua chapa, facilitaria alianças com evangélicos, o que não se confirmou.

Na mesma linha confessionalista, o renegado do bolsonarismo, a despeito de todos os serviços prestados, Sérgio Moro (pré-candidato a presidente da República) e sua esposa Rosângela, também ela atuante no esquema lavajatista, divulgaram vídeo com mensagem natalina no mesmo formato do casal presidencial. Como Bolsonaro, Moro disse que o ano de 2021 foi difícil para todo mundo – uma fórmula genérica que esconde a crise econômica de efeito profundamente desigual, que sua atuação contribuiu para aprofundar. Rosângela leu um versículo (sem fonte informada), que disse ser sua alegria retirada das fraquezas, dos insultos, dos sofrimentos, das perseguições e das dificuldades por que passa (não as que foram infringidas) – por causa de Cristo. E Moro arrematou com sua definição do Natal como o momento de reunir a família, os amigos e de reforçar os valores cristãos. Mais um apelo religioso com finalidade eleitoral não dissimulada.



Nardo
Vitta

2022 –DIRIJO A NAÇÃO PARA O LADO QUE DESEJAREM

Pastores trambiqueiros no MEC
Bíblia e pistola
Rússia, Hungria e ONU
Gov, Lex, Jus
Conflito acirrado no campo religioso
Religião na campanha de Bolsonaro
Religião na campanha de Lula
Michele e Janja, Jesus e Orixás

Uma das disputas eleitorais mais intensas e decisivas em toda nossa história política seria travada em 2022. Além da eleição do presidente da República e dos governadores dos estados e do Distrito Federal, um terço do Senado seria renovado, assim como a totalidade da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas estaduais. Mas eram as candidaturas à Presidência que polarizavam as forças políticas. Uma terceira via, contra a *polarização* foi tentada, mas sua inviabilidade foi comprovada pela votação somada desses dois candidatos no 1º turno: 91% dos votos válidos.

De um lado, estava Jair Messias Bolsonaro a tentar a reeleição, tendo a seu favor o emprego da máquina pública numa intensidade e numa amplitude jamais vistas e, contra si, a má gestão econômica, o tardio e desastrado enfrentamento da pandemia do covid-19 e o reiterado preconceito contra as mulheres. Além das *bondades eleitorais* (aumento e antecipação do Auxílio-Brasil para famílias de baixa renda, auxílio financeiros a taxistas e caminhoneiros, redução dos impostos sobre combustíveis e outras), Bolsonaro se beneficiou do *orçamento secreto*, um artifício para destinar verbas públicas para emendas de parlamentares mediante acordo com o governo, sem a identificação dos destinatários. Esse mecanismo contribuiu para a alta taxa de reeleição de deputados federais. Mesmo dispondo desses recursos, Bolsonaro desenvolveu uma política de alternativa diante de possível derrota: uma intensa campanha de descrédito do processo eleitoral, particularmente da urna eletrônica, que acusava ser passível de falsificação. Reivindicava o retorno ao voto impresso em papel, seguido de contagem manual, a seu ver confiável e auditável. Tendo como vice o ex-ministro da Defesa general Braga Neto, a chapa se chamou Pelo bem do Brasil.

De outro lado, estava Luiz Inácio Lula da Silva, que exercera a Presidência em dois mandatos consecutivos e fora impedido de disputar o terceiro contra Bolsonaro em 2018, por força de manobras políticas e judiciárias que o levaram à prisão e à inelegibilidade. Em 2022, ele estava inocentado de todas as acusações, por falta de provas ou por erros processuais, e com os direitos políticos restabelecidos. Ao contrário de seu adversário, confinado no Partido Liberal, Lula armou uma frente ampla com 11 partidos no 1º turno (mais quatro no 2º), capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores. Tendo como vice o antigo adversário e três vezes governador de São Paulo, Geraldo Alckmin a chapa se chamou Juntos pelo Brasil. O principal trunfo de Lula foi o combate à fragilidade do atual presidente, particularmente no tocante à economia e à pandemia, assim como a insistência no Brasil da Esperança, o mote para a participação na campanha de líderes populares, artistas e intelectuais. Lula apresentou aos eleitores dados positivos de seus mandatos, como salário-mínimo, emprego, habitação, educação e saúde. Contrariamente a seu adversário, demonstrou confiança no processo eleitoral, na Justiça especializada e no sistema de votação.

O protagonismo da Poder Judiciário foi inédito na eleição presidencial de 2022. Até então, todos os tribunais somente agiam provocados pelos prejudicados ou pelo Ministério Público. Mas, ao entender não ser possível seguir esse rito devido à velocidade de circulação de *fakenews* na internet, o Tribunal Superior Eleitoral resolveu tomar a iniciativa de impedir a disseminação de “conteúdo difamatório, injurioso, discurso de ódio ou notícia fraudulenta”. As providências foram desde a remoção de matérias das redes sociais até a aplicação de multas aos infratores. Todo esse protagonismo foi combatido por Bolsonaro e seus apoiadores, os principais disseminadores de tais conteúdos, como se fosse um procedimento autoritário do TSE, particularmente de seu presidente, ministro Alexandre de Moraes. Contestado pela Procuradoria Geral da República, o STF confirmou o protagonismo do TSE, que teria, como disse um ministro, “legítimo poder de polícia incidente sobre a propaganda eleitoral”. Para Bolsonaro e correligionários, contra essa “ditadura” cumpria evocar a defesa da “liberdade”, um dos motes de sua campanha – se não fosse possível restabelecer a legalidade “no limite das quatro linhas da Constituição”, que previa a independência dos três poderes, restaria a intervenção das Forças Armadas como uma espécie de poder moderador, à imagem do desfrutado pelo imperador Pedro II.

Bolsonaro tinha no apoio das Igrejas Evangélicas Pentecostais um trunfo importante, que lhe valera na eleição de 2018. Contava com elas novamente, confiante na retribuição das vantagens que lhes outorgara no quadriênio: vantagens materiais (privilégios fiscais) e vantagens simbólicas (presença nos eventos religiosos e uso da linguagem bíblica). Quanto a Lula, a contabilidade do apoio religioso era bastante desfavorável. No segmento católico, era previsível a receptividade para sua candidatura no âmbito do clero, pelo que se podia deduzir das manifestações indicadas nos capítulos anteriores. Já no meio evangélico, a previsão era negativa, pois o apoio que desfrutara das maiores Igrejas em 2003-2011 já tinha se bandeado para Bolsonaro e sua cruzada contra o “comunismo”. As pequenas igrejas, por sua vez, tendiam a se alinhar com as grandes, atraídas pela campanha antipetista e de demonização de Lula. Se isso mudou ao longo do ano, veremos ao longo deste capítulo.

PASTORES TRAMBIQUEIROS NO MEC ¹⁶

No começo do ano, um escândalo estourou na área de Educação, já tão castigada no triênio anterior. Em 18/2/2022, o Ministério da Educação apareceu mais uma vez nas matérias da imprensa que noticiaram demissão coletiva de servidores do MEC. No ano anterior, funcionários de carreira do INEP e da CAPES também se demitiram em protesto contra interferências indevidas em suas atividades técnicas. Desta feita, foram os servidores da Consultoria Jurídica a deixarem os cargos em comissão, protestando contra a declaração do pastor-ministro Milton Ribeiro de que esse órgão não permitia que “grupos econômicos sérios” (isto é, instituições privadas de ensino superior) tivessem acesso ao ministério. Em nota coletiva, os demissionários declararam manter “compromisso de defesa do Estado Democrático de Direito, em especial dos princípios basilares da legalidade e da supremacia do interesse público sobre o privado”.

No último ano do governo Bolsonaro, poderia ser apenas mais do mesmo. Pois o escândalo mais grave surgiu exatamente um mês depois, em 18/3/2022. Quem achava já ter visto de tudo nos desmandos

¹⁶ O título deste item foi inspirado no samba “Pastor trambiqueiro”, de Bezerra da Silva, que faz parte de seu disco *Partideiro da pesada*, de 1991. Para conferir a interpretação do próprio autor, vá ao endereço <https://www.youtube.com/watch?v=xQupMJyLBts>

dos ministros da Educação, foi forçado a reconhecer mais uma e inédita modalidade: trambiques intermediados por pastores evangélicos.

Na gestão do pastor Milton Ribeiro, o Ministério da Educação passou a contar com uma espécie de gabinete paralelo, montado por dois pastores-corretores ligados a ele, análogo ao que se montou no Ministério da Saúde, revelado pela CPI do Senado Federal sobre a pandemia do covid-19. Sem vínculos formais com o MEC, os pastores participavam das decisões da pasta, inclusive sobre o uso dos recursos públicos. Com grande desenvoltura, os pastores viajavam em aviões da FAB e facilitavam o acesso de prefeitos ao ministro, como auxílio na prestação de contas atrasadas, projetos de construção ou reforma de escolas, compra de ônibus escolares, etc., tudo isso configurando crime de usurpação de função pública.

Um dos pastores era Gilmar Silva dos Santos, dirigente da Assembleia de Deus Cristo para Todos, com sede em Goiânia, e presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil. O outro era Arilton Moura, assessor de assuntos políticos e secretário da mesma entidade. Os dois tinham experiência político-parlamentar propiciada pelo delegado de polícia, duplê de pastor e deputado, João Campos (PSDB-GO), o mesmo que em 2011 apresentou projeto de emenda constitucional que incluía “associações religiosas de âmbito nacional” entre as que detêm o poder de propor ações de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos dos Poderes Legislativo e Executivo federal e estaduais.

A dupla religioso-política praticava suas atividades por duas vias. Levava prefeitos a Brasília, onde tinham encontros com o ministro, nos quais tratavam da liberação de recursos para a construção de escolas, principalmente onde as prefeituras estavam ocupadas por pastores ou obreiros de Igrejas Evangélicas e/ou por políticos do Partido Liberal, do Republicanos ou do Progressistas, justamente o núcleo do *centrão* que controlava o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação no governo Bolsonaro. Complementarmente, os pastores-corretores acompanhavam o ministro em viagens a cidades do interior, preparando recepções que misturavam religião e política. Um terceiro pastor fazia parte do esquema, com vínculos ainda mais fortes do que a dupla mencionada: era Odimar Barreto dos Santos, major da reserva da PM-SP, também pastor, justamente da Igreja Presbiteriana Jardim da Oração, de Santos (SP), a mesma do ministro, de quem Odimar era assessor especial. A dupla também conseguiu a nomeação de Luciano de Freitas Musse como gerente de projetos na Secretaria Executiva do MEC, cargo que lhe propiciava acesso privilegiado aos dados que interessavam ao esquema.

Revelações do *modus operandi*, pelos próprios prefeitos assediados, permitiram a reconstrução de uma trama que começou no Palácio do Planalto, com a recomendação dos dois pastores-corretores ao pastor-ministro, pelo próprio presidente Bolsonaro; e culminou na contrapartida informal dos prefeitos usando recursos próprios ou a receber para construir ou reformar templos, assim como ofertar contribuições financeiras para “obras missionárias”. Propinas pagas aos pastores-corretores eram entregues de várias maneiras, até dinheiro escondido dentro de pneus de veículos. Um caso inédito foi o pedido feito por um dos pastores-corretores de um quilo de ouro para liberar verba do MEC para a Prefeitura Municipal de Luís Domingues (MA).

Um mês depois das primeiras denúncias, o pastor Gilmar Silva dos Santos registrou na Junta Comercial de Goiás uma editora e uma instituição de ensino superior, ambas com sede na Assembleia de Deus Cristo para Todos, justamente onde ele exercia sua atividade religiosa. Uma gráfica de propriedade do

pastor imprimiu exemplares da Bíblia, custeados por prefeitura municipal, ostentando fotos dele e seu companheiro de corretagem, além do ministro Milton Ribeiro.

Reações ocorreram no Ministério Público Federal, no Tribunal de Contas da União, no Congresso Nacional e na Polícia Federal que, autorizada pelo STF e de posse de mandado judicial, abriu investigação de crimes por corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência. Na Câmara dos Deputados, anunciava-se a abertura de CPI para investigar as denúncias. Até mesmo a bancada evangélica do Congresso Nacional pediu esclarecimentos ao ministro da Educação, e alguns de seus membros defendiam seu afastamento do governo (rejeição da corrupção ou competição interna ao campo religioso?). Deputados e senadores evangélicos procuraram se defender de eventuais transferências de responsabilidades e pediram esclarecimentos públicos ao ministro. Como disse seu líder, o deputado Sóstenes Cavalcanti (PL-RJ), “A Frente Parlamentar Evangélica nunca nomeou nenhum ministro. Dos cinco ministros que atualmente são evangélicos no governo Bolsonaro, não houve em nenhum desses nomes a indicação da Frente Parlamentar Evangélica e sim honrosamente foram escolhidos pelo presidente Jair Bolsonaro”.

Duas notas emitidas pela comunidade acadêmica foram taxativas em rejeitar as práticas denunciadas em nome da laicidade do Estado. A Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência emitiram nota em 22/3/2022, dizendo que as instituições religiosas estavam separadas no Brasil desde 1889, e que “as decisões do Poder Público não podem se subordinar aos preceitos de qualquer religião”. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação liderou uma nota, divulgada no dia seguinte, assinada por 30 entidades das mais diversas especialidades, inclusive a da Pós-Graduação em Teologia e Ciências da Religião, que denunciou “os fatos veiculados nos principais jornais do país agregam a um MEC inerte, ineficiente e incompetente – por isso já negligente no atendimento às demandas atuais e urgentes da educação brasileira – uma sombra de ilegalidade, parcialidade e favorecimento que ferem gravemente os princípios legais da administração pública e o *princípio da laicidade* [grifo meu]”. O ministro fingiu que não era com ele. Em nota, declarou: “Independentemente de minha formação religiosa, que é do conhecimento de todos, reafirmo meu compromisso com a *laicidade do Estado* [grifo meu], compromisso esse firmado por ocasião do meu discurso de posse à frente do Ministério da Educação. Ressalto que não há qualquer hipótese e nenhuma previsão orçamentária que possibilite a alocação recursos para igrejas de qualquer denominação religiosa”.

As pressões provenientes do Congresso Nacional e do segmento evangélico, incluída a bancada parlamentar, preocupada com a má repercussão das denúncias sobre seu capital político, acabaram por levar Bolsonaro a decidir sobre a saída de Milton Ribeiro do MEC. Se antes o presidente declarou “pôr a cara no fogo” pelo ministro, agora preferiu que ele pedisse exoneração, para melhor se defender. E assim foi feito em 28/3/2022, sendo o cargo ocupado pelo secretário-executivo, funcionário de carreira da Controladoria Geral da União, mais distante da gestão educacional do que o ex-ministro. Milton Ribeiro pelo menos foi reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, enquanto que Victor Godoy Veiga, além do curso de Engenharia de Redes de Comunicação de Dados, ostenta certificado de pós-graduação lato sensu em Altos Estudos Defesa Nacional conferido pela Escola Superior de Guerra. Talvez este último tenha pesado no acesso à Secretaria Geral do MEC e, agora, ao cargo de ministro. Antes de sair, Milton Ribeiro exonerou o assessor especial, PM-pastor Odimar Barreto dos Santos para não deixar que o sucessor o fizesse.

Em 22/6/2022, a Polícia Federal prendeu preventivamente Milton Ribeiro os dois pastores-corretores e outros integrantes do que se chamou de “organização criminosa infiltrada no Ministério da Educação”. Mas, um pedido de *habeas corpus* em benefício do ex-ministro foi acolhido e despachado favoravelmente pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. Ele e os demais foram soltos, e passaram a responder ao processo criminal em liberdade.

BÍBLIA E PISTOLA

Há muito tempo a crônica política aponta afinidades entre as bancadas parlamentares BBB. Esse termo, cunhado pela deputada federal Érika Kokay (PT-CE), abrange as bancadas da Bíblia (religiosos fundamentalistas), do Boi (agronegócio) e da Bala (produtores, importadores e amantes de armas e munições), com deputados e senadores participando de uma ou mais desse trio. Existem fortes afinidades entre tais bancadas, garantidoras de vitória na tramitação de projetos que, mesmo interessando a uma apenas, propiciam apoios mútuos, em geral nas pautas conservadoras (quando não reacionárias) em matéria de direitos humanos, como manter e ampliar a criminalização do aborto; definir família como constituída de núcleo formado por homem e mulher; e suprimir a proteção estatal aos indígenas.

A bancada evangélica esteve fora das gestões para a facilitação da compra de armas e munições para a população, mas este último ponto começou a mudar. No Rio de Janeiro, já se identifica um *narcopentecostalismo*, produto da conversão de dirigentes de facção criminosa que chamou sua área de atuação de Complexo de Israel, dominado pelo Exército de Deus Vivo. Com o poder das armas, proibiram as práticas religiosas afro-brasileiras em seu domínio. Agora são pastores que somam ostensivamente o instrumento de violência material extrema à violência simbólica.

No dia 25/4/2022, a pistola automática do ex-ministro da Educação e pastor Milton Ribeiro disparou no balcão de embarque da LATAM do aeroporto de Brasília e feriu uma funcionária da GOL no guichê vizinho. Ele alegou que tinha porte de arma e registro como Caçador, Atirador Desportivo ou Colecionador, num CAC, entre os que se multiplicaram no quadriênio Bolsonaro, suporte institucional para o armamento da população com cobertura legal. Alegou, também, que tentou desmunicar a pistola dentro de sua pasta, mas ela disparou – portanto, estava engatilhada e com bala na agulha. O pastor pistoleiro prestou depoimento na Polícia Federal e a empresa não prestou queixa. Nem a funcionária ferida. O que lhes “calou a boca”?

Esse incidente repercutiu na imprensa com depoimentos de clérigos evangélicos apoiando a posse de arma de fogo, como o pastor e vereador de Recife Junior Tércio (vice-presidente da Convenção Fraternal dos Ministros da Assembleia de Deus de Pernambuco) e sua mulher, deputada estadual Clarissa Tércio, ambos do PP. Eles postaram imagem na qual empunhavam pistola e escopeta em clube de tiro, acompanhada da seguinte mensagem: “Juntos enfrentaremos todas as guerras, seja no mundo espiritual ou material”. Não foi um caso isolado. Passou a ser comum a filiação de pastores e até a coordenação de grupos pró-armas. Essa síndrome foi produto da cruzada de Bolsonaro e sua família em favor do armamento da população para a defesa do que diziam ser a liberdade, inclusive a liberdade de atirar para matar – “povo armado é povo livre” era um de seus lemas.

Essa foi uma mudança fundamental no segmento evangélico do Cristianismo, ostensiva no âmbito pentecostal, ambígua no tradicional. Nas campanhas de desarmamento, muitas igrejas serviram de postos de recolhimento de armas, mas isso ficou no passado. Quatro dias depois daquele incidente no aeroporto de Brasília, Augustus Nicodemus, vice-presidente da Igreja Presbiteriana do Brasil, a mesma de Milton Ribeiro, declarou em conferência para jovens evangélicos, que “se for para defender minha família, meus filhos, minha mulher ou minha própria integridade, havendo risco, eu atiro pra matar mesmo”. Já o pastor Valdinei Ferreira, da Primeira Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo, explicou sua discordância: “A chegada de Jair Bolsonaro ao poder e o uso que ele faz da religião e família empurraram para dentro das igrejas essa associação entre armas e fé cristã. De modo manipulador afirma que as pessoas precisam de armas para defender a família contra os bandidos”.

O individualismo, importante dimensão da ideologia liberal, cresce com a incapacidade do Estado em prover a segurança coletiva. Fecha-se um círculo vicioso: o aumento da violência no campo e na cidade leva a população a ser armar, o que, por sua vez, aumenta a violência. E por aí vai, agora com justificativa religiosa. No campo, o mote é a defesa da propriedade privada contra a invasão (real ou imaginária) do Movimento dos Trabalhadores sem Terra; na cidade, é a defesa da família, tão cara às ideologias conservadoras, notadamente as de expressão religiosa.

Uma disputa se abre no campo religioso entre os que defendem um Cristo pacificador e os que o vêm armado. Estes sublinham passagem da Bíblia em que Jesus usa um chicote para expulsar os vendilhões do templo e outra em que ele diz aos discípulos para venderem suas capas e comprarem espadas. Por outro lado, há os que destacam a passagem na qual Jesus se dirigiu ao discípulo Pedro, que havia ferido um servo do Sumo Sacerdote, para que embainhasse a espada, pois todos os que a usassem seriam mortos por essa arma.

A interpretação belicista da Bíblia foi arrematada por Bolsonaro, travestido em teólogo, que declarou, em 15/6/2022, já em pré-campanha eleitoral, que Jesus “não comprou pistola porque não tinha naquela época”. Em 10/8/2022, discursou em evento da Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária, onde praticamente convocou o agronegócio à rebelião contra o que ele supunha ser o intento autocrático do STF: “Povo armado jamais será escravizado. Compre suas armas. Compre suas armas. Isso também está na Bíblia, lá no Pedrão. Vendam suas capas e comprem espadas”.

Como que numa preparação para o golpe de Estado que se preparava para o aniversário da Independência, Bolsonaro insistiu, na feira agropecuária no Rio Grande do Sul, em 2/9/2022, na narrativa de que as pessoas de bem (cristãos e livres) estavam sendo perseguidas pelo *mal* (comunismo escravizador e ateu, STF, PT, Lula), contra o que era preciso lutar, inclusive literalmente. “Somos um país majoritariamente de cristãos, não admitiremos qualquer retrocesso nessa área, porque temos o povo e Deus ao nosso lado”. E prescreveu: “Arma de fogo, mais que a segurança familiar, a certeza que essa pátria jamais será escravizada”.

RÚSSIA, HUNGRIA E ONU

Em 2022, o protagonismo internacional de Bolsonaro foi menos impactante do que no triênio anterior, pelo menos no que se refere à laicidade do Estado, que é o tema que nos interessa aqui. Mesmo assim, ele não perdeu as três oportunidades que teve para ostentar no exterior uma posição confessionalista no exercício da presidência da República Federativa do Brasil.

Em fevereiro desse ano, Bolsonaro fez uma visita oficial à Rússia, com objetivos obscuros. Garantir suprimento de fertilizantes para o agronegócio não convenceu a ninguém, tampouco a busca de tecnologia para a produção de minirreatores nucleares para geração de energia elétrica. A desproporcional comitiva de militares não foi justificada, nem o formato dos debates de alto nível 2+2, isto é o encontro dos ministros das Relações Exteriores e da Defesa dos dois lados.

A visita não poderia ser feita em momento mais delicado, pois grande tropa russa estava estacionada na fronteira com a Ucrânia, em posição de contraofensiva diante do que seria um ataque ucraniano em preparação. Na véspera da chegada de Bolsonaro a Moscou, a notícia de que parte da tropa russa havia sido retirada foi modestamente atribuída por ele como “feliz coincidência”.

Na dimensão ideológica, a viagem foi um sucesso, pois os seguidores de Bolsonaro foram abastecidos com elogios à Rússia e seu presidente, pela defesa dos valores conservadores, com destaque para o Cristianismo e a família, assim como a rejeição à *ideologia de gênero*.

No retorno ao Brasil, Bolsonaro fez escala em Budapeste, onde chamou o primeiro ministro húngaro Viktor Orbán de irmão, afirmando ter afinidade com ele em quase todos os aspectos. Mais uma vez, o Cristianismo e a família foram celebrados como valores básicos de ambos os países. Bolsonaro repetiu a quadra Deus, Pátria, Família e Liberdade, enquanto Orbán insistiu na catilinária acusatória aos imigrantes islâmicos, que ameaçariam a cultura cristã da Hungria. Ambos compartilharam a rejeição a tudo o que parecesse divulgação de conteúdos de caráter sexual a menores, tema de projeto lei considerada homofóbica pela União Europeia, possível razão de sanções contra o país.

Se o saldo da viagem a Moscou e a Budapeste foi pífio em termos econômicos e diplomáticos, ele pode ter resultado em tardia compensação para os seguidores de Bolsonaro no Brasil, incomodados com a receptividade do ex-presidente Lula na Europa, em novembro de 2021, um sucesso político de alcance mundial. Lula viajou a convite do Parlamento Europeu e da Fundação Friedrich Ebert, ligado ao Partido Social-Democrata da Alemanha. Em Berlim, encontrou-se com Olaf Scholz, que estava prestes a assumir o posto de chanceler. Em Paris, Lula foi recebido pelo ex-presidente François Hollande e recepcionado como chefe de Estado pelo atual, Emmanuel Macron. Na Espanha, o primeiro ministro José Rodríguez Zapatero disse que aprendeu com o brasileiro a ser corajoso na luta contra as desigualdades e desejava vê-lo novamente presidente. Para quem assumiu o lugar de pária internacional, duas horas com Putin e com Orbán foi o máximo que Bolsonaro pôde conseguir no último ano de seu quadriênio presidencial.

Ainda restava a abertura da Assembleia Geral da ONU. Bolsonaro compareceu mais uma vez. Em 20/9/2022, o presidente brasileiro ocupou a tribuna para um longo discurso de auto-elogio, elencando as realizações fictícias de seu governo, como o fim do desmatamento da Amazônia, a proteção vacinal e a luta contra a pobreza. E que os atos (golpistas fracassados) de 7 de setembro foram as maiores

manifestações cívicas da história do Brasil. O trecho seguinte deu o tom confessionalista e conservador de seu discurso: “Tenho sido um defensor da liberdade de expressão. Além disso, no meu governo, o Brasil tem trabalhado para trazer o direito à liberdade de religião para o centro da agenda internacional de direitos humanos. É essencial garantir que todos tenham o direito de professar e praticar livremente sua orientação religiosa, sem discriminação. Quero aqui anunciar que o Brasil abre suas portas para acolher os padres e freiras católicos que têm sofrido cruel perseguição do regime ditatorial da Nicarágua. O Brasil repudia a perseguição religiosa em qualquer lugar do mundo. Outros valores fundamentais da sociedade brasileira, com reflexo na pauta dos direitos humanos, são a defesa da família, do direito à vida desde a concepção, à legítima defesa e o repúdio à ideologia gênero”.

Implicitamente, Bolsonaro rejeitou a legislação brasileira, que permite a interrupção voluntária da gravidez em certos casos e apoiou o armamento da população para garantir a legítima defesa da *liberdade*. Nenhuma palavra sobre a discriminação sofrida pelos adeptos de religiões afro-brasileiras, justamente da parte de certas Igrejas Cristãs que estavam na sua base de apoio político.

Crente na evocação do legado integralista (o fascismo brasileiro da década de 1930), Bolsonaro encerrou o discurso na ONU com o lema Deus, Pátria, Família, acrescido do item Liberdade – a de se transgredir os dispositivos constitucionais e legais, segundo o critério de cada indivíduo.

Se as Igrejas Cristãs não são perseguidas no Brasil, impera o reino do faz de conta, com encenações que algumas evangélicas pentecostais fazem, simulando uma perseguição inexistente por aqui. São eventos denominados Acampa Radical, Onda Radical, Trem Radical e similares, que submetem os crentes aderentes e pagantes a uma fantasia aterrorizante, para lhes fazer sentir o que é viver em um país sem liberdade religiosa. Os cristãos perseguidos de fim de semana comem e dormem mal, têm de ouvir blasfêmias. Atores fantasiados de agressores islâmicos xingam e submetem os participantes a vexames, simulando mutilações e estupros. Para quem viveu experiência como essa, faz sentido a cruzada de Bolsonaro em prol da liberdade religiosa ameaçada.

GOV, LEX, JUS

No último ano do mandato Bolsonaro na Presidência da República, o governo prosseguiu na distribuição de bondades a sua base religiosa, notadamente às Igrejas Evangélicas Pentecostais, em complementação a benefícios concedidos anteriormente. Depois das instituições, agrado para seus agentes. No dia 1/8/2022, duas semanas antes do início da campanha eleitoral, a Receita Federal publicou ato declaratório interpretativo isentando da contribuição previdenciária os ganhos dos agentes religiosos: “Os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministros de confissão religiosa, com os membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, em face do mister religioso ou para a subsistência, não são considerados como remuneração direta ou indireta”.

Com esse ato, foi atendida a demanda de pastores evangélicos pentecostais contra o que chamavam de perseguição da Receita Federal. Agentes de outras instituições religiosas também se beneficiaram da medida, mesmo sem fazerem parte da base política bolsonarista. Nesse caso, a formulação genérica visou sintonizar a medida governamental com o dispositivo constitucional que veda o estabelecimento de alianças do Estado brasileiro com instituições religiosas.

Em 27/2/2022, a página da Escola Nacional de Administração Pública, vinculada ao Ministério da Economia, publicou a oferta de um curso gratuito à distância, de 25 horas, sobre A formalização de organizações religiosas no Brasil, com um módulo focalizando a imunidade tributária dos templos religiosos. Embora veiculado pela ENAP, esse curso foi elaborado pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, cuja titular era a pastora Damares Alves. A mesma parceria deu origem a outro curso, também à distância, com carga horária de 30 horas, intitulado Liberdade religiosa e Estado laico, que incluía o *direito religioso* como conceito introdutório, o que lembra a matéria Direito Público Eclesiástico, que os cursos jurídicos tinham no tempo do Império, quando havia uma religião oficial. Essa matéria foi suprimida pelo ministro do Interior Cesário Alvim em 1890, com base no decreto que separou a Igreja Católica do Estado brasileiro, antes mesmo da promulgação da Constituição republicana. Não consegui saber qual foi a concepção de Estado laico apresentada pelo ministério da pastora Damares aos alunos da ENAP.

Passaporte diplomático expedido em nome de dirigentes religiosos sempre foi um problema político no Brasil, não só no governo Bolsonaro. Mas este extrapolou até mesmo decisão judicial que determinou a suspensão desse documento em nome de Edir Macedo, bispo máximo da Igreja Universal do Reino de Deus e proprietário da rede Record de TV, e no de sua esposa. Em março de 2020, o Ministério das Relações Exteriores expediu novos passaportes diplomáticos para o casal, com a justificativa de participação de atividades religiosas no exterior, não previstas na legislação sobre a matéria.

Uma versão exibicionista de aliança religiosa foi dada por Bolsonaro na viagem a Londres, em 17/9/2022, para os funerais da rainha Elizabeth II. Além de familiares (esposa e filho) e membros do governo, o presidente se fez acompanhar do pastor Silas Malafaia, dirigente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, sediada no Rio de Janeiro, seu mais fiel e verborrágico apoiador evangélico pentecostal. Talvez para não dar a impressão de parcialidade religiosa, a comitiva incluiu o obscuro padre católico Paulo Antônio de Araújo, da congregação Servos de Eucaristia, organização conservadora criada em Ponta Grossa (PR). Além de viajarem em avião da Força Aérea Brasileira, os religiosos tiveram as despesas de hotel e alimentação cobertas pelo Tesouro Nacional.

Em 2022, o Congresso Nacional se empenhou menos em pautas que batiam com a laicidade do Estado, mas não ficou isento.

A emenda constitucional nº 116, promulgada em 17/2/2022, livrou do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial-IPTU os imóveis utilizados como templos pelas instituições religiosas, inclusive os que fossem alugados de terceiros. Embora de caráter geral, o benefício incidia sobretudo para as igrejas evangélicas, em rápida expansão, para o que alugavam imóveis diversos. A isenção desse imposto barateava esse tipo de transação.

Um projeto de lei que mobilizou a Câmara dos Deputados foi o da legalização do jogo do bicho, bingos e cassinos, defendido pelo *centrão*, que conseguiu até mesmo sua tramitação em regime de urgência. Em defesa do projeto, a argumentação corrente é que ele iria acabar com a hipocrisia, já que se jogava “em qualquer canto do país”, além de aumentar a arrecadação fiscal. A transformação de Angra dos Reis (RJ) numa espécie de Macau tropical foi festejada por muitos. E o assunto vinha de 2020, quando Paulo Guedes, ministro da Economia, interpelou a pastora Damares Alves, sua colega de ministério,

resistente à legalização do jogo. Em reunião ministerial de 22/4/2020, Guedes expressou com grosseira sinceridade a ideia de muitos de seus correligionários: “O sonho do presidente de transformar o Rio de Janeiro em Cancún, Angra dos Reis em Cancún, aquilo pode virar Cancún rápido. Entendeu? A mesma coisa na Espanha. A Espanha recebe 30, 40 milhões de turistas. Isso aí é uma cidade da Ásia. Macau recebe 26 milhões hoje, na China. Só por causa desse negócio. É um centro de negócios. É só maior de idade. O cara entra, deixa grana lá que ele ganhou anteontem, ele deixa aquilo lá, bebe, sai feliz da vida. Aquilo ali não atrapalha ninguém. Deixa cada um se foder. Ô Damares, Damares, Damares. Deixa cada um... Damares, Damares. O presidente fala em liberdade. Deixa cada um se foder do jeito que quiser. Principalmente se o cara é maior, vacinado e bilionário. Deixa o cara se foder, pô! Lá não entra nenhum brasileiro desprotegido, entendeu?”.

Os evangélicos e os católicos das bancadas religiosas se manifestaram contra o projeto e cobraram de Bolsonaro mobilizar sua base para fazer o mesmo, mas não tiveram sucesso. Sóstenes Cavalcanti (DEM-RJ), líder da Frente Parlamentar Evangélica disse que o governo estava “minado ideologicamente”, pois a mensagem de Bolsonaro não surtiu efeito na mudança de posição do *centrão*.

Para vencer ou pelo menos reduzir a resistência dos deputados das bancadas religiosas, o projeto incluiu dois itens especiais: a destinação de 1% do lucro dos jogos para comunidades terapêuticas dirigidas por instituições religiosas; e isentar do Imposto Predial e Territorial Urbano os templos religiosos. Nos dois casos, os evangélicos eram os maiores interessados, tanto que parte de sua bancada votou a favor do projeto ou simplesmente deixou de votar (ausentou-se), de modo que, em 24/2/2022, a legalização do jogo foi aprovada na Câmara, e submetida ao Senado. Não foi possível entender a razão da eficácia da promessa de isenção do IPTU para os templos, pois a emenda constitucional nº 116 fora aprovada com esse benefício na semana anterior. Críticos da legalização dos jogos de azar acrescentavam à lista de malefícios dessa medida a facilitação de lavagem de dinheiro obtido de fontes não registradas, como se fossem dízimos. Bolsonaro, que foi a favor de transformar Angra dos Reis na Cancún do Atlântico Sul, prometeu a seus apoiadores evangélicos que vetaria a lei, se promulgada.

A Câmara dos Deputados aprovou compensações simbólicas, como o Dia Nacional do Cristão (sem discussão) e a urgência para a tramitação de projeto que proíbe introdução de mudanças em novas edições da Bíblia. O deputado pastor-sargento Isidoro (Avante-BA), que se define com “ex-homossexual, convertido pelo Evangelho”, dirigente da Fundação Doutor Jesus, dedicada ao tratamento e acolhimento de dependentes químicos, pretende proibir a venda, no Brasil, do livro *The Queen James Bible* (contraponto à do *King James*), que reescreve alguns trechos bíblicos, visando a eliminar a condenação à homofobia. Em suma, proibir o que seria uma *Bíblia gay*. O primeiro artigo do projeto diz: “Fica terminantemente proibido os termos “Bíblia” ou “Bíblia Sagrada” em qualquer publicação impressa ou eletrônica de modo a dar sentido diferente dos textos consagrados há milênios nos livros, capítulos e versículos utilizados pelas diversas religiões cristãs já existentes, seja católica, evangélica ou outras mais que se orientam por este livro mundialmente lido e consagrado como Bíblia”.

Esse projeto atribui ao Estado brasileiro o poder de censura religiosa, que lembra a mobilização da alfândega pela Igreja Católica para confiscar as chamadas “Bíblias falsas”, importadas por Igrejas Evangélicas no tempo do Império. Mesmo sendo um atentado escandaloso ao mais elementar princípio do Estado laico, em março de 2022 o requerimento de urgência para a tramitação do projeto foi

assinado por líderes das bancadas de 17 partidos, da direita à esquerda: Avante, MDB, Patriotas, PSC, PTB, PL, Solidariedade, PSB, PSD, PT, PC do B, Republicanos, PSDB, Podemos, PP, DEM e PSL.

Mais ligada aos interesses materiais das instituições religiosas, notadamente as evangélicas, o presidente Bolsonaro sancionou a lei nº 14.408/2022, que alterou o Código Brasileiro de Comunicações. Se antes ele proibia que as emissoras de rádio e TV comercializassem não mais do que 25% do tempo, agora a liberação foi total. Ou seja, é possível que uma emissora venda todo o tempo de emissão a uma instituição religiosa, este o motivo subjacente da alteração legislativa.

Ainda no tocante ao empreendedorismo evangélico nos meios de comunicação de massa, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro marcou um tento inédito. A deputada Jucélia Oliveira Freitas, a Tia Ju (Republicanos), apresentou projeto que declarava Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Rio de Janeiro as telenovelas bíblicas produzidas no território fluminense. Tais telenovelas foram produzidas pela TV Record, de propriedade do bispo Edir Macedo, dirigente da Igreja Universal do Reino de Deus, justamente a entidade que hegemoniza o partido da deputada Tia Ju. Foram títulos como “O desafio de Elias”, “A história de Ester”, “Sansão e Dalila”, “Rei Davi” e “José do Egito”. O projeto foi aprovado e sancionado pelo governador Cláudio Castro, cantor gospel católico, como lei (RJ) nº 9.738/2022. Vale lembrar que Tia Ju é esposa de pastor da Igreja Universal do Reino de Deus e foi secretária de Assistência Social e Direitos Humanos do prefeito Marcelo Crivella, bispo da mesma instituição, de quem já tratei em capítulo anterior. No plano federal, as relações foram mais materiais do que simbólicas. O governo comprou telenovelas produzidas pela Record para transmitir pela TV Brasil.

Em 2022, o Poder Judiciário foi menos solicitado do que nos anos anteriores do quadriênio Bolsonaro em matérias relativas à laicidade do Estado. Mesmo assim, houve iniciativas importantes, no plano federal e no estadual.

Visando à campanha eleitoral, em junho o STF convidou lideranças de entidades religiosas a endossarem proposta de “exclusão da violência durante as pregações, sermões e homilias, ou ainda em declarações públicas ou publicações que venha a fazer”. A maioria dos representantes de tais entidades concordou e assinou o texto proposto, mas 13 dos 33 dirigentes evangélicos se recusaram, inclusive o deputado Sóstenes Cavalcanti (União Brasil, RJ), líder da bancada evangélica na Câmara Federal.

A primeira manifestação no STF do ministro “terrivelmente evangélico” indicado por Bolsonaro, André Mendonça, em matéria relativa a esse status, ocorreu em 24/11/2022, quando a ministra Carmen Lúcia relatou Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, que discutia a competência do município de São Paulo para instituir o dia 20 de novembro como feriado do Dia da Consciência Negra. Argumentando contra a finalidade do feriado, Mendonça disse que “Nós somos um só povo. Uma só raça, uma só nação. Somos todos da raça humana, brasileiros, e devemos estar imbuídos desse mesmo propósito de construção de igualdade para todos”. A relatora contradisse: “Nós mulheres, negros, indígenas, somos parte desse povo, que não é um só. A constituição garante a igualdade na forma, mas é uma construção permanente. Quando digo que sofremos discriminação, a gente sofre. Somos sim, um povo, com muitas desigualdades”. Mendonça procurou incluir os evangélicos como objeto de preconceitos, ao que Carmen Lúcia retrocou, no sentido da questão em disputa: “Principalmente os de matrizes africanas, não são os evangélicos, não são os católicos. No Brasil, o preconceito é contra as religiões de matrizes africanas”.

A estátua de Nossa Senhora Aparecida voltou à pauta do Tribunal de Justiça de São Paulo. Em 2019, como vimos, a Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos moveu ação contra a doação de terreno público para essa finalidade e pela proibição da construção da estátua, com base no princípio da laicidade do Estado. A ação da Atea foi ganha, mas a prefeitura de Aparecida recorreu, argumentando que a economia do município estava baseada no turismo religioso, razão pela qual a atração de fieis marianos seria válida. No dia 9/3/2022, o desembargador Ponte Neto acolheu e endossou a argumentação da prefeitura e a finalização da estátua foi liberada.

No entanto, em 17/3/2022, a mesma Justiça paulista decidiu pela inconstitucionalidade de uma lei aprovada pela Câmara Municipal de Barretos, em dezembro de 2019, que previa o ensino obrigatório da Bíblia para os alunos matriculados na rede mantida pela prefeitura. A pandemia do covid-19 não favoreceu a implantação de tal ensino bíblico, mas, mesmo assim, a subseção de Barretos da Ordem dos Advogados do Brasil moveu Ação Direta de Inconstitucionalidade, assinada por Belisário Rosa Leite Neto e Letícia de Oliveira Catani, baseada na violação da laicidade do Estado, bem como nos princípios da impessoalidade, legalidade, igualdade, finalidade e interesse público, que deveriam presidir a administração municipal. E ganharam a causa. O vereador que propôs a lei, Raphael Aparecido de Oliveira (PRTB) lamentou a decisão da Justiça, argumentando que “não é um projeto religioso, muito pelo contrário, é um projeto de cunho histórico, cultural. É um projeto em que a gente está ensinando a história dos nossos antepassados para nossas crianças. Só isso, nada mais”.

O Tribunal Regional de Trabalho de Minas Gerais deu ganho de causa a uma mulher que se viu obrigada a pedir demissão de empresa atacadista de produtos odontológicos devido a constrangimentos de caráter religioso. Ela era obrigada, como todos os demais empregados, a rezar o Padre-Nosso todos os dias, no início da jornada de trabalho. Mesmo argumentando não ter religião, o assédio se repetia diariamente. Sem divergência, os desembargadores do tribunal deram ganho de causa à trabalhadora assediada e condenaram a empresa a indenizar sua ex-funcionária em dez mil reais.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal, condenou uma mulher a dois anos de prisão por injúria qualificada ao xingar e ofender, em março de 2021, adeptos de cultos afro-brasileiros em Candangolândia. A sentença foi lavrada nos seguintes termos: “Num *Estado laico* [grifo meu], como o que vivemos, não é dado aos praticantes de determinados segmentos religiosos achacarem, constrangerem ou embaraçarem a prática religiosa diversa. Para defender sua crença, a pessoa não é autorizada a hostilizar quem pensa de modo diferente. Também não se pode alegar liberdade religiosa ou de expressão, na medida em que, como já decidiu a Corte Suprema, a conduta mais se amolda ao chamado *hate speech* (discurso de ódio)”. A acusada recorre em liberdade.

Como um contraponto ao avanço confessionalista, mas em dimensão municipal, vale mencionar a criação pelo prefeito carioca Eduardo Paes da Coordenadoria Executiva da Diversidade Religiosa junto ao seu gabinete. Dirigida pelo pai Márcio de Jágún, do Candomblé, essa instância estatal da Cidade do Rio de Janeiro promoveu, em 2022, a criação de uma Rede Intermunicipal pela Liberdade Religiosa, abrangendo adeptos de diferentes credos da capital e de municípios da região metropolitana, pesquisadores, instituições públicas e interessados em geral na liberdade religiosa. O objetivo principal era barrar as agressões sofridas pelos terreiros e pelos adeptos de religiões afro-brasileiros, da parte de evangélicos pentecostais. A prejudicar a iniciativa, estava a contradição entre a gestão municipal da

capital e o governo estadual, cujo titular, Cláudio Castro, é um cantor gospel católico, de ostensivo alinhamento bolsonarista.

A *Cartilha Rio de Combate à Intolerância Religiosa* foi lançada durante a I Semana Carioca da Diversidade Religiosa, em 21/1/2022, pela Coordenação Executiva de Promoção da Igualdade Racial e pela Coordenadoria Executiva de Diversidade Religiosa, mencionada acima. Contém dicas sobre como identificar ações de preconceito religioso e étnico-racial. Entre outros, os seguintes: zombar das tradições de outra religião; zombar da cor ou etnia de alguém; destruir espaços sagrados públicos ou privados; isolar alguém por ter uma fé diferente do grupo; negar atendimento a alguém pela cor, etnia ou religião; coagir as pessoas em se converter para a sua religião; praticar atos de violência contra pessoas ou patrimônio religiosos e culturais étnico-raciais; difundir o ódio contra as religiões e grupos étnico-raciais nas redes sociais. Está claro o viés de proteção aos afro-brasileiros, as vítimas históricas prediletas dos cristãos, primeiramente dos católicos, depois dos evangélicos pentecostais. É sobre eles que incidem, de modo combinado, os preconceitos religiosos e étnico-raciais, inclusive no âmbito do Poder Público.

O texto apresenta informações relevantes sobre como proceder em caso de identificação de tais ações preconceituosas, inclusive a legislação federal, estadual e municipal concernente, com destaque para a lei (RJ) nº 5.931/2011, promulgada a partir de projeto do deputado Átila Nunes, que criou a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, a primeira delas em funcionamento na capital carioca. Cabe a essa delegacia especializada registrar, investigar e encaminhar à Justiça processos sobre os crimes previstos na legislação. Ou seja, a cartilha é um produto da laicidade do Estado, na prática, mas essa palavra não aparece uma vez sequer no texto, em proveito do termo preconceito, entendido a partir do ponto de vista do indivíduo.

CONFLITO ACIRRADO NO CAMPO RELIGIOSO

Bolsonaro presidente se beneficiou da divisão do campo religioso e sua atuação acirrou essa divisão. Em 2022, a campanha eleitoral, principalmente para a Presidência da República, dividiu as instituições religiosas como jamais havia acontecido. Na proclamação da República, em 1889, chegou perto, quando as Igrejas Evangélicas apoiaram o novo regime, confiantes no fim do Catolicismo como religião oficial – ou seja, confiantes na laicidade como princípio organizativo do Estado. A Igreja Católica, por sua vez, pela voz dos bispos e dos padres, foi totalmente contra a República, com base na sua condenação pelo papa Pio IX e pelas consequências danosas que pressentia para a sobrevivência da própria Igreja. Quanto ao povo, sua posição foi grandemente influenciada pelas manipulações de padres, mas seu efeito tendeu a enfraquecer, notadamente nos maiores centros urbanos, até que o crescimento das Igrejas Evangélicas Pentecostais, por razões que não cabem examinar aqui, assumiram a posição manipuladora que a Católica exercera no passado.

Por causa dos efeitos políticos e eleitorais da ascensão das Igrejas Evangélicas, a partir da década de 1980, pareceu a muitos que a laicidade do Estado estava no fim, mas a situação era mais complexa. O clero católico, acuado pelo crescimento vertiginoso do número de adeptos dos pastores evangélicos pentecostais, em prejuízo de seu próprio rebanho, passou a defender a laicidade do Estado, em convergência com setores minoritários das Igrejas Evangélicas ditas de imigração ou de missão e suas dissidências.

Começamos pelo segmento evangélico, no qual importantes políticos se manifestaram ostensivamente em prol do Estado laico no ano eleitoral. O deputado federal André Janones (Avante-MG) declarou em uma entrevista não misturar política com religião. “Eu sou evangélico. Você não vai ver pregação evangélica nas minhas redes sociais. Não porque eu me envergonhe da minha fé, mas porque ali nas minhas redes, enquanto estou fazendo meu trabalho, preciso atender igual a todos. Eu não posso impor minha fé ao espírita, ao católico ou ao ateu, que deve ser igualmente respeitado e ter os mesmos direitos. Então, essa confusão Estado-religião é precursora de várias ditaduras, movimentos autoritários pelo país, guerra na história. Acho uma face do autoritarismo do governo Bolsonaro”.

Marina Silva disse ter sido alvo de ataques e *fakenews* em 2014, quando concorreu à Presidência da República, por ser uma mulher evangélica que nunca escondeu sua fé. Não aceitava, naquela época nem agora, a fé como instrumento político. “Não pode ser usada nem por um lado nem pelo outro, porque fé e política devem estar separadas. O *Estado é um Estado laico* [grifo meu], não deve ser manipulado por qualquer credo religioso. Essa foi uma contribuição da Reforma Protestante e que uma parte dos evangélicos está se esquecendo disso”.

Henrique Vieira, professor, ex-vereador de Niterói (RJ) e pastor da Igreja Batista do Caminho, foi eleito em 2022 deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, na legenda do PSOL. Prometeu abrir uma dissidência na Câmara. “Não vou integrar uma banda religiosa e não vou fazer parte da bancada evangélica. Sou pastor. Sou discípulo de Jesus, sou crente no Evangelho, mas isso não me faz integrar a bancada evangélica. Vou estar em Brasília para defender saúde e educação pública. Vou estar em Brasília para defender avanços nas políticas contra o racismo estrutural”. Prometeu, também, estar ao lado da “democracia, do *Estado laico* [grifo meu], do combate aos privilégios e em defesa do nosso povo empobrecido e explorado”.

Benedita da Silva, ex-senadora, deputada federal reeleita em outubro de 2022 (PT-RJ), entendeu que a fé dos evangélicos os fariam votar em Lula, não em Bolsonaro. “A gente espera que Jesus tome o lugar, o primeiro lugar nas nossas vidas e no nosso coração e nas nossas Igrejas. Que a gente não viva um processo de idolatria e que possamos compreender esse mundo maravilhoso e plural”. Os evangélicos deveriam abandonar a pauta reacionária do bolsonarismo e voltar ao lugar de origem: “Nós, os evangélicos, fomos os pioneiros a defender o *Estado laico*. Temos que voltar a esse *Estado laico* [grifos meus]”.

O pastor Ariovaldo Ramos, da Comunidade Batista de Moema (São Paulo, SP), denunciou em entrevista realizada em 24/10/2022, que muitas denominações estavam definindo comportamentos, padrões morais, formas e tarefas como méritos para a salvação, chegando mesmo a estabelecer ideologias. “Se você não for da ideologia do pastor, você não é salvo, não é cristão. Isso é uma blasfêmia. E a ideologia desses pastores é uma ideologia bolsonarista. E isso é uma blasfêmia ainda maior”. Como exemplo, citou passagem bíblica em que Jesus Cristo fechou uma igreja em Éfeso, por ela ter abandonado a concepção de que a redenção é um ato de Deus, por sua graça, mediante a fé que nos é dada pelo próprio Deus. Ao invés disso, essa igreja passou a cobrar tarefas e comportamentos que gerariam a salvação – e isso foi “cair da graça”. De modo similar, as igrejas evangélicas do Brasil atual estariam seguindo pelo mesmo caminho, e “caíam da graça”.

Houve, também, manifestações coletivas nesse sentido, dentre as quais da Frente dos Evangélicos pelo Estado de Direito, liderada pelo pastor Ariovaldo Ramos, já mencionado, que divulgou uma declaração, em 18/8/2022, manifestando opção pela candidatura Lula, já no primeiro turno. Se a conjuntura fosse outra, bastava defender a liberdade de escolha de cada cidadão. Mesmo sem vínculos partidários, a frente entendia que persistiam “ameaças diuturnas das forças reacionárias sustentadas pelo governo federal e pelo próprio presidente, com tentativas de controlar os resultados através da ação de setores da Polícia Federal e das próprias Forças Armadas”. Somente Lula poderia se contrapor à “reeleição desse que aí está”.

Duas semanas depois, o Movimento Batista por Princípios, em manifesto de 3/9/2022, se contrapôs à convocação de Igrejas Evangélicas para seus fiéis saírem às ruas no dia 7 de setembro, em apoio a iniciativas autoritárias do presidente Bolsonaro. Depois de denunciar a contradição entre a convocação de evento em defesa da liberdade e apologia inconstitucional do fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, e elencar críticas às políticas do governo, o substancial documento concluiu: “Sendo assim, conclamamos aos irmãos e irmãs, especialmente aos batistas, que sempre defenderam princípios de verdadeira democracia e *separação entre Igreja e Estado* [grifo meu], a não comparecerem às ruas na próxima terça-feira, dia 7 de setembro, aproveitando melhor o seu tempo em outras atividades mais compensadoras e que, ao fim e ao cabo, demonstrem o autêntico respeito que temos pelo Dia da Independência”.

Em 3/7/2022, o pastor Osni Ferreira, da Igreja Presbiteriana Central de Londrina (PR), usou o púlpito da igreja para pedir apoio à reeleição de Bolsonaro, nos seguintes termos: “Nós temos que reeleger Bolsonaro. Irmãos, não tem outro caminho para o Brasil. Olha a América do Sul inteira. Nesse mesmo mês, Osni apresentou relatório ao Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil sobre a “nefasta influência do pensamento de esquerda” no meio cristão, prevendo punições a membros da entidade que fossem identificados politicamente com a esquerda. O colegiado rejeitou o relatório do pastor Osni, mas decidiu reafirmar o posicionamento contra o que chamou de “comunismo ateu e materialista” e se eximir da função de orientar fiéis a respeito do posicionamento político que devem adotar na vida privada.

Embora o Movimento Batista por Princípios, mencionado acima, não tivesse deixado dúvidas quanto ao seu posicionamento político pró candidatura Lula-Alckmin, o pastor Sérgio Dusilek sofreu censura com semelhante manifestação. Num evento organizado por evangélicos do Rio de Janeiro para homenagear Lula, no dia 9/9/2022, o pastor fez críticas fortes ao governo Bolsonaro e afirmou seu apoio ao ex-presidente, novamente candidato. E mais: disse que a Igreja Evangélica tinha de pedir perdão a Lula, pelas injustiças sofridas da parte do clero brasileiro. Os órgãos dirigentes da Igreja Batista, a convenção carioca e a convenção brasileira, censuraram o pastor, que renunciou ao cargo de presidente da primeira. Os dirigentes assim se manifestaram: “Respeitamos o princípio da liberdade de consciência, porém entendemos, a partir desse episódio, que nossas posturas devam ser ainda mais firmes e cuidadosas nas questões político-partidárias. Recomendamos que nossos líderes da denominação e das igrejas evitem compromissos públicos dessa natureza, visando assim reforçar o princípio da *separação entre Igreja e Estado* [grifo meu]”.

Em reação à censura sofrida pelo pastor Sérgio Dusilek, realizou-se o encontro Lideranças Evangélicas por Liberdade, Democracia e Paz, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, dia 22/9/2022, no qual cerca de 70 pastores divulgaram uma carta pública marcada pelo refrão *somos*

um, em defesa do bem-estar para todos, da democracia, do processo eleitoral e do respeito ao resultado das urnas, como na passagem seguinte: ”Somos um pela justiça. Defendemos as instituições democráticas que, mesmo imperfeitas, garantem nossos direitos. Oramos por que seus princípios sejam respeitados, seguindo a orientação bíblica de ‘Dar a César o que é de César, e a Deus, o que é de Deus’ (Mateus, 22.21; 5.20; 6.33)”. Embora não mencionassem apoio à candidatura Lula-Alckmin, como fizera o pastor censurado, toda a longa nota expressava a convergência com a plataforma dela e a rejeição da bolsonarista.

Depois das Igrejas Presbiteriana e Batista, foi a vez da Assembleia de Deus de São Paulo se alinhar por uma candidatura. No dia 4/10/2022, a Convenção Fraternal das Assembleias de Deus do Estado de São Paulo decidiu que membros das igrejas filiadas poderiam ser objeto de investigação pelo conselho de ética e disciplina, com a consequente aplicação de medidas disciplinares, caso defendessem “pautas de esquerda dentro da cosmovisão marxista”. No mesmo dia dessa decisão, esse órgão colegiado recebeu a visita do presidente Bolsonaro, em meio a ataques diretos a Lula, acusado de receber apoio expresso de “religiões demonistas”.

Mais pragmáticos do que seus pastores, vários candidatos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus omitiram em sua propaganda o apoio à candidatura de Bolsonaro à reeleição, divulgando apenas seus próprios nomes e plataformas. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que a direção da IURD aumentava a adesão pública ao candidato-presidente.

A primeira e mais incisiva manifestação no segmento católico foi da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, em 29/4/2022. Intitulado “Mensagem ao Povo Brasileiro”, a CNBB divulgou documento assinado pelo arcebispo Walmor Oliveira de Azevedo, presidente da entidade, mais dois vice-presidentes e o secretário-geral. Depois de uma longa e detalhada análise da situação do país, da economia à pandemia, os bispos defenderam a realização de eleições livres e limpas. E com respeito aos resultados das urnas. Mas, duas ameaças existiriam. “A primeira é a manipulação religiosa, protagonizada tanto por alguns políticos como por alguns religiosos, que coloca em prática um projeto de poder sem afinidade com os valores do Evangelho de Jesus Cristo. A *autonomia e independência do poder civil em relação ao religioso* [grifo meu] são valores adquiridos e reconhecidos pela Igreja e fazem parte do patrimônio da civilização ocidental. A segunda é a disseminação das *fakenews*, que através da mentira e do ódio, falseia a realidade. Carregando em si o perigoso potencial de manipular consciências, elas modificam a vontade popular, afrontam a democracia e viabilizam, fraudulentamente, projetos orquestrados de poder”. Só faltou traduzir os termos empregados para Estado laico e defender a candidatura Lula, cuja plataforma política transparecia em cada parágrafo.

Ainda mais veemente do que a manifestação dos bispos foi a carta divulgada em 3/9/2022, já com a campanha eleitoral em andamento, por 450 Padres da Caminhada juntos aos Padres contra o Fascismo. Seu documento listou dez razões para os cristãos se oporem à reeleição de Bolsonaro: uso do nome de Deus em vão, discurso de ódio, *fakenews*, má gestão da pandemia, volta da pobreza, aumento do desmatamento, sinais claros de corrupção, ataque ao STF, questionamento do processo eleitoral, claros sinais de autoritarismo e fascismo. Sobre este último, os padres disseram que o lema de Bolsonaro “Deus acima de todos, Brasil acima de tudo”, se assemelhava ao da propaganda nazista. Para os sacerdotes, “Em um *Estado laico*, a única realidade que está acima de tudo é a Constituição, que existe para garantir a liberdade e o bem-estar de todos os cidadãos, não importando suas etnias, religiões ou classes sociais. O *Estado laico* não é Estado ateu. *Estado laico* é uma garantia de que todos os cidadãos

poderão viver e celebrar suas diversas crenças de forma livre [grifos meus]”. O que a hierarquia católica não pronunciou, naquela mensagem, os padres da base eclesial ostentaram: a laicidade do Estado é a garantia da liberdade religiosa.

Das palavras aos atos, foi o que se passou em 12/10/2022, por ocasião da festa de Nossa Senhora da Aparecida no santuário homônimo no estado de São Paulo. Reeditando posicionamento anterior, o arcebispo Orlando Brandes disse, no sermão da celebração principal, que era preciso vencer um segundo dragão. O primeiro, a pandemia, tinha sido vencido, faltava o dragão do ódio, da mentira, do desemprego, da fome, da incredulidade. O arcebispo foi vaiado pelos bolsonaristas presentes, que passaram recibo das críticas, mas uma situação ainda mais conflituosa ocorreu. Depois de ficar isolado na festa do Círio de Nazaré, em Belém (PA), Bolsonaro compareceu a uma missa vespertina no santuário de Aparecida, onde fez a leitura do Livro de Ester e a oração de consagração à padroeira, ocasião em que foi aplaudido pelos seguidores aos gritos de “mito”, os quais partiram para a agressão a funcionários da TV Aparecida, da Igreja Católica, que faziam a cobertura do evento. E perseguiram um homem que usava camisa vermelha, para eles prova de que era um comunista ou petista – ou portador de ambas qualidades condenáveis. A reação de bispos foi imediata e veemente, não faltando os que acusaram Bolsonaro de agente de Satanás, por transformar uma celebração religiosa em palanque político.

Mais uma vez os Padres da Caminhada e os Padres contra o Fascismo divulgaram alentado texto, com um posicionamento ainda mais veemente do que o anterior. Intitulado “Dai a César o que é de César, e o que é de Deus a Deus” (lema desde sempre evocado em defesa do Estado laico), o documento dos padres denunciou o oportunismo político de Bolsonaro ao se fazer batizar por um pastor e ainda se declarar católico, uma hipocrisia por ter, de fato, renegado o Catolicismo. Depois de passar em revista os desmandos do presidente, o documento afirmou que Bolsonaro nada tinha de católico, nem de cristão, sequer de humano. “É um facínora! Ele usa e abusa da fé como palanque político; tenta reverter suas seguidas derrotas políticas apelando à religião. Não, Jair Bolsonaro não é religioso. Ele perverte o ensinamento evangélico porque quer dar a Deus o que é do perverso César (Mt 22,21). Jair Bolsonaro não é de Deus!”.

Depois dos padres, foi a vez dos bispos. Outra nota da CNBB, em 11/10/2022, lamentou a intensificação da exploração da fé e da religião para angariar votos no 2º turno. O conservador cardeal de São Paulo, Odilo Scherer, reforçou a posição da entidade e foi mais longe, ao dizer em entrevista publicada em 20/10/2022, que a política brasileira parecia reviver os tempos da ascensão dos regimes autoritários, especialmente do fascismo. O bispo emérito de Duque de Caxias (RJ) disse numa entrevista: “Não estamos elegendo chefe religioso. *O Brasil é um Estado laico* [grifo meu]. Não vou conversar com nenhum candidato que não tenha temática clara para a população de rua”.

Em 24/10/2022, cinco dias antes do 2º turno, bispos da Igreja Católica, divulgaram um texto sem assinatura nem legenda, mas lembraram que eram os mesmos que tinham liderado e redigido a primeira Carta ao Povo de Deus, de julho de 2020. Dizendo-se em profunda comunhão com a CNBB, foram mais longe do que o documento da entidade mencionado acima. Diante do dramático desafio político posto pelos dois projetos de Brasil que o 2º turno apresentava, não cabia neutralidade, pois um candidato defendia a vida a partir dos empobrecidos, enquanto que o outro estava comprometido com a “economia que mata”, segundo as palavras do papa Francisco. Os dois candidatos já governaram o Brasil, portanto era possível comparar seus atos. Não se tratava de apoiar um candidato. “A Igreja não

tem partido, nem nunca terá, porém ela tem lado, e sempre terá: o lado da justiça e da paz, da verdade e da solidariedade, do amor e da igualdade, da *liberdade religiosa e do Estado laico* [grifo meu], da inclusão social e do bem viver para todos”.

Em suas paróquias, houve padres que sofreram ataques de bolsonaristas. Seguem alguns exemplos. Em Fazenda Rio Grande, na área metropolitana de Curitiba (PR), o pároco foi interpelado por seguidores do presidente-candidato se pregava voto em Lula e se era a favor do aborto, porque disse que o Deus da vida nunca iria estar junto de quem pregava o armamentismo. Em Jacareí (SP), uma mulher interrompeu uma missa, porque o padre havia dito que a vereadora Marielle Franco tinha sido assassinada em circunstâncias não totalmente esclarecidas. Segundo a interpelante, ele não poderia falar, dentro da casa de Deus, numa homossexual, filiada ao PSOL, que queria a *ideologia de gênero* nas escolas das crianças. Também no Paraná, no município de Guaíra em 21/11/2022, o padre José Aparecido Bilha foi assassinado por bolsonaristas depois de declarar voto em Lula. Em Rondonópolis (MT), o padre da igreja de São José Operário passou a receber ameaças de morte pelo telefone e *Whatsapp* após alugar o salão paroquial para a comemoração do aniversário de Lula, como fazia com festas particulares e eventos partidários de várias tendências.

Por outro lado, houve também manifestações pró-Bolsonaro de padres católicos, ainda que menos numerosas e mais localizadas em cidades do interior do país. A imprensa registrou alguns desses casos, como o do médico e padre Pablo Henrique de Faria, de Iporá (GO), que disse em áudio a uma fiel para não votar em Lula, mas em Bolsonaro: “Diante de Deus, eu garanto a você, que no juízo final vai pagar quem votar nessa quadrilha de ladrão, assassino de criança e sexualizador de criança, e comunista”. O padre Danilo Joaquim Costa Neto, de Nerópolis (GO), abandonou a missa após pedir que os eleitores de Lula abandonassem o templo. Como não foi atendido, ele abandonou a celebração. O padre Edvaldo Betioli Filho se notabilizou por foto empunhando uma pistola num centro de treinamento de tiro em Atibaia (SP). Depois da repercussão negativa, foi transferido da paróquia de São João Batista, na zona leste da capital paulista, para Martinópolis, no oeste desse estado, depois para Ribeirão Claro (PR). Numa entrevista publicada em 20/10/2022, o padre Bertoli disse: “O atual presidente não é o candidato perfeito, e está longe da perfeição, mas ainda assim é a única alternativa contra o projeto de poder petista, que é mau e destruidor. O Partido dos Trabalhadores é pública e notoriamente favorável ao assassinato de bebês no ventre materno e seu líder defende o aborto como questão de saúde pública”. Sobre as armas, o sacerdote disse não acreditar que seu uso para defesa pessoal aumentaria a violência. O mandamento “não matar” se referia apenas ao homicídio voluntário, que era diferente da legítima defesa. Também um bispo se manifestou pedindo votos para Bolsonaro, o emérito de Uruaçu (GO), José da Silva Chaves, contra o “candidato que defende o comunismo ateu”, referindo-se a Lula.

Diferentemente dos evangélicos e católicos, os afro-brasileiros preferiram situar-se à margem das disputas eleitorais. E apelaram para valores subjetivos, como a tolerância.

Uma iniciativa fluminense interessante e sem similar em outros estados, foi a que resultou na retomada das Caminhadas pela Liberdade Religiosa, realizadas na praia de Copacabana, sempre num domingo. Grupos de terreiros da Umbanda e do Candomblé da área metropolitana do Rio de Janeiro desfilavam com carros de som, danças e cantos, atos em que recebiam a solidariedade de indivíduos de Igrejas Cristãs e de outras instituições, religiosas e não. Sua luta era contra o cerceamento da liberdade religiosa operada por evangélicos pentecostais, que agrediam pessoas e depredavam terreiros. A primeira caminhada foi em 2008, em reação aos episódios de intolerância religiosa que ocorreram no

Morro do Dendê, na Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro. O traficante Fernandinho Guarabu, chefe do tráfico de drogas no local, aderiu a uma Igreja Evangélica Pentecostal, e passou a reprimir os adeptos de cultos de tradição africana, chegando mesmo a impedir que usassem suas vestimentas religiosas e símbolos. Resultou daí, reativamente, a criação da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, uma das promotoras das caminhadas.

O último evento desse tipo foi realizado em 16/9/2018, antes da pandemia, juntando aos afro-brasileiros, católicos, evangélicos (não os pentecostais), espíritas kardecistas, budistas, muçulmanos, judeus, wiccanos, hare krishnas, ciganos, mórmons e outras confissões. Marcando a divisão entre os evangélicos, uma faixa dizia: “Ser protestante é lutar pela liberdade de todos”.

A caminhada foi retomada em 18/9/2022, convocada pela mãe Mirian de Oyá e pelo babalorixá Ivanir dos Santos, com o lema em iorubá *Rárá wà ilọsíwájú láì òmìnira!* (Não existe progresso sem liberdade!). Em português corrente, esse lema foi ressignificado por “Axé, Amém, Aleluia! Deus é um só!”. A maior parte dos participantes eram provenientes da área metropolitana do Rio de Janeiro, mas havia alguns de outros estados, como o pai Denisson d’Angelis e a mãe Kelly d’Angelis, fundadores do Instituto Céu Estrela Guia e representantes do segmento de Umbanda no Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa de São Paulo.

Apesar de numerosos, os grupos religiosos afro-brasileiros são pouco presentes no campo político, quando comparados com os de outras confissões, o que se explica por sua organização fragmentada, permanecendo os terreiros estreitamente dependentes do carisma de seus sacerdotes. No estado do Rio de Janeiro, em 2022, não conseguiram reeleger o deputado estadual Átila Nunes Pereira Filho (PSD), que defendeu uma plataforma de defesa dos umbandistas em várias legislaturas.

O segmento judaico (religioso e não religioso) também foi dividido, o que, aliás, ocorreu em outros países, inclusive no Estado de Israel, onde a translação para a direita se acentuou nas últimas décadas, em especial nos mandatos de Benjamin Netanyahu. Essa afinidade direitista, reforçada pela orientação pró-Israel de Igrejas Evangélicas Pentecostais norte-americanas, com eco nas brasileiras, aproximou Bolsonaro daquele país. Em sua viagem para lá, em 2016, foi rebatizado, como já disse em outra passagem deste texto. Correlativamente, igrejas evangélicas pentecostais e grupos de direita passaram a usar símbolos judaicos, como a estrela de Davi, e a bandeira de Israel em suas manifestações públicas.

Esse movimento não foi de mão única, pois a comunidade judaica no Brasil não ficou imune ao crescimento das orientações direitistas e até fascistas. Expressando afinidade ideológica, setores dessa comunidade manifestaram apoio ao candidato Bolsonaro a presidente, a ponto de convidá-lo, em fevereiro de 2017 para uma palestra no Clube Hebraica de São Paulo. A reação interna à comunidade foi suficiente para que ele fosse desconvidado. Convite similar proveio do Clube Hebraica do Rio de Janeiro, mas a reação foi tardia e, em abril desse ano, Bolsonaro fez aí uma palestra para cerca de 300 convidados, diante dos quais não poupou a manifestação de preconceitos racistas contra os negros. A reação foi forte e simultânea, pois havia o dobro de pessoas do lado de fora da sede do clube, a maioria delas pertencente aos movimentos judaicos de jovens, que denunciavam a orientação fascista do candidato – não economizaram no termo.

A Confederação Israelita do Brasil divulgou uma carta, junto a outras 14 entidades da comunidade judaica, afirmando não ter candidato à Presidência da República, mas manteve uma posição que não

beneficiava Bolsonaro e seus seguidores: “rechaçamos, guiados pelas normas democráticas, a discriminação, a demonização ou a perseguição de grupos religiosos, políticos ou nacionais”.

Mais incisivo foi o Coletivo Judias e Judeus pela Democracia de São Paulo, em seu manifesto de 21/9/2022 em apoio à chapa Lula-Alckmin. Após um minudente exame da situação atual do país, em várias dimensões (economia, fome, desemprego, pandemia, etc.), ele evocou um conhecimento ancestral: “Nós, Judias e Judeus pela Democracia SP, sabemos que quando o projeto político é o ódio, o passo seguinte é o extermínio simbólico e físico. Testemunhamos isso em diferentes momentos da história, e sabemos as consequências da omissão, de falsas equivalências e da desresponsabilização diante da destruição das minorias políticas e religiosas e dos mais vulneráveis”. O termo laico não apareceu no manifesto, talvez por causa de seu significado ambíguo na comunidade, referido tanto à orientação secular de indivíduos etnicamente judeus, mas afastados da religião, quanto (reativamente) ao confessionalismo do Estado de Israel.

RELIGIÃO NA CAMPANHA DE BOLSONARO

A legislação eleitoral só permitia a campanha a partir de 16 de agosto, antes disso somente reuniões fechadas e redes sociais, nada de reuniões em locais abertos, como os comícios, ou propaganda na TV. Mas isso não funcionou para Bolsonaro, que usou e abusou de seu cargo para permanecer todo o ano de 2022 em campanha – seria correto dizer que ele fez isso em todo o quadriênio.

A Igreja Universal do Reino de Deus empregou sua ampla e centralizada rede eclesiástica para desenvolver uma verdadeira cruzada contra a esquerda, deixando entrever, que o candidato da direita é que deveria receber o voto dos verdadeiros cristãos. Em seu jornal e suas páginas na internet, textos nesse sentido divulgavam a posição oficial, como fez o bispo Renato Cardoso, genro de Edir Macedo, fundador da IURD e proprietário da Rede Record de TV. Disse aquele bispo, em janeiro de 2022, que “Se você se diz cristão e ainda vota na esquerda, há apenas duas possibilidades: ou você não segue realmente os ensinamentos do Cristianismo ou os segue e ainda não entendeu o que a esquerda é verdadeiramente”. A campanha dessa instituição religiosa (que no passado apoiou Lula e teve até um de seus bispos, Marcelo Crivella, como ministro de Dilma) foi num crescendo e chegou a acusar o candidato do PT a presidente de ter ódio contra os cristãos – sua declaração de que trataria igualmente todas as igrejas seria apenas um disfarce ao preconceito contra os cristãos.

Em fevereiro, a Frente Parlamentar Evangélica realizou eleições para renovar a direção, conquistada pelos apoiadores explícitos de Bolsonaro. Além de Sóstenes Cavalcanti (DEM-RJ), membro da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, dirigida pelo pastor Silas Malafaia, um dos mais estridentes apoiadores do presidente candidato à reeleição, seu filho Eduardo (PSL-SP) e Hélio Lopes (PSL-RJ) passaram a integrar a direção da entidade. Os vencedores na disputa político-religiosa derrotaram o candidato dissidente a Assembleia de Deus (Ministério Madureira), que poderia se inclinar para Lula.

As reuniões com apoiadores religiosos deram a tônica da campanha. Em 8/3/2022, Bolsonaro recebeu em audiência no Palácio da Alvorada, residência oficial, 86 pastores, entre eles deputados da Frente Parlamentar Evangélica, 24 dos quais usaram da palavra com elogios ao presidente e críticas a Lula e à “roubalheira que se instalou no país”, como disse Silas Malafaia. Falando no fim do evento,

Bolsonaro disse: “Eu dirijo a nação para o lado que os senhores assim o desejarem. É fácil? Não é. Mas nós sabemos que temos força para buscar fazer o melhor para a nossa pátria”.

Em 20/4/2022, Bolsonaro compareceu à Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, realizada em Cuiabá (MT), com a presença de 15 mil pastores e outros 95 mil participando remotamente. Sóstenes Cavalcanti esperava que o presidente prestasse contas dos compromissos assumidos com os evangélicos em seu mandato. Além de se declarar cristão, Bolsonaro disse que sua mulher era evangélica e sabia como fazer para preservar os valores comuns ameaçados. E acrescentou: “Uma das mudanças, um compromisso nosso lá de trás, hoje temos dentro do Supremo Tribunal Federal um irmão em Cristo. Hoje, nós temos um governo, um presidente que acredita em Deus, respeita os seus militares, defende a família e deve lealdade ao seu povo”. Não precisou mencionar os favores fiscais, porque estavam nas contas de todos, tampouco o valor simbólico de sua participação nos eventos político-religiosos.

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, de março-abril de 1964, que prepararam ou celebraram o golpe militar, tiveram pálidas réplicas em 11 cidades (inclusive Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília), em 19-20/3/2022, denominadas Marchas da Família Cristã pela Liberdade, promovidas pela Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil. Jair Bolsonaro cancelou a presença prometida em Brasília, mas seu filho Eduardo participou junto com outras 50 pessoas.

Se a promoção dos advogados conservadores não teve o rendimento político esperado, as Marchas para Jesus, que reuniram milhares de evangélicos, alcançaram sucesso em várias cidades, nas quais a presença e a fala de Bolsonaro eram sempre festejadas pelos pastores na liderança dos eventos. Vamos a eles.

Em Curitiba, a Marcha para Jesus foi realizada em 21/5/2022, ocasião em que Bolsonaro disse cumprir uma *missão* na Presidência da República, que “acredita em Deus, respeita seus militares, defende a família brasileira e deve lealdade ao seu povo”. Supondo a origem divina de sua *missão*, declarou que só Deus seria capaz de tirá-lo do cargo que ocupava, se esquecendo de mencionar o presidente da Câmara dos Deputados que engavetou cerca de uma centena de pedidos de impeachment.

No dia 28 do mesmo mês foi a vez de Manaus, onde fez profissão de fé contra a *ideologia de gênero*, contra as drogas e os jogos de azar, assim como em defesa de um só Senhor e da família. E concluiu: “Não aceitamos nossa bandeira ser vermelha, não aceitamos o comunismo ou o socialismo. Nós daremos a nossa vida pela nossa liberdade. Repudiamos todos aqueles que, por ocasião da pandemia, fecharam igrejas e templos. O respeito à religião, à liberdade de expressão, à nossa liberdade não tem preço”. Nenhuma palavra sobre os erros do Ministério da Saúde, justamente na capital amazonense, que redundaram em ondas de mortes por causa de mal planejamento e execução dos mais elementares procedimentos de armazenamento e transporte.

Em 26/6/2022 foi a vez de Balneário Camboriú (SC), onde Bolsonaro enfatizou o caráter miraculoso de sua trajetória política: “Um milagre a minha sobrevivência. Por que não dizer quase um milagre a eleição”. Passando do plano sobrenatural para o material, agradeceu o apoio recebido de todo o povo que, armado como defendia, formaria um exército de 200 milhões de soldados.

Em São Paulo, a Marcha para Jesus aconteceu em 9/7/2022, data em que se celebra a *revolução constitucionalista* de 1932. A marcha foi realizada com grande aparato, começando com a retirada dos sem-teto das ruas por onde passariam os participantes. Emendas parlamentares que somaram um milhão de reais propiciaram o aluguel de dez trios elétricos, mas o número de participantes (estimativa de 9 mil pessoas) foi bem menor do que a edição anterior (3 milhões em 2019). A marcha foi iniciada pelo apóstolo Estevam Hernandes, que apresentou Bolsonaro como homem escolhido por Deus. O presidente candidato à reeleição repetiu na capital paulista os lemas dos eventos similares, com ênfase “na guerra do bem contra o mal, o bem vencerá”. Assim, o povo brasileiro evitaria o cenário político da Venezuela, da Argentina, da Colômbia e do Chile, países governados pela esquerda: “Que o nosso povo não experimente as dores do socialismo”.

A última da série foi a marcha do Rio de Janeiro. Realizada 13/8/2022 no centro da cidade, constou de desfile que terminou na praça da Apoteose, no Sambódromo. O tema do evento foi “Família! Compromisso de todos”. Acompanhado do governador Cláudio Castro e de Michele, Jair Bolsonaro discursou brevemente: “Agradeço por ser chefe do Executivo e queria dizer que somos contra o aborto, a ideologia de gênero e a liberação das drogas”.

Como no ano anterior, o empresário evangélico Jackson Vilar foi um dos organizadores da *motociata* Acelera para Cristo 2, em 15/4/2022, da capital paulista até Americana, onde Bolsonaro era esperado para a festa do peão. Com mais de 3 mil participantes, segundo a concessionária da rodovia Bandeirantes, o evento coincidiu com o aumento de trânsito de veículos que saíam da capital paulista para o feriado da semana santa. O registro da empresa deu conta de que o número de motoqueiros foi cerca de metade do ano anterior, sob a mesma promoção.

Com a alta concentração de apoiadores nos Estados Unidos e a desculpa de inaugurar um vice-consulado na cidade, em 11/6/2022 Bolsonaro participou de uma *motociata* em Orlando, no Estado da Flórida, onde está situado o Walt Disney World, *meca* da classe média brasileira. Usando capacete, ao contrário de eventos similares no Brasil, onde sempre mostrou a cabeça descoberta, Bolsonaro desfilou acompanhado por 350 motociclistas, além de carros decorados com a bandeira do Brasil, num trajeto combinado com a polícia local. A imprensa brasileira não noticiou protesto contra a *ditadura* que o obrigava a usar o capacete, ao invés do imperativo da liberdade individual. Antes da *motociata*, ele discursou no templo da Lagoinha Orlando Church, filial da Igreja Batista da Lagoinha, que André Valadão mantém em Belo Horizonte. “O que mais peço a vocês é orações, entendimento, porque nós não podemos errar. Creio que aquela primeira frase do livro de João 8:32 já é uma realidade, a verdade. A outra que diz que por falta de conhecimento meu povo pereceu. Eu entendo que vocês hoje já entendem o que é a política de verdade no Brasil”.

O início da propaganda eleitoral em agosto contou com uma música que misturou o hino nacional com balada sertaneja, mas o tom religioso não foi esquecido. O “capitão do povo” foi apresentado como defensor da família e da Nação, como mito em quem merece botar fé, com quem vamos gritar “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”.

Todavia, o maior evento foi em 7 de setembro, que deveria desfechar o golpe de Estado há muito preparado. Com o agendamento para o mesmo local e horário dos tradicionais desfiles militares e as manifestações político-partidárias dos apoiadores do presidente-candidato, o STF emitiu nota em que

pedia ao Poder Executivo que evitasse a confusão entre os eventos. Não adiantou, pois era justamente isso que se buscava, principalmente em Brasília, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Convocações para a presença de religiosos nos eventos políticos desse dia partiram de várias origens. A atriz Cássia Kis postou um vídeo no canal do Centro Dom Bosco, entidade de militância direitista ostensiva sediada no Rio de Janeiro, convidando os brasileiros a participarem de um “7 de setembro religioso”. Dando exemplo, ela anunciou que participaria de uma vigília: “Rezaremos o Santo Rosário para que Nossa Senhora da Conceição Aparecida, rainha padroeira do Brasil, mais uma vez tome as rédeas da nossa história. E nos livre dos males que ameaçam o Brasil”.

O desfile matutino em Brasília contou com um aditivo inédito: além das tropas militares, tratores agrícolas com as bandeiras dos estados e a Comunidade Clássica Cristã, que carregava uma faixa com o lema “Conhecer a Deus e torna-lo conhecido”. Sem levar em conta o constrangimento do presidente da República portuguesa, que homenageava os 200 anos da Independência do Brasil, Bolsonaro replicou a divisa da luta do bem (representado por ele mesmo) contra o mal (representado por Lula), e não ficou só em generalizadades. “Podemos fazer várias comparações, até entre as primeiras-damas. Não há o que discutir. Uma mulher de Deus, família e ativa na minha vida. Não é ao meu lado não. Muitas vezes ela está é na minha frente. Tenho falado para os homens solteiros: procurem uma mulher, uma princesa, se case com ela para serem mais felizes ainda”. E numa autoproclamação que deliciaria os psicanalistas, puxou um coro da multidão que passou a gritar “imbroxável!”.

Bolsonaro não compareceu ao ato em São Paulo, cujos presentes tiveram de se contentar com ministros candidatos, parlamentares e personalidades, como a atriz Regina Duarte. O público se reuniu em torno de carros de som, conforme as diferentes orientações político-ideológicas, como o do Foro Conservador e o do movimento restaurador da Monarquia. Permeando as diferentes orientações estavam o Hino Nacional e a oração do Pai-Nosso. Havia cartazes com frases que pediam o acionamento das Forças Armadas para expurgar o STF e garantir a eleição, a exigência de voto impresso e auditável, além de contagem pública.

No Rio de Janeiro, a confusão entre o desfile militar e a manifestação político-eleitoral foi a mais forçada de todas. O desfile militar foi reconfigurado para se realizar em Copacabana, onde os apoiadores de Bolsonaro se reuniram. O forte de Copacabana disparou tiros de canhão a cada hora e a Esquadilha da Fumaça sobrevoou baixo o local. Bolsonaro chegou à tarde, puxando uma *motociata*, como em outras ocasiões. No palanque sobre um carro de som, pastores (que bancaram as despesas), candidatos (inclusive o cantor gospel católico e governador Claudio Castro) e personalidades, como o filho-senador Flávio, o coloreado empresário Luciano Hang e o pastor Silas Malafaia. Num discurso violento, o pastor afirmou que o Brasil era dos cristãos, que iam ganhar a eleição, impedindo o retorno dos inimigos da religião e da família. Chamou bênçãos ao presidente-candidato, a Michele e ao Brasil. Bolsonaro discursou por último. Pediu aos presentes que comparassem o Brasil com a Argentina, a Venezuela e a Nicarágua. “Todos os chefes dessas nações são amigos do quadrilheiro de nove dedos que disputa a eleição. Não é apenas voltar à cena do crime. Esse tipo de gente tem que ser extirpado na vida pública”. *E foi taxativo*: em três anos e meio de mandato, o seu governo não teria apresentado casos de corrupção, como a esquerda tentava apontar.

Com Bolsonaro em segundo lugar no 1º turno, cresceu a disputa pelos votos dos apoiadores dos demais candidatos e dos indecisos, no que o engajamento dos pastores evangélicos pentecostais aumentou consideravelmente nos templos, nas redes sociais e no Youtube. Vejamos um exemplo.

Dois dias depois do 1º turno, Bolsonaro participou, com Michele, de um culto na Assembleia de Deus (Ministério Belém), na capital paulista. O pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus do Estado de São Paulo, defendeu ostensivamente a reeleição do candidato aí presente. Além de pastores pedirem aos fiéis para convencerem parentes e amigos, principalmente os que viviam no Nordeste, a votarem em Bolsonaro, Michele foi enfática: “A igreja não pode ser omissa neste momento”.

A campanha de Bolsonaro contou, no 1º turno, com uma figura insólita, o padre Kelson Luís da Silva Souza, que serviu de auxiliar nos debates televisivos. Ex-seminarista dos Legionários de Cristo, organização católica de extrema direita, ele assumiu um empreendimento religioso solo, que culminou em conflito na comunidade quilombola Bananeiras, na Ilha da Maré, em Salvador. Em 2020, o padre (não da Igreja Católica) anunciou nas redes sociais que ergueria a Paróquia de São Lázaro de Betânia, no manguezal Ponta do Capim, uma área de proteção ambiental. Os habitantes não foram ouvidos e, arguindo seus direitos de remanescente de quilombo, rejeitaram o empreendimento. Kelson se mudou para Brasília, onde montou a loja “Jabuti” de produtos religiosos e se aproximou da Casa de Plínio Salgado, que reunia neointegralistas.

A trajetória política de Kelson foi politicamente obscura até se filiar ao PTB e participar da criação do Movimento Cristão Conservador desse partido, em defesa do Estado mínimo e da rejeição de tudo o que pudesse ameaçar a família e os cristãos, como a descriminalização do aborto, a liberação das drogas, a *ideologia de gênero* e outros itens da pauta conservadora, quiçá reacionária.

Na campanha presidencial de 2022, Kelson se apresentou como sacerdote da Igreja Ortodoxa no Brasil, mas o dirigente da Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia do Brasil declarou que ele não era membro de seu clero. Não se fez de rogado, e apresentou ao TSE diploma de bacharel em Teologia e licenciatura em Filosofia, emitidos por um desconhecido Mosteiro de São Basílio e São Tomé (inexistente no sistema de ensino brasileiro), com brasão da República Federativa do Brasil e selo de uma Igreja Católica Apostólica Ortodoxa del Peru. Devido a suspeição de fraude, Kelson teve de prestar prova de que era alfabetizado para poder registrar sua candidatura.

Vestindo batina negra e usando uma bandana cheia de cruzeiros, Kelson assumiu, então, a candidatura à presidência pelo PTB, no lugar de Roberto Jefferson. Este teve a candidatura negada pelo Tribunal Superior Eleitoral, por ter sido condenado e se encontrar preso, sem direitos políticos. Para compor a chapa, o PTB indicou para vice o pastor Luís Claudio Gamonal, da Igreja do Evangelho Quadrangular e presidente do Movimento Cristão Conservador.

Embora mal pontuasse nas pesquisas de intenção de voto, o candidato Kelson participou de debates televisivos no primeiro turno, devido à garantia legal para os partidos que tivessem representação nacional com pelo menos cinco parlamentares – era o caso do PTB. Acusado de falso sacerdote (padre de festa junina?), sua candidatura também assumiu ser falsa, pois nos debates ele desempenhou o papel de auxiliar de Bolsonaro, a quem dirigia elogios pelo legado de seu governo, e dirigindo a seus adversários perguntas que reforçavam a de seu mentor. A crítica a Lula vinha sempre imersa na

argumentação de quem apoia o mal, só pode ser mau. Como Lula era, supostamente, amigo do ditador da Nicarágua Daniel Ortega, que perseguia padres e freiras, Lula só poderia fazer o mesmo no Brasil. Portanto, não poderia receber o voto das pessoas de bem, especialmente dos cristãos. Sem precisar citar a inverdade de sua candidatura, ele convidou quem assistia ao debate transmitido pelo SBT, em 24/9/2022, a escolherem candidatos que defendiam a vida, Deus, Pátria e Família, o lema integralista que Bolsonaro repetia acrescentando Liberdade.

Logo depois da diplomação de Lula como presidente eleito, o arcebispo metropolitano da Igreja Católica Apostólica Ortodoxa do Peru divulgou nota desligando o padre Kelmon da instituição. Em seguida, o controvertido clérigo comunicou que se ligou à Igreja Ortodoxa Grega da América e Exterior, tendo sido eleito bispo para as missões do Brasil. Saiu o padre, entrou o bispo.

RELIGIÃO NA CAMPANHA DE LULA

Desde a Assembleia Constituinte de 1987-1988, as instituições religiosas, especificamente as igrejas cristãs, se tornaram elementos-chave das campanhas eleitorais, principalmente as Igrejas Evangélicas Pentecostais, por sua eficácia no manejo do voto de cabresto urbano. Para a campanha de Lula, esse protagonismo político-religioso foi crítico, pois milhões de eleitores que antes votaram nele e em Dilma passaram a apoiar Bolsonaro em 2018 – e parecia que fariam o mesmo em 2022.

O eleitorado católico foi também cativado pela campanha anti-petista, desde 2013, mas a hierarquia eclesiástica não se alinhou majoritariamente com Bolsonaro. Com padres e bispos católicos, Lula não teve problema, muito pelo contrário. Desde a militância sindical, manteve laços estreitos com a Pastoral Operária, e no seu segundo mandato como presidente assinou a *concordata* entre o Brasil e o Vaticano, levando a base parlamentar a apoiar o acordo internacional que conferiu privilégios inéditos à Igreja Católica.

Não se tratava de mera aliança eleitoral. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil manifestou, em diversas ocasiões, críticas duras ao governo Bolsonaro em matérias diversas, desde a economia, o meio ambiente, as populações indígenas, até a pandemia. Ou seja, Lula e a CNBB falavam a mesma linguagem ou quase. A questão do aborto era o único ponto sensível. Enquanto os bispos eram contra qualquer forma de interrupção voluntária da gravidez, Lula manifestou-se contra, em termos pessoais, mas adotou o ponto de vista laico de tratar a questão como de saúde pública. Ainda na pré-campanha, em 24/3/2022, Lula declarou em entrevista à rádio Super Notícia, de Belo Horizonte (MG), que não se deveria “fazer uma radicalização religiosa em torno de coisas que dependem da evolução da sociedade”. Mesmo sendo pessoalmente contra o aborto, “tenho que tratar todas as mulheres em igualdade de condições. Tem muita gente que é contra o aborto e corre para Paris, Nova York, Londres para fazer um aborto escondido. Enquanto isso, as famílias pobres morrem nas ruas. Tem mulher que tenta perfurar o útero com agulha de crochê. Então, cabe ao Estado dar a essas pessoas a capacidade de tratamento digno”. As reações foram fortes, sobretudo no segmento evangélico, que aproveitou o dito para “provar” a posição “abortista” do candidato. Convenientemente, nem os bispos católicos nem o candidato tocaram no assunto que os dividia.

As manifestações da CNBB sobre o processo eleitoral, algumas delas comentadas em outros itens deste texto, não mencionaram o apoio a Lula – nem precisava. No entanto, houve encontros que celebraram uma aliança explícita com segmentos das Igreja Católica.

Em 4/10/2022, dois dias depois do 1º turno, já com o primeiro lugar conquistado e partindo para a largada final, Lula e Alckmin (este católico tradicional) receberam frades franciscanos em seu escritório político de São Paulo. Era dia do santo, de quem Lula era devoto. E o pai de seu companheiro de chapa fora filiado a uma organização franciscana para leigos. Lula tinha pensado em ir ao convento, mas desistiu para não ser acusado de usar a religião para fazer política – uma crítica indireta tanto aos pastores evangélicos e a Bolsonaro, quanto à dobradinha deste com o padre Kelmon em debate televisivo.

Vários frades compareceram, inclusive o provincial franciscano, mas frei David, dirigente do Educafro (cursos pré-vestibulares para negros), foi o mais efusivo apoiador de Lula, um político que pensava nos pobres e no meio ambiente, como seu patrono São Francisco de Assis. David enfatizou a política de cotas para o ensino superior e o que faltava para que atingisse plenamente os objetivos inclusivos. E foi taxativo ao qualificar Lula: “Nunca no Brasil tivemos um ser humano mais cristão do que você”. O candidato, por sua vez, depois de mostrar proximidade com os cardeais Cláudio Humes e Evaristo Arns. Disse ser este o único brasileiro merecedor do Prêmio Nobel da Paz. E elogiou o papa Francisco por sua “extraordinária coragem” por fazer avançar a Igreja Católica, inclusive pelo livro *Economia de Francisco e Clara*. E não deixou de lembrar o bispo emérito de Blumenau, Angélico Sândalo Bernardino, que celebrou seu casamento com Janja. O casal ganhou de presente de Chico Buarque e de Carol Proner a imagem de São Francisco negro, e Lula pediu ao frei David para benzê-lo, “porque, se Deus quiser, ele vai ser levado a Brasília”.

Uma semana depois, foi o dia de Nossa Senhora Aparecida, ocasião em que Lula divulgou nota intitulada “Religião como direito sagrado e fundamental”. Apesar de se declarar católico, e pedir a intercessão da santa para que possamos construir uma nação democrática, justa, independente e soberana, onde todos tenham vida e vida em abundância (Jo 10,10), disse que todas as religiões exercem um papel essencial na formação do ser humano, que ajudam a promover a paz, a justiça e a fraternidade. E prometeu, que trataria todas as religiões e templos religiosos com respeito e dignidade, como já fizera nos governos anteriores.

Mais outra semana decorreu, quando, em 17/10/2022, Lula e Alckmin, acompanhados de suas esposas, se encontraram com mais de 200 padres e freiras de várias dioceses do Brasil. O evento foi promovido pelos Padres da Caminhada e Padres contra o Fascismo, na Casa de Portugal, na capital paulista. Os religiosos manifestaram apoio à chapa Juntos pelo Brasil e apresentaram suas posições (expressas em cartas comentadas em outro lugar deste texto), especificando a criação de renda básica de cidadania, bancos de desenvolvimento comunitário, estímulo à economia solidária e orçamento participativo. Ao discursar, Lula foi ao encontro da demanda dos religiosos: “Tenho lido notícias de padres que são atacados durante a missa porque estão falando da fome, da pobreza, da democracia. Eles são atacados por pessoas que sempre conviveram com a gente e que a gente não sabia que essa pessoa tinha tanto ódio dentro dela. Esse ódio é como se fosse um casulo que foi aberto”. Ao contrário, “nós queremos é paz, é democracia”. No fim do encontro, os sacerdotes presentes abençoaram imagens de Nossa Senhora Aparecida, doadas aos candidatos a presidente e vice.

Com os evangélicos, todavia, a situação foi bem diferente. A preocupação maior era com as Igrejas Pentecostais, que reuniam pessoas de mais baixa renda, às quais assistiam com apoio material, ofereciam espaço de interação social, e sobre as quais os pastores exerciam poder de indicação de voto.

O que não faltou na campanha de Lula foi gente aconselhando o candidato a *dialogar com os evangélicos*, fórmula que mal dissimulava o intuito de fazer concessões em matéria de políticas públicas que tivessem alguma coisa a ver com a *pauta moral* defendida por esses religiosos. Essa posição *pró-diálogo* era também defendida por pastores que integravam a campanha de Lula. Todavia, a presença de personalidades importantes no campo político, que eram evangélicas e apoiadoras de Lula, não facilitou o tal *diálogo*. Um bom exemplo dessa interação de mão única foi a resposta de Cezinha de Madureira, pastor da Assembleia de Deus, deputado federal reeleito (PSD-SP), quando perguntado sobre se havia uma lista de propostas do segmento evangélico. Disse do alto do poder que desfrutou nos últimos anos: “Nós não temos nada a questionar, e nada a pedir. Quem precisa de voto no Congresso é o governo, não somos nós”. E sobre a presença de Marina Silva na campanha de Lula: “A Marina não nos representa. Eu nunca conversei com a Marina, não sei nem quem é a Marina direito. Então, não sei nem se ela é evangélica”. Esse sentimento de onipotência levou os dirigentes de Igrejas Pentecostais a ignorar o envolvimento de pastores com a chapa Juntos pelo Brasil, como Ariovaldo Ramos, tantas vezes citado aqui, Henrique Vieira e Paulo Marcelo Schallenberger, este proveniente do setor pentecostal.

Em agosto, no início da campanha eleitoral, Lula declarou que pretendia conversar com os eleitores enquanto cidadãos. “A mim não importa que ele seja evangélico, católico, seja da religião islâmica, judaica, se ele seja da matriz africana, sabe, não importa”. Nesse momento e em nenhum outro, o direito de não ter religião foi lembrado – afinal, existe segmento mais rejeitado do que o dos ateus? Na realidade, Lula oscilou entre dois polos, sem coincidir completamente com nenhum, entre a defesa do Estado laico e de um Estado multiconfessional.

No grande comício do vale do Anhangabaú, na capital paulista, em 20/8/2022, dando a partida na campanha de rua, Lula foi enfático ao afirmar que o Estado não deve ter religião e as igrejas não devem ter partido político. E não economizou palavras na crítica aos pastores evangélicos pentecostais, embora sem mencioná-los: “Tem muita *fakenews* correndo por esse mundo, tem demônio sendo chamado de Deus e tem gente honesta chamada de demônio. Tem gente que não está tratando a igreja para cuidar da fé ou da espiritualidade, estão fazendo da igreja um palanque político ou uma empresa para ganhar dinheiro. Eu, Luiz Inácio Lula da Silva *defendo o Estado laico* [grifo meu], o Estado não tem que ter religião. Todas as religiões têm que ser defendidas pelo Estado. Mas também quero dizer que as igrejas não têm que ter partidos políticos, porque as igrejas têm que cuidar da fé e da espiritualidade das pessoas, e não cuidar de candidaturas, de falsos profetas ou de fariseus que estão enganando esse povo o dia inteiro”. Em 2/9/2022, acrescentou: “Todo mundo tem o direito de crer no seu Deus, e todo mundo tem o direito de professar a sua fé. Então haverá respeito a todas as religiões, à religião de matriz africana, aos evangélicos, aos católicos, judaicos, islâmicos. Todo mundo será respeitado, porque é isso que está na Constituição brasileira”. Para comprovar sua disposição, listou as realizações de seu governo nesse sentido: as leis da Liberdade Religiosa¹⁷ e do dia da Marcha para

¹⁷ Pela lei nº 10.825/2003, o Código Civil foi acrescido do seguinte parágrafo: “São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento”.

Jesus – na verdade, ambas foram de iniciativa parlamentar, Lula apenas (??) as sancionou após serem promulgadas pelo Congresso Nacional.

Contudo, o apelo religioso ganhou força na campanha da candidatura Lula-Alckmin no rádio e na TV. Em 27/8/2022, o programa foi aberto com uma canção de cerca de quase um minuto (longa para esses meios), na qual a frase “tenho fé e peço a Deus” foi repetida oito vezes, após o que Lula iniciou sua fala pedindo a “Deus que ilumine essa nação e nos ajude a reconstruir o Brasil”.

Quando a manifestação não foi de Lula, pessoalmente, partiu de apoiadores como os que criaram o grupo de *Whatsapp* “Evangélicos com Lula”. Apareceram aí declarações como a que buscava provar que o candidato não era *satanista*, xingamento que a propaganda bolsonarista divulgava. Dizia a matéria nas redes sociais: “1-Lula acredita em Deus e é cristão; 2-Lula não tem pacto nem jamais conversou com o diabo; 3-Lula acredita que um presidente deve cuidar de quem tem fome; 4-Com Lula na presidência, o Brasil viveu um momento de prosperidade e o país chegou à 6ª maior economia do mundo”. A tentativa foi de transferir para a área da economia e do bem-estar geral a discussão que os adversários pretendiam travar na da religião.

Essa tática foi valorizada pelo deputado evangélico André Janones (Avante-MG), contrário ao emprego das redes sociais para desmentir as acusações bolsonaristas em matéria religiosa. Para ele, familiarizado com a técnica dos algoritmos do Facebook, do Tik Tok, do Instagram e do Youtube, os desmentidos acabariam por reforçar a pauta do adversário – Lula é que tinha de pautar Bolsonaro justamente na pauta econômica, que interessaria a gente de todos os segmentos religiosos.

Prevaleceu a pressão interna para o *diálogo* com os evangélicos, já que apoiadores tomavam a iniciativa nesse sentido. Foi o caso do grupo Restitui Brasil, formado por pastores de diversas denominações, que produziu e divulgou o folheto intitulado “É tempo de esperança, o Brasil tem jeito”, com o subtítulo “O que os evangélicos realmente querem para o Brasil”. A resposta constou de 11 tópicos, referidos a citações bíblicas: a volta da educação de qualidade, mais saúde para todos, aposentados ganhando dignamente, viver em liberdade, valorização das mulheres, cuidar da criação de Deus (meio ambiente), defesa da família, defesa da paz, emprego e mais renda para todas as famílias, o fim da fome e que o trabalho seja digno.

Com os resultados mostrando que foi frustrada a esperança de muitos de vitória no 1º turno, aumentou o esforço de busca do voto evangélico pela chapa Juntos pelo Brasil. Seria difícil mudar a opção dos que votaram em Bolsonaro, daí que o alvo passou a ser os eleitores que se abstiveram, a maioria deles presumidamente fiéis evangélicos pentecostais.

A resistência de Lula em lançar mão de evento com pastores foi superada pela senadora Eliziane Gama (Cidadania/MA) e pela deputada federal eleita Marina Silva (Rede/SP), ambas evangélicas. No dia 19/10/2022, Lula manteve um encontro presencial com cerca de 300 pastores, no centro de convenções de um hotel na capital paulista, no qual divulgou a Carta Política ao Povo Evangélico. Num texto pontilhado por citações bíblicas, o candidato resumiu suas posições, mas sem empregar a expressão Estado laico. Se essa expressão faltou, família foi o termo mais valorizado, como pretendiam os defensores do *diálogo* com os evangélicos desde o início da campanha. Na fala, Lula afirmou que “família é uma coisa sagrada”. No texto, ele chegou bem perto dos defensores do lema “meus filhos, minhas regras”, do movimento Escola sem Partido, ao afirmar que o lar e a orientação dos pais são

fundamentais para a educação dos filhos. Caberia à escola apoiá-los, dialogando e respeitando os valores das famílias, sem a interferência do Estado. O lugar das igrejas no campo político estaria garantido pelo estímulo que daria às parcerias delas com o governo. Não no texto, mas no discurso, disse que elas poderiam atuar como “braço governamental nas políticas sociais”. E mais: “Grande parte das políticas sociais que o governo faz podem ser feitas pelas igrejas. As Igrejas Evangélicas e a Igreja Católica têm serviço prestado. Em várias áreas, as igrejas são melhores do que o governo. Custa mais barato do que o governo fazer”. Difícil uma oferta mais favorável do que essa para a simbiose política-religião, ou melhor, Estado-Igrejas.

Em São Gonçalo (RJ), Lula manteve outro encontro presencial com cerca de uma centena de pastores evangélicos num centro de eventos – não em um templo. Foi em 9/11/2022, coordenado pelo pastor Oliver Costa Goiano, da Igreja “Uma Nova Sociedade num mundo em Crise!”, com a colaboração da deputada Benedita da Silva (PT-RJ). Lula renovou aí sua particular relação entre fé e política. Como se fosse um predestinado, declarou: “Se tem um brasileiro que não precisa provar que acredita em Deus, esse brasileiro sou eu. Eu não teria chegado onde cheguei se não fosse a mão de Deus dirigindo meus passos. Tenho certeza de que lá de cima ela vai dizer: ‘Lula, cuida deste povo aqui’. Esse povo não quer discurso, esse povo quer comida, quer emprego, quer saúde, educação, que suas crianças nasçam, cresçam, sem medo da violência”. Renovou, também, o entendimento de que o Estado laico deve garantir o funcionamento e a liberdade das igrejas, mas que estas não devem ter partido, tanto quanto o Estado não ter igreja. E dirigiu a crítica aos pastores envolvidos com as *fakenews* contra sua candidatura: “Ninguém pode mentir em nome de Deus, aliás, ninguém deve usar o nome de Deus em vão, ninguém deve usar o nome de Deus para ganhar voto. Eu já fui cinco vezes candidato. Nunca fui a uma igreja tentar organizar um ato religioso para tentar pegar voto, porque na hora que o cidadão vai na igreja, vai para cuidar da sua fé, da sua espiritualidade Não está procurando se o candidato é A ou B”. Difícil saber se todo esse apelo serviu para atrair votos de evangélicos pentecostais ou, pelo menos, para não perder os que já tinha ganho.

MICHELE E JANJA, JESUS E ORIXÁS

Duas personagens inéditas marcaram a campanha eleitoral para a Presidência da República em 2022: as esposas dos dois principais candidatos, cada uma se situando em posições diferentes quanto a questões como credo religioso e laicidade do Estado.

Michele de Paula Firmo Reinaldo nasceu em Ceilândia (DF), onde concluiu o Ensino Médio. Aprendeu a se expressar na Língua Brasileira de Sinais por simpatia a um tio. Depois de trabalhar em diversas atividades, ingressou na Câmara dos Deputados como contratada por gabinetes de deputados, inclusive no de Jair Bolsonaro, de quem veio a ser esposa, mentora religiosa e responsável pelo seu alinhamento com lideranças evangélicas pentecostais. O casamento foi celebrado em 28/11/2007 pelo pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, do Rio de Janeiro. A experiência prévia de Michele com a política é a de lidar com deputados na atividade parlamentar.

Rosângela Silva (Janja) nasceu em União da Vitória (PR), graduou-se em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná, e fez dois cursos de pós-graduação lato sensu: em História e em Gestão Social e Sustentabilidade. Lecionou na Universidade Estadual de Ponta Grossa e trabalhou na Usina Hidrelétrica de Itaipu, coordenando programas voltados ao desenvolvimento sustentável, e na

Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais da Eletrobras. Sua experiência prévia de funcionária de empresas estatais se somou à militância no Partido dos Trabalhadores desde os tempos de estudante. Em 18/5/2022, Janja e Lula se casaram numa cerimônia religiosa de forte significado político, pois celebrado bispo emérito de Blumenau Angélico Sândalo Bernardino, um dos membros do clero católico que defendia a liderança sindical do ABC nos movimentos grevistas ainda na ditadura militar.

Além da orientação religiosa do marido presidente, Michele assumiu o papel tradicionalmente desempenhado por primeiras damas, o da assistência social, coordenando o programa Pátria Voluntária, gerido pela Casa Civil da Presidência da República. O programa juntou recursos do próprio governo federal com doações de empresas, principalmente ligadas ao comércio varejista e de serviços, para a doação de cestas básicas de alimentação. Para os críticos do programa, a maior parte dos recursos financeiros governamentais eram destinados à autopublicidade, principalmente na compra de horário na Rede Record de rádio e TV.

Na campanha eleitoral de 2022, Michele assumiu um protagonismo sem precedentes para uma primeira dama. Sua primeira aparição religiosa-política foi em 4 de maio, no culto promovido pela Frente Parlamentar Evangélica no plenário da Câmara dos Deputados, em homenagem ao dia das mães. A primeira dama orou, chorou e clamou pela “cura da nação”: “Haja um avivamento, Senhor, no Legislativo, no Executivo e no Judiciário. Pai, estenda suas mãos sobre a nossa amada nação”. Os presentes endossaram a evocação aos gritos de Aleluia!

Na convenção do PL, que oficializou a candidatura Bolsonaro, em 24/7/2022, ela discursou durante 12 minutos, com foco no eleitorado feminino, o segmento onde o marido candidato se mostrava em nítida desvantagem. Chamando os presentes de irmãos, como se o evento fosse um culto, ela apelou para a ligação de caráter religioso e sexual com Bolsonaro: “Eu sempre oro, toda terça-feira, no gabinete dele quando ele vai embora. Quando o Planalto se fecha, eu entro com meus intercessores e oro na cadeira dele. E eu declaro todos os dias: Jair Messias Bolsonaro, sê forte e corajoso, não temas. Ele é um escolhido de Deus, ele é um escolhido de Deus. Esse homem tem um coração puro, limpo, além ser lindo, não é? Mas é meu”. Ela não disse quem eram seus intercessores naquela ocasião, mas o fato é que, no mês seguinte, postou imagens nas redes sociais em que aparece com um grupo de pessoas em vigília no Palácio do Planalto. Michele empunha um exemplar da Bíblia, conduzindo orações e cantando louvores.

Em 7/8/2022, Michele foi figura principal no palco da Igreja da Lagoinha, do pastor Márcio Valadão, em Belo Horizonte, um dos pilares da propaganda direitista no segmento evangélico de renda mais elevada. Acompanhada de Jair Bolsonaro, ela proclamou: “Podem me chamar de fanática, podem me chamar de louca, eu vou continuar louvando o nosso Deus, vou continuar orando, agora com minha intercessora de peso Janete Rodrigues. Vamos continuar orando, intercedendo em todos os lugares, sabem por que irmãos? Por muitos anos, por muito tempo, aquele foi um lugar consagrado a demônios, cozinha consagrada a demônios. Planalto consagrado a demônios, e hoje consagrado ao Senhor Jesus. Ali, eu sempre falo e falo pra ele [apontando Jair] quando eu entro na sala dele e olho praquela cadeira, eu falo essa cadeira é do presidente maior, é o Rei que governa essa nação. Irmãos, continuem em oração por nós, continuem em oração pelo nosso Brasil amado. As promessas do Senhor irão se cumprir. O avivamento do Senhor irá se cumprir no nosso Brasil e nós seremos celeiros de bênçãos pra outras nações. Eu creio, em nome de Jesus!”.

A referência à “cozinha consagrada a demônios” talvez fosse à crença medieval europeia de bruxas fazendo feitiços em parceria com o diabo, com o que se condenavam e sacrificavam mulheres cujas condutas não estavam dentro das quatro linhas (como diria Jair em tantas metáforas). Mas, houve quem interpretasse essa expressão como dirigida às religiões afro-brasileiras, a exemplo do padre Júlio Lancellotti, que disse se tratar de “resquíio de uma mentalidade escravagista que obrigou nossos antepassados de matriz africana, os escravizados que vieram para o Brasil, a achar no sincretismo religioso uma saída”. Convergentemente, a Rede Inter-religiosa Dom Paulo Evaristo Arns declarou que a primeira dama empregava um maniqueísmo fundamentalista característico dos regimes fascistas, ao “usar a divindade para tornar o semelhante um inimigo desumanizado, ligado a forças nefastas e que podem inclusive ser alvo de violência de forma legitimada”.

No primeiro evento oficial da campanha, num comício realizado em Juiz de Fora (MG), onde Bolsonaro teria sido vítima de um atentado (não totalmente esclarecido), Michele teve papel de destaque. Disse que a campanha era um milagre de Deus, repetindo o de 2018, quando teria salvo a vida do marido candidato a presidente: “aqueles que pregam o amor e a pacificação atentaram contra ele”.

Em 2/9/2022, cinco dias antes da tentativa de golpe de Estado do dia da Independência, Michele divulgou uma mensagem em vídeo de sete pastores evangélicos para a realização de uma corrente de jejum, durante 30 dias, em favor da reeleição de Bolsonaro. Os pastores promotores tinham, somados, 8,7 milhões de seguidores no Instagram.

Ainda em agosto, Michele postou em sua conta no Instagram um vídeo no qual Lula recebia uma chuva de pétalas em um ritual de Umbanda. Acusando o conhecimento de críticas sobre o confessionalismo de sua campanha, a primeira dama comentou: “Isso pode, né? Eu falar de Deus não”. Seus seguidores postaram comentários apoiadores, como a vereadora da capital paulista Sonaira Fernandes (Republicanos): “Lula já entregou sua alma para vencer essa eleição” e acrescentou que “lutamos contra os principados e potestades das trevas”.

Olhemos agora para a outra protagonista.

Na cerimônia de lançamento da candidatura de Lula, Janja lançou a regravação, com vários artistas da MPB, da música “Sem medo de ser feliz”, de Leonardo Leone, reforçada pelo refrão “Lula lá”, de Hilton Acioli, da campanha de 1989. Somente ela, Lula e Alckmin falaram na ocasião, o que foi entendido como sinal de influência política da candidata a primeira-dama. Em reuniões fechadas com lideranças políticas, ela esteve presente e emitiu opinião sobre os assuntos em discussão, o que suscitou ciúmes das lideranças da aliança partidárias. E desempenhou papel de relevo na interlocução de Lula com artistas. Foi ela que conseguiu estabelecer a ponte com Anita, apoiadora de primeira hora, e com influenciadores populares.

Janja anunciou que não ocuparia cargo no governo, mas que iria ressignificar o conceito de primeira-dama. Lula, por sua vez, disse que sua esposa tinha pensamento próprio, era “muito politizada, com uma cabeça boa e muito feminista”, que teria liberdade de pensar o que fazer para ajudá-lo no governo. Ela não se limitaria a desempenhar funções de assistência social, porque elas não seriam para amadores, mas, sim, atribuições de especialistas no assunto. Como feminista, Janja concentrou

mensagens para as mulheres, procurando atraí-las para o debate político. Não ficou apenas ao lado do marido candidato, mas atuou sem ele em comícios, como na favela Heliópolis, na capital paulista, ainda em agosto. Na primeira entrevista à televisão, em novembro, ela declarou que pretendia trabalhar sobre temas que “carregava em sua história”, como a violência contra as mulheres, a fome e o racismo.

No que se refere à religião, as posições de Michele e Janja mais do que diferentes, eram antagônicas. Quando aquela desmereceu a homenagem recebida por Lula de umbandistas, esta retrucou no Twitter: “Eu aprendi que Deus é sinônimo de amor, compaixão e, sobretudo, de paz e respeito. Não importa qual a religião e qual o credo. A minha vida e a do meu marido sempre foram e sempre serão pautadas por esses princípios”.

Os ataques provenientes da campanha de Bolsonaro aumentaram após Janja postar uma foto sua no Instagram, vestida de branco ao lado de imagens de orixás, com a legenda: “Saudades de vestir branco e girar, girar, girar...” Na entrevista à TV Globo, em novembro, quando questionada se considerava um problema ter sido associada de forma pejorativa a religiões de matriz africana, Janja respondeu: “Ter sido atacada por conta disso, não me diminui. Pelo contrário, eu acho que ser ligada a uma religião de matriz africana só me dá orgulho. Talvez isso represente um pouco do que são os brasileiros e as brasileiras, sabe? Eu sou aquela pessoa que me emociono na missa, com a fala do padre, e também me emociono com o tambor. Também me emociono com um hino de louvor a Deus. E muitas pessoas disseram pra mim: você precisa apagar aquela foto. Tem uma foto minha no Instagram com algumas imagens de orixás. Eu não vou apagar. Aquilo também me representa”.

A presença de afro-brasileiros no campo político sempre foi barrada, com mais ou com menos violência. Agora ela chega à Presidência da República, depois da derrota nas urnas de quem defendia e dependia do apoio evangélico que se alimentava da demonização dessa vertente religiosa.

Em meio a um aumento dos ataques a cultos religiosos afro-brasileiros por adeptos de igrejas evangélicas pentecostais, manifestações populares se impuseram, como no desfile do carnaval tardio no Rio de Janeiro, em abril de 2022. O samba-enredo da escola de samba União da Ilha, “O vendedor de orações”, evocou Nossa Senhora Aparecida: “A fé transforma o meu destino/A paz vai reinar nos corações/Ó Padroeira de tantos Brasis/Mais tolerância nesse meu país”. A comissão de frente trouxe um altar com a imagem da santa que, de repente se transformou na de uma gloriosa Oxum. No mesmo desfile, a Acadêmicos do Grande Rio entrou na passarela com o samba-enredo “Fala Majeté! Sete chaves de Exu”. Estigmatizado como demoníaco pelos cristãos, a evocação combinou arrojada expressão artística do orixá guardião, que abre os caminhos, o que encerra dualidades bem humanas, trazendo o que é bom e ruim, pecado e santidade, alegria e tristeza, remédio e veneno. E cantou: “É poesia na escola ou no sertão/A voz do povo, profeta das ruas”. Após conquistar o primeiro lugar no desfile do carnaval desse ano, os compositores disseram que Exu, o mais humano dos orixás, “deu um cala a boca na intolerância religiosa” – aliás, o mesmo mote de sua coirmã União da Ilha.



TRANSIÇÃO DE PODER E GOLPE MILITAR ABORTADO

O resultado da eleição presidencial de 2022 não foi aceito por Bolsonaro e seus apoiadores, que acusaram o Tribunal Superior Eleitoral de promover fraude, embora não questionassem seus partidários eleitos para governadores, senadores nem deputados. Em contrapartida, as instituições sociais e políticas, e a mídia reconheceram a legitimidade do pleito, assim como os observadores internacionais.

A bancada do PL subiu de 33 deputados federais em 2018 para 99 em 2023, formando a maior bancada na Câmara. No mesmo período, a bancada ostensivamente evangélica caiu de 84 para 65 deputados. A secularização da pauta conservadoras e a proeminência da *patriota* podem explicar, pelo menos em parte, a gangorra.

Reagindo à vitória de Lula, apoiadores de Bolsonaro, inclusive proprietários de caminhões de transporte (mais empresários do que autônomos) montaram bloqueios nas estradas como forma de protesto contra o que diziam ser a ditadura do STF e a fraude do TSE, que teriam impedido a vitória eleitoral do seu *mito*. A Polícia Rodoviária Federal mostrou surpreendente tolerância para com esses bloqueios e até alguma conivência. Como esse expediente não surtiu o efeito desejado, isto é, a intervenção militar para impor a *ordem*, os protestos se deslocaram para as vizinhanças dos quartéis do Exército, onde também foram tolerados e mesmo abrigados. Para o que interessa a este texto, vale registrar que nesses acampamentos, as manifestações religiosas foram menos intensas do que nos bloqueios, e se recorria mais a orações católicas. No de Brasília, havia até uma barraca-capela, onde um padre ouvia confissões.

Confiante na dissolução espontânea dos protestos, a transição foi apoiada pelos Poderes Legislativo e Judiciário, como previa a legislação. A montagem de grupos de trabalho setoriais ocupou boa parte da agenda de Lula imediatamente após a proclamação de sua vitória na eleição presidencial. Não encontrei representação religiosa em nenhum dos grupos, embora houvesse simpatias de alguns integrantes. Houve quem apresentasse a sugestão de que o ministério dos Direitos Humanos incluísse a palavra família, para agradar aos evangélicos, mas ela não prosperou.

No dia 12/12/2022, Lula e Alckmin foram diplomados presidente e vice em sessão solene do Congresso Nacional. Num denso e veemente discurso lido, Lula fez profissão de fé na democracia e demonstrou isso pela ampla frente que o elegeu, reunindo partidos de diferentes posições no espectro político-ideológico. Foi além do pleito: “A democracia só tem sentido, e será defendida pelo povo, na medida em que promover, de fato, a igualdade de direitos e oportunidades para todos e todas, independentemente de classe social, cor, crença religiosa ou orientação sexual”. A única vez em que se desviou de um roteiro orientado implicitamente para um Estado laico foi no início do discurso, saindo fora do texto, ao mencionar a palavra diploma (de presidente) que recebia. Tomado por grande emoção, acrescentou: “Lembrei da ousadia do povo brasileiro em conceder, para quem tantas vezes questionado por não ter diploma universitário, o diploma de presidente da República. Quem passou pelo que eu passei ao longo dos últimos anos, tem a certeza de que Deus existe”.

No mesmo dia, Bolsonaro e Michele protagonizaram uma cena patética na frente do Palácio da Alvorada, orando acompanhados de crianças e de um padre católico. As preces foram potencializadas pela encenação de Michele, caindo de joelhos, aos prantos, como se curvada diante das linhas tortas

da escrita divina, que tantas vezes tentou endireitar. O padre era Genésio Lamounier Ramos, de Anápolis (GO), da ala tradicionalista da Igreja Católica, conhecido por comparar Paulo Freire (o mal) com Jesus Cristo (o bem) para concluir que Bolsonaro era a chance de não se cair no *comunismo* do educador. Depois de vaticinar que os eleitores de Lula no 2º turno poderiam ser julgados por Deus e excomungados pela Igreja, ele assegurou que Bolsonaro era um “dom divino”, e chegou a pregar o golpe de Estado pela ação militar com bênção de Deus. Em tom de oração, clamou: “Abençoi, Senhor, as nossas Forças Armadas, a maioria absoluta, a bandeira do Brasil, abençoi nossos soldados, oficiais, praças, suas famílias. Senhor, dai coragem a eles e inteligência para que nunca prestem continência para um bandido safado”.

Enquanto isso, chefias intermediárias da administração federal que não assimilaram a vitória da frente ampla liderada pelo PT, chegaram a ameaçar com a justiça divina os funcionários que votaram na chapa Juntos pelo Brasil. A secretária nacional de Atenção à Primeira Infância, do Ministério da Cidadania, Luciana Siqueira Lira de Miranda, foi denunciada à Ouvidoria, ao Ministério Público Federal e à Controladoria-Geral da União por divulgar mensagens acusando seus subordinados funcionais por contribuírem para que “nosso trabalho desça pelo ralo”. Em assédio mais direto, a secretária reuniu os funcionários e disse que sabia quem tinha votado em Lula, uma traição similar à de Judas contra Jesus. E foi taxativa: “quem vota em quem rouba não está com Deus, vai infernizar todos os dias da próxima gestão, o inferno não vai vencer o céu”.

Sem dissimular o oportunismo político que caracteriza a bancada evangélica no Congresso, apareceram notícias na mídia de pastores que fizeram oposição a Lula e procuravam contatos com o presidente eleito. Edir Macedo, dirigente da Igreja Universal do Reino de Deus, que apoiou aberta e ostensivamente a candidatura Bolsonaro, falou em perdoar Lula e aceitar a vontade de Deus, que permitiu que ele fosse eleito. “Não podemos ficar com mágoa, porque isso é o que o diabo quer”.

Carlos Viana (PL-MG), vice-líder do governo Bolsonaro no Senado, defendeu uma relação de paz e harmonia da bancada evangélica, da qual fazia parte, com o presidente Lula. Depois de vários encontros com parlamentares petistas, declarou em entrevista que não era hora de incentivar a divisão do país, mas advertiu: “Deixamos para o novo governo quais são os limites da boa convivência. Respeitando os nossos posicionamentos, não trazendo as questões de comportamento que para nós são caras, haverá paz. Se insistirem com pautas de costumes, nós vamos para a guerra”.

Menos ostensiva, a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), uma das articuladoras do encontro de Lula com os pastores evangélicos em São Gonçalo (RJ), cobrou a fatura. Marina Silva ainda não tinha sido confirmada no ministério quando, em 28/12/2022, a parlamentar maranhense estranhou não haver nenhum evangélico escolhido para compor o primeiro escalão do novo governo. “Claro que não devemos transformar a questão religiosa num critério de indicação, o *Estado é laico* [grifo meu], mas há inúmeros técnicos e políticos no segmento evangélico que podem contribuir com o governo”.

A diplomação de Lula e Alckmin foi marcada pelo cometimento de atos terroristas em Brasília, com depredações, incêndios de veículos e tentativa de invasão da sede da Polícia Federal por uma multidão vestida de verde e amarelo que alegava protestar contra a prisão (pedida pela Procuradoria Geral da República e autorizada pelo STF) de José Acácio Serere. Tratava-se de um indígena xavante autoproclamado cacique, dublê de missionário evangélico, que havia *viralizado* nas redes sociais com agressivos apelos de mobilização para impedir a posse do presidente eleito. Durante os distúrbios, foi

notada a complacência da Polícia Militar do DF, indicador de convivência com os quem tinha o dever de reprimir.

Os atos terroristas teriam um desdobramento terrível se fosse consumado o atentado projetado pelo empresário bolsonarista George Washington de Oliveira Sousa para a véspera de Natal, que consistia em detonar explosivo em caminhão-tanque de combustível junto ao aeroporto de Brasília. Descoberto a tempo, o aparato foi desativado e o terrorista, preso. Ele confessou que pretendia “impor estado sítio” no país para impedir a posse de Lula. Não agiu sozinho. Dois de seus cúmplices, também presos, transitavam pelo acampamento de *patriotas* em frente ao quartel general do Exército na capital federal. Aí, como nas principais cidades e muros de quarteis, civis bolsonaristas e membros da *família militar*, articulados por redes sociais, clamavam por intervenção armada para “salvar o Brasil do comunismo”.

No dia 29 de dezembro, na véspera de abandonar o cargo e fugir para os Estados Unidos, Bolsonaro gravou uma *live* dirigida a seus apoiadores. Depois de dois meses recluso no Palácio da Alvorada, fez um balanço de seu governo, cheio de autoelogios e falsidades, como a de que a facilitação da posse de armas e compra de munições teria feito baixar o número de assassinatos. Disse que ficou calado enquanto buscava alternativas, mas não encontrou o apoio necessário (para o golpe de Estado?). Elogiou os que se manifestaram nas ruas, sem reconhecer o resultado das eleições presidenciais, mas, naquele momento, ele próprio não falaria contra as urnas eletrônicas para não ser processado – pela mesma razão, seu partido foi alvo de pesada multa aplicada pelo TSE. Incentivou o prosseguimento da “mobilização patriótica”, mas calou-se sobre os atos terroristas na capital federal, no dia da diplomação de Lula e seu vice. Nada disse quanto ao seu futuro, mas reassegurou que foi a mão de Deus que o salvou da facada em 2018 e o pôs na presidência. Mesmo sem prosseguir no cargo, deveria haver algum propósito divino “nisso daí”.

Não faltavam razões para se temer pela segurança de Lula no dia de sua posse na Presidência em 1º de janeiro de 2023 no Congresso Nacional, seguida de desfile em carro aberto e a tradicional subida da rampa do Palácio do Planalto. Contudo, a PM-DF foi efetiva em garantir os acessos, a circulação e a drástica limitação do número de indivíduos em frente ao Palácio do Planalto. Não houve incidentes, apesar de alguns agentes provocadores, e a grande participação popular foi em clima de festa, que incluiu espetáculos artísticos durante longas horas, de 11 da manhã do dia 1º até 4 da madrugada do dia 2. O “Festival do Futuro” organizado por Janja contou com dois palcos instalados na Esplanada dos Ministérios, onde se apresentaram 60 artistas que se voluntariaram. O show foi assistido por cerca de 300 mil pessoas portando roupas ou bandeiras com predominância da cor vermelha.

Em contraste com a alegria e a segurança das cerimônias da posse e do festival, uma verdadeira insurreição (Cláudio Couto a chamou de *intentona bolsonaresca*) foi deflagrada no dia 8 de janeiro, quando chegaram a Brasília mais de uma centena de ônibus fretados por partidários da intervenção militar tantas vezes propugnada pelo ex-presidente Bolsonaro, transportando milhares de *patriotas* enrolados na Bandeira Nacional, convocados e articulados por redes sociais. Eles se juntaram aos acampados em frente ao quartel general do Exército, formando uma massa de cerca de quatro mil pessoas, que marcharam para a Praça dos Três Poderes, parecendo seguir a estratégia indicada por Olavo de Carvalho em 2016: a intervenção militar viria em seguida a um movimento civil que cercasse os prédios-sede dos três poderes e inviabilizasse seu funcionamento. Escoltada pela PM-DF, a horda

auriverde chegou à Praça do Três Poderes e passou a invadir e depredar o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto, numa violência que servirá de caso exemplar em estudos de psicologia social: portas arrombadas, vidraças quebradas, gabinetes invadidos, peças furtadas, móveis, esculturas e quadros vandalizados, etc. Tudo isso gostosamente divulgado por *selfies* pelas redes sociais. Para quem assistiu a esses atos, transmitidos pela televisão, ficou a pergunta sobre a intensidade da repressão (funcional? familiar? moral? sexual?) vivida por cada um desses indivíduos, canalizada para a sanha destruidora, não do poder político propriamente, mas de suas instalações materiais.

A horda não foi barrada pela Polícia Militar nem pelo Batalhão da Guarda Presidencial (que não estava de guarda). Somente os pequenos contingentes policiais do Congresso Nacional e do STF opuseram resistência significativa. No mesmo dia, quatro torres de transmissão de energia da hidrelétrica de Itaipu foram derrubadas por cargas explosivas no Paraná e em Rondônia. Outras 12 sofreram sabotagem.

Não resta dúvida de que a criação de uma situação caótica pretendia levar o presidente da República a convocar as Forças Armadas para garantirem a lei e a ordem, nos termos da Constituição e da legislação complementar. Era o caos que Bolsonaro não conseguiu produzir, e agora Lula era instado a enfrentar – suprema manobra da *guerra híbrida*, forçar a esquerda a adotar o procedimento da direita. Os militares passariam, então, a dispor de poder de polícia, numa área e num tempo predeterminados, até que fossem restabelecidos a ordem, a integridade da população e do patrimônio público, e o pleno funcionamento das instituições.

O presidente Lula, que se encontrava no interior de São Paulo, deparou-se com a alternativa que lhe foi oferecida de convocar as Forças Armadas para uma ação GLO, mas, percebendo que isso levaria ao pretendido golpe de Estado, agiu, junto com o ministro da Justiça Flávio Dino, para intervir diretamente na Secretaria de Segurança do DF, cujo titular, Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, tinha viajado para o exterior e deixado vago o cargo e sem direção as polícias civil e militar. Sob novo comando, a PM-DF conseguiu conter e prender parte dos insurrectos. Com isso, mais o apoio de todas as instituições políticas e dos meios de comunicação de massa à democracia, o golpe de Estado abortou. Ou seja, a *intervenção civil* descartou a *intervenção militar*. Consumada a inflexão do processo político, o Exército teve de atender, a contragosto, à determinação do STF e permitir que as polícias civil e militar desmanchassem os acampamentos a que dava guarida em Brasília e em todo o país.

Além da manifestação presencial em prol do Estado Democrático de Direito da parte de todos os governadores, vários chefes de Estado estrangeiros enviaram mensagens de solidariedade ao presidente Lula e à democracia no Brasil. A falta de apoio internacional, particularmente do presidente norte-americano Joe Biden (atento para uma possível reverberação em prol do rival Donald Trump) foi fator determinante para que o golpe só fosse desfechado *dentro da lei*, isto é, mediante ação GLO. Como esta faltou, o golpe foi inviabilizado.

Ao fim e ao cabo, a PM-DF enviou à Polícia Federal, já com novo diretor-geral, 1,5 mil pessoas presas na Praça dos Três Poderes, que passaram por triagem, umas processadas por atentado contra o Estado

Democrático de Direito, outras liberadas depois de fichadas. O STF e a Polícia Federal passaram a procurar e prender os financiadores da mobilização e do transporte da horda que produziria a *necessidade* da intervenção militar. O STF decidiu, também, afastar do cargo o governador do DF Ibaneis Rocha (MDB) por três meses, para não prejudicar a investigação de responsabilidades.

No dia seguinte, 9 de janeiro, manifestações populares em defesa da democracia e contra a anistia aos golpistas ocorreram no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Recife, em Salvador, em Belo Horizonte e outras cidades. Na capital paulista, foi sintomática a aliança de torcidas rivais de futebol com o mesmo propósito político. E até a Confederação Brasileira de Futebol, tradicionalmente situada à direita, condenou, tardia, mas incisivamente, o uso da camisa da seleção brasileira no movimento golpista: “a entidade repudia veementemente que a nossa camisa seja usada em atos antidemocráticos e de vandalismo, que ela seja usada para unir, não para separar os brasileiros”.

Dentre as forças políticas de apoio a Bolsonaro, uma não foi notada na insurreição do dia 8/1/2023: as Igrejas Evangélicas Pentecostais, nem seus dirigentes. Houve a participação de fieis e até de pastores, misturados e indistintos na multidão, mas as instituições, sempre presentes nos grandes comícios do quadriênio, não compareceram.

Concluí este texto menos de um mês após a insurreição (intentona?), quando falta muito para definir responsabilidades de empresários do agronegócio no financiamento, das Forças Armadas (serviços secretos, pessoal da ativa, da reserva e familiares) e das organizações policiais na cumplicidade ou na colaboração ativa com os terroristas. Também falta descobrir se houve participação de interessados estrangeiros em produzir uma versão tropical da praça Maidan (Kiev), em 2013 – reedição da *guerra híbrida* desfechada na mesma época no Brasil, que culminou na deposição de Dilma Rousseff?

Se os seguidores de Bolsonaro vão esquecê-lo, não consigo prever. Nem se o oportunismo político dos dirigentes de igrejas será reconvertido. Contudo, penso que os democratas e, particularmente, os defensores do Estado laico, devem sempre tê-los em mente. O líder (*mito*?) pode ser outro, mas a matriz geradora do fascismo e seu catalizador religioso vem de longe e continua ativa.

E quanto à laicidade do Estado, objeto deste texto? O fato é que em momento algum da história política do Brasil se falou tanto em Estado laico como no quadriênio Bolsonaro – um contraponto dialético de suas políticas confessionalistas? Se a charge do Nani que ilustra a capa captou bem a face dominante do campo político, havia outra, a face laica, dominada, mas não submetida.

Acrescento algumas palavras sobre o tema em pauta, que vale a pena ter em conta. Para não esquecer.

O aparelhamento religioso no governo Bolsonaro foi amplo e inédito, favorecendo as Igrejas Evangélicas Pentecostais (principalmente), mas sem deixar de fora outras denominações. A Igreja Católica foi coadjuvante menor, mas relevante, ao convergir com os pentecostais na condenação de qualquer forma de aborto e na defesa da *pauta moral*, impedindo a discussão franca sobre sexo e gênero nas escolas – aliás a expressão *ideologia de gênero* foi inventada pelo clero católico. Em termos práticos, a instituição acabou obtendo benefícios financeiros com o avanço evangélico sobre o Estado, como no caso das medidas fiscais.

Contudo, não se deve esquecer a defesa enfática da laicidade do Estado pela Igreja Católica nesse período. Diferentemente de sua posição histórica de rejeição e de sabotagem, aberta ou dissimulada, ao Estado laico, no Brasil como em outros países, durante a pandemia do covid-19 essa instituição cobrou das autoridades públicas ações sanitárias condizentes com as práticas científicas e com a gestão racional do sistema de saúde, para o que o papa Francisco contribuiu de modo especial em suas mensagens e exemplos práticos na conduta pessoal.

De fato, documentos importantes de bispos católicos, intra e extra-CNBB, clamaram por Estado laico. Não interessa aqui sublinhar a dimensão subjetiva, a de que a defesa diante do assalto ao aparelho estatal pelos evangélicos pentecostais tenha sido o seu motivo mais profundo. O que vale, na política prática, é justamente a manifestação objetiva – e essa foi em prol do Estado laico. Os Padres da Caminhada e os Padres Antifascistas definiram posições claras e inéditas em defesa da laicidade do Estado no âmbito de um quadro analítico amplo e pertinente contra os efeitos do neoliberalismo na gestão da economia e do meio ambiente.

A militância conservadora e até reacionária dos pentecostais levou parte dos adeptos de Igrejas Evangélicas tradicionais (de imigração ou de missão) a acordarem e a recordarem que a laicidade do Estado era bandeira esquecida da Reforma Protestante do século XVI e depois. Auspiciosos foram iniciativas como as da Frente dos Evangélicos pelo Estado de Direito e de setores específicos desse segmento.

Uma palavra final: a defesa da laicidade do Estado não se deve confundir com uma espécie de *evangelicofobia*. Os evangélicos não formam um grupo monolítico, nem deixam de mudar de posição quanto a essa importante dimensão política. Não se deve esquecer que foram os evangélicos que, junto com outras correntes de pensamento e ação, apoiaram a laicidade republicana na primeira hora e que a sustentaram diante da revanche confessionalista, principalmente após a revolução de 1930. Foram contra o Ensino Religioso nas escolas públicas, decretado por Getúlio Vargas em 1931 por inspiração do ministro da Educação, o fascista Francisco Campos, e sustentaram a escola pública laica durante a Assembleia Constituinte de 1933-1934, na voz do pastor metodista Guaracy Silveira. Para os defensores do Estado laico, não cabe *evangelicofobia*, nem *catolicofobia*, nem *afrofobia*, etc., tampouco *agnosticofobia* ou *ateufobia*. As fobias são bons ingredientes do fascismo, não da democracia, que se nutre da *liberdade de crença* qualquer que seja: crença religiosa, crença não religiosa ou crença antirreligiosa.

